

UFRRJ
INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
AGRÍCOLA

DISSERTAÇÃO

MULHERES DA CHAPADA DO ARARIPE –
AGROECOLOGIA E EMPODERAMENTO

ROSIMEIRE ALVES DE OLIVEIRA

2018



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA**

**MULHERES DA CHAPADA DO ARARIPE – AGROECOLOGIA E
EMPODERAMENTO**

ROSIMEIRE ALVES DE OLIVEIRA

Sob a Orientação da Professora

Dr.^a Monica Aparecida Del Rio Benevenuto

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção de grau de **Mestre em Educação**, no Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola. Área de Concentração em Educação Agrícola.

**Seropédica, RJ
Dezembro de 2018**

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

O49m OLIVEIRA, ROSIMEIRE ALVES DE , 1986-
MULHERES DA CHAPADA DO ARARIPE - AGROECOLOGIA E
EMPODERAMENTO / ROSIMEIRE ALVES DE OLIVEIRA. - 2018.
68 f. : il.

Orientadora: Monica Aparecida Del Rio Benevenuto.
Dissertação (Mestrado). -- Universidade Federal Rural
do Rio de Janeiro, PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
EDUCAÇÃO AGRÍCOLA, 2018.

1. Empoderamento. 2. Agroecologia. 3. Chapada do
Araripe. I. Benevenuto, Monica Aparecida Del Rio ,
1964-, orient. II Universidade Federal Rural do Rio
de Janeiro. PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
AGRÍCOLA III. Título.

"O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001 "This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Finance Code 001"

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA

ROSIMEIRE ALVES DE OLIVEIRA

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Educação**, no Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola, Área de Concentração em Educação Agrícola.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM 03/12/2018.

Monica Aparecida Del Rio Benevenuto, Profa. Dra. UFRRJ

Emília Suitberta de Oliveira Trigueiro, Profa. Dra.

Jorge Luiz de Goes Pereira, Prof. Dr. UFRRJ

Dedico esta pesquisa a todas as mulheres, que individualmente ou em grupos, fizeram a diferença nos espaços em que eram oprimidas e se inquietaram diante de um sistema machista e patriarcal. À mulher que ainda em formação já me ensina muito, Lis, minha filha.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todas as agricultoras que cederam seu tempo e espaço para contribuir com essa pesquisa.

A todos (as) profissionais e instituições que concederam dados valiosos para concretização desse estudo.

Agradeço à minha família que sempre me apoio e estimulou a conquista dos meus sonhos.

Ao meu companheiro, Rudinei, pela escuta e pelas palavras de incentivo.

À minha orientadora, Mônica Del Rio, pela sua valiosa orientação e compreensão.

Sou grata ao IFCE – Campus Juazeiro do Norte que possibilitou a concretização dessa etapa no meu processo de formação e instigou meu crescimento profissional.

LISTA DE ABREVIACOES E SIGLAS

ACB	Associação Cristã de Base
AI	Agricultura Industrial
ANA	Articulação Nacional de Agroecologia
CEDAW	<i>Convention on the Elimination of All Forms of Discrimination against Women</i>
CONTAG	Confederação dos trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares
EA	Educação Ambiental
EBAAs	Encontro Brasileiro de Agricultura Alternativas
ENA	Encontro Nacional de Agroecologia
FLONA	Floresta Nacional do Araripe
GT	Grupo de Trabalho
MDS	Ministério de Desenvolvimento Social
MMTR	Movimento da Mulher Trabalhadora Rural do Nordeste
ONG	Organização Não-governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

RESUMO

OLIVEIRA, Rosimeire Alves. **Mulheres da Chapada do Araripe – Agroecologia e Empoderamento**. 68f. Dissertação (Mestrado em Educação Agrícola). Instituto de Agronomia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ. 2018.

Esta dissertação está voltada para a questão do empoderamento das atividades agroecológicas de mulheres trabalhadoras rurais. Teve o objetivo de refletir, sob a perspectiva das trabalhadoras rurais da Chapada do Araripe, se elas conseguem e reconhecem seu empoderamento a partir da prática de atividades agroecológicas. Os dados foram obtidos e tratados através de uma abordagem qualitativa. Para isso foi realizada observação em campo e entrevistas semiestruturadas. Foram selecionadas 10 mulheres de três municípios: Crato, Nova Olinda e Santana do Cariri. Todas as mulheres selecionadas são trabalhadoras rurais, habitam comunidades na Chapada Araripe e participaram de projetos promovidos pela Associação Cristã de Base (ACB) localizada na cidade do Crato – Ceará. Consideramos o empoderamento como um processo protagonizado pelas próprias mulheres e relativo a aspectos sociais, políticos, econômicos e psicológicos. A participação das agricultoras em projetos agroecológicos, assim como a organização delas em associações e feiras foram considerados veículos para o empoderamento. Os resultados obtidos apontam para diferentes percepções de empoderamento feminino, variando de acordo com a geração, a escolaridade e o contexto que as mulheres estão inseridas. Diante da perspectiva feminista, concluímos que as mulheres reconhecem o empoderamento mais comunitário do que individual, enfatizando a autonomia econômica. Porém, destacamos que algumas mulheres estão empoderadas em nível político, social e psicológico.

Palavras-chave: Empoderamento, Agroecologia, Chapada do Araripe.

ABSTRACT

OLIVEIRA, Rosimeire Alves. **Women of the Chapada do Araripe - Agroecology and Empowerment.** 68p. Dissertation (Master in Agricultural Education). Institute of Agronomy, Federal Rural University of Rio de Janeiro, Seropédica, RJ. 2018.

This dissertation focuses on the issue of empowerment and agroecological activities of rural women workers. It aims to reflect from the perspective of the rural women workers of Chapada do Araripe if they achieve and recognize their empowerment from the practice of agroecological activities. Data were obtained and treated through a qualitative approach, for which field observation and semi-structured interviews were performed. Ten women were selected three municipalities (Crato, Nova Olinda e Santa do Cariri). All were rural workers, inhabit communities in Chapada do Araripe participated in projects promoted by the Christian Base Association (CBA) located in the city of Crato – Ceará. We consider empowerment as a process carried out by women themselves and related to social, political, economic and psychological aspects. The participation of women farmers in agroecological projects, as well as their organization in associations and fairs were considered as vehicles for empowerment. The results obtained point to different perceptions of female empowerment, varying according to the generation, schooling and context that women are inserted. In the face of the feminist perspective, we conclude that women recognize more community empowerment than individual empowerment, emphasizing economic autonomy. However, we stress that some women are politically, socially and psychologically empowered.

Key words: Empowerment, Agroecology, Chapada do Araripe.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	1
2	REVISÃO DA LITERATURA	3
2.1	O feminismo Como Reação às Desigualdades de Gênero	3
2.2	Questões de Gênero no Meio Rural	7
2.2.1	Feminino e natureza: o ecofeminismo.....	7
2.2.2	Trajetória dos Movimentos das Trabalhadoras Rurais no Brasil	8
2.2.3	As Mulheres e o trabalho rural	11
2.3	Agroecologia: Caminhos para Preservação, Equidade Social e Empoderamento	15
2.4	Educação Ambiental Popular e o Empoderamento Feminino: Uma Perspectiva Feminista	20
3	MATERIAL E MÉTODOS.....	28
4	RESULTADOS E DISCUSSÃO	30
4.1	O <i>Locus</i> da Pesquisa e a Caracterização dos seus Participantes	30
4.1.1	A Chapada do Araripe	30
4.1.2	Associação Cristã de Base – ACB.....	32
4.1.3	Caracterização das trabalhadoras rurais	36
4.2	Atividades Agroecológicas como Caminho para o Processo de Empoderamento das Trabalhadoras Rurais	38
4.2.1	Formas de organização das mulheres agricultoras em sindicatos e associações..	39
4.2.2	Feiras Agroecológicas e a Participação das Mulheres.....	40
4.2.3	Os Quintais Produtivos como Prática Agroecológica e Espaços para o Empoderamento Feminino	49
5	CONCLUSÃO	54
6	REFERÊNCIAS	58
7	APÊNDICES.....	61
	Apêndice A - Questionário voltado para trabalhadoras rurais da Chapada do Araripe e roteiro de entrevista semiestruturada para as mulheres feirantes.....	62
	Apêndice B - Entrevista direcionada à Presidente da Associação Cristã de Base	66
	Apêndice C - Entrevista direcionada ao Técnico da Associação Cristã de Base.....	66
	Apêndice D - Entrevista direcionada aos representantes de instituições governamentais (EMATERCE e Secretaria de Desenvolvimento Agrário do Crato)	67

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo teve como tema a relação entre a prática da agroecologia e o empoderamento feminino das trabalhadoras rurais da Chapada do Araripe. O trabalho supramencionado pretendeu refletir, a partir da visão das agricultoras, se o desenvolvimento das atividades agroecológicas pode levar ao empoderamento dessas trabalhadoras, e, em caso afirmativo, como tal empoderamento acontece.

A pesquisa foi desenvolvida em comunidades rurais de três municípios cearenses que fazem parte do território da Chapada do Araripe: Crato, Nova Olinda e Santana do Cariri. O corpus foi constituído de dez agricultoras que já participaram de projetos voltados para a Educação Ambiental, Vice-presidente do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais da cidade do Crato, técnicos e técnicas da EMATERCE e da Secretaria de Desenvolvimento Rural do Estado do Ceará e membros da Associação Cristã de Base.

A região do Cariri cearense é considerada um oásis no sertão, uma vez que a Floresta Nacional do Araripe (FLONA) concentra uma variedade de fauna e flora, fontes aquíferas e sítios arqueológicos que a torna um referencial quanto ao clima, vegetação e história. Apesar da FLONA ser uma área de preservação ambiental assegurada por lei, não há políticas públicas permanentes e eficazes para sua proteção. Queimadas, desmatamento, caça ilegal e exploração de seu subsolo são comuns na região. Diversas Organizações Não-Governamentais (ONN'S) são bastante atuantes quanto à preservação ambiental e social da Chapada do Araripe.

A temática pesquisada foi resultado de inquietações pessoais quanto à opressão feminina e de uma análise de como as relações de gênero são construídas social e historicamente e estruturam as relações sociais. A busca por associar questões ambientais, sobretudo agroecológicas, à questões sociais, nesta pesquisa, foi motivada pela situação de opressão e não reconhecimento que tantas mulheres sofrem, desencadeando uma série de problemas, como a violência, o feminicídio, a discriminação, o desrespeito aos seus direitos políticos, trabalhistas e reprodutivos.

Para a referida associação entre gênero e agroecologia mostrou-se primordial uma análise e discussão sobre as relações de gênero no campo, a posição da mulher dentro do contexto da agricultura familiar, os papéis de gênero, e os direitos das trabalhadoras rurais. Desse modo, consideramos a necessidade rever nossas categorias de análises, realizar releituras quanto aos projetos desenvolvimentistas para as mulheres e oportunizar o protagonismo feminino no processo de empoderamento.

Assim, a questão que nos instigou a pesquisar estava relacionada à superação das desigualdades de gênero no campo e às práticas agroecológicas, mais especificamente, se as trabalhadoras rurais da Chapada do Araripe conseguem e reconhecem seu empoderamento a partir de práticas agroecológicas.

Buscamos, na Região do Cariri, iniciativas voltadas à questão ambiental que levassem em conta as relações de gênero no âmbito rural, através da Associação Cristã de Base – ACB, situada na cidade do Crato – Ceará. Lá conhecemos o Projeto “Mulheres da Chapada do Araripe Integradas na Produção” que oferecia formação e assessoramento na implantação de sistemas agroflorestais em quintais e na organização de feiras agroecológicas para mulheres das áreas rurais do Cariri Cearense, trabalhando o empoderamento dessas agricultoras por meio dos princípios da agroecologia e da economia solidária. Nesse contexto, percebemos a importância e o desafio da realização de uma investigação sobre essas atividades e, se as mesmas, mudavam em algum sentido a vida das trabalhadoras quanto ao seu empoderamento em aspectos sociais, econômicos, psicológicos e políticos.

Portanto, com a pesquisa, procuramos contribuir com o debate sobre as relações de gênero e agroecologia e chamar a atenção para o trabalho rural feminino, a atuação governamental no espaço rural, por fim, instigar a reflexão sobre a postura da sociedade diante da degradação das relações ambientais e sociais.

Ao longo do processo investigativo buscamos atingir os seguintes objetivos: conhecer através do olhar das agricultoras rurais, seu cotidiano, os papéis que desempenham na família e comunidade; caracterizar as atividades econômicas e agroecológicas que realizam na Chapada do Araripe; compreender a importância de projetos e associações no fomento do empoderamento feminino; verificar e analisar se as mulheres alcançam e reconhecem seu empoderamento e os reflexos desse reconhecimento nas relações intrafamiliares e na comunidade.

O trabalho em foco traz na revisão da literatura o resgate da história da luta feminista e do movimento das mulheres rurais no Brasil. Dialogamos com autores e autoras sobre o conceito de Gênero, Agroecologia, Economia Solidária; apresentamos diferentes perspectivas quanto ao Empoderamento Feminino, a Divisão Sexual do Trabalho, a Educação Ambiental Popular e o Empoderamento Feminino. Em seguida destacamos a apresentação dos materiais e métodos usados na pesquisa; descrevemos *lôcus* da pesquisa, o perfil das mulheres participantes e a história da Associação Cristã de Base, que contextualiza os dados do estudo e seus resultados com análise da perspectiva das agricultoras sobre o empoderamento e a importância das atividades agroecológicas para suas vidas e para com a comunidade através de seus relatos; Finalmente, encerramos o estudo com as contribuições que a reflexão sobre as relações de gênero, o empoderamento feminino e a agroecologia podem trazer para o cotidiano dessas mulheres.

2 REVISÃO DA LITERATURA

2.1 O feminismo Como Reação às Desigualdades de Gênero

A história do feminismo não está dissociada da construção do conceito de gênero, a análise das relações de gênero é objeto do estudo feminista. É salutar resgatar brevemente a história da consolidação desse movimento e revisar os embates teóricos sobre a elaboração e as perspectivas do que é gênero e suas implicações junto às teorias feministas.

De acordo com Costa (2005), o feminismo é um movimento social, dinâmico e transformador de realidades, construído a partir dos anseios de cada época, por isso ele se refaz e se transforma a cada nova demanda.

O feminismo brasileiro, e também o mundial, de fato mudou, e não mudou somente em relação àquele movimento sufragista, emancipacionista do século XIX, mudou também em relação aos anos 1960, 1970, até mesmo 1980 e 1990. Na verdade, vem mudando cotidianamente, a cada enfrentamento, a cada conquista, a cada nova demanda, em uma dinâmica impossível de ser acompanhada por quem não vivencia suas entranhas. No movimento feminista a dialética viaja na velocidade da luz. (COSTA, 2005, p. 01).

Assim, enquanto movimento organizado e com bandeira de lutas explícitas, o movimento feminista toma expressão a partir do século XIX, influenciado pelos movimentos reivindicatórios dos anos anteriores, que lutava pela igualdade e direitos para todos, as reivindicações das mulheres se propagarem em lutas sociais e políticas pelo mundo. A demanda inicial é pelo direito ao voto, o movimento sufragista, considerado a “primeira onda” do feminismo, que, em seguida, incorpora demandas mais práticas no que diz respeito à vida das mulheres, quais sejam, defendiam o acesso à educação, assistência médica, direitos civis, melhores condições de trabalho. É importante ressaltar que as mulheres que aderiam a esse movimento, inicialmente, em sua maioria, eram brancas, urbanas e de classe média (COSTA, 2005).

Na virada do século e com algumas demandas conquistadas, as feministas reinventam seu movimento, surgindo, assim, a “segunda onda”, contextualizada junto aos movimentos dos anos 60, nos Estados Unidos e países europeus. Nesse contexto, as mulheres irão ampliar suas reivindicações, que passam de questões políticas e sociais para um nível mais teórico e estratégico. Louro (2017) afirma que o debate sobre os direitos das mulheres e sua representatividade passa a ocupar os estudos no interior das universidades. Os Estudos da Mulher irão promover pesquisas, publicações, estatísticas, marcando sua luta no meio científico, onde foram alvo de várias críticas. Acusadas de não serem neutras, as estudiosas/militantes do movimento vão “denunciar a ausência de mulheres nas ciências, nas letras, nas artes”.

O movimento feminista no Brasil surge mais moderado, quando comparado ao americano, no seio do discurso de esquerda e com teor acadêmico, como ressaltam Heilborn e Sorj (1999) e sendo reforçado por Costa (2005), quando relata a união das feministas a movimentos anarquistas e socialistas, influenciados por imigrantes europeus que vieram trabalhar no Brasil. Essa ideologia serviu de base para reivindicações por melhores condições de trabalho, tratamento igualitário de gêneros, fim de abusos e opressão.

Considerado bem-comportado nos seus anos iniciais, o movimento feminista ainda estava preso ao determinismo biológico, mas buscava direitos junto às instituições políticas e sociais. Suas reivindicações se deram principalmente através da imprensa. Esse meio de

comunicação vai exercer um papel fundamental na história do movimento, tanto mundial como brasileiro, com a fundação de revistas e jornais, nos quais, as feministas podiam expor suas ideias, realizar suas críticas ao sistema patriarcal e arregimentar novas ativistas à luta. Outro viés usado pelas feministas, foram os partidos políticos, como o Partido Republicano Feminista, fundado pela baiana Leolinda Dalton.

Esse primeiro momento do movimento feminista, em linhas gerais, pode ser caracterizado como de cunho conservador no que se refere ao questionamento da divisão sexual dos papéis de gênero, inclusive reforçavam esses papéis, estereótipos e tradições na medida em que utilizavam as ideias e representações das virtudes domésticas e maternas como justificativa para suas demandas. As lutas emancipatórias femininas continuaram no século XX, acompanhando os países da América Latina, assim como os Estados Unidos e Europa, as conquistas no campo político, como o direito de votar, não as conformou (COSTA, 2005, p. 13).

Durante o período da ditadura militar no Brasil (1964-1985), o movimento feminista foi marcado pela resistência ao governo autoritário e ditador. Massacrado junto a outras organizações opositoras ao governo, todas as organizações sociais (sindicatos, associações, partidos políticos, etc.) sofrem os impactos dos “Anos de Chumbo”. Porém, nas décadas de 70 e 80, o feminismo se reestabelece, buscando a redemocratização do país, momento que se inicia a “segunda onda” feminista brasileira, na qual o movimento vai lutar junto às organizações de esquerda: associações estudantis, partidos políticos e guerrilhas. Dessa maneira, seus anseios também sofrem transformações, se ampliam para os campos da liberdade sexual, discussões sobre o trabalho, a violência doméstica, entre outros tabus para a época.

Com a redemocratização e a conquista de espaços institucionalizados dentro do Estado, as feministas agora teriam de lidar com a nova condição política e sua inserção institucionalizada. Para atender a certas demandas do movimento, muitos governos realizaram políticas públicas voltadas às mulheres, criaram secretarias específicas, conselhos, leis e apoio a eventos nacionais, para debates e divulgação de ideias ligadas aos direitos das mulheres. Apesar dos espaços conquistados, ainda persistiam as barreiras para atingir a equidade de gênero, pois, seja nas instituições políticas, nas igrejas, nas escolas e na família, a busca pelo fim da opressão e do sistema patriarcal ainda prevalecia (COSTA, 2005).

Numa reflexão sobre o feminismo na contemporaneidade, Siliprandi (2015) nos apresenta como esse movimento se reinventa e atualmente se articula com diversos sujeitos que sofrem opressão, tanto no âmbito privado como no público. Para esta autora, o feminismo tem o caráter de ir além da questão das mulheres, o movimento permite a interlocução com outras categorias de análise como: classe, raça, trabalho.

Pode-se dizer que as questões tratadas hoje em dia pelo feminismo, para além das reivindicações de igualdade nos espaços públicos e das questões relativas à esfera privada – família, sexualidade –, estão, justamente, na imbricação desses diversos processos de opressão, na redefinição da existência de uma articulação entre as esferas do público e do privado, levando em consideração as diferentes formas como os mecanismos de dominação operam em cada situação (SILIPRANDI, 2015, p. 46).

Esse dinamismo do feminismo também é percebido por Scott (1989), ao defender que, como movimento social e ativo, este tem sua base teórica construída historicamente e rica em abordagens acadêmicas, as quais nos proporcionam uma vasta discussão de metodologias e

explicações sobre as relações de gênero, suas implicações e origens. Em sua análise, a autora classifica as teorias feministas em três:

A primeira, um esforço inteiramente feminista que tenta explicar as origens do patriarcado. A segunda se situa no seio de uma tradição marxista e procura um compromisso com as críticas feministas. A terceira, fundamentalmente dividida entre o pós-estruturalismo francês e as teorias anglo-americanas das relações de objeto, inspira-se nas várias escolas de psicanálise para explicar a produção e a reprodução da identidade de gênero do sujeito (SCOTT, 1989, p. 9).

Conforme o exposto, percebemos como o feminismo é um movimento heterogêneo e rico em perspectivas, as quais dizem muito sobre correntes epistemológicas e posições políticas, essa diversidade interna demonstra a possibilidade de o movimento ser repensado e reconstruído, além de sua articulação com outras categorias de análises, além do gênero.

Há uma ala dentro do feminismo que busca as explicações para as origens do patriarcado por meio das diferenças físicas, justificando a dominação masculina sobre a mulher devido à própria sexualidade em si e ao poder de reprodução do sexo feminino. De acordo com essa perspectiva a opressão feminina e a desigualdade seria fruto de uma condição biológica, que permitia somente a mulher o poder sobre a reprodução da espécie.

Essa teoria foi bastante questionada por teóricos (as) por limitar a assimetria entre homens e mulheres apenas ao determinismo biológico, excluindo as tramas sociais e o contexto histórico que influenciam as relações entre eles.

Sobre essa perspectiva, tanto Scott (1989) como Saffioti (1992) chamam a atenção para essa naturalização da dominação - exploração do masculino sobre o feminino, que variam conforme com o contexto histórico de cada sociedade. Louro (2017) rebate essas explicações simplistas do determinismo biológico por usarem as diferenças corporais, entre homens e mulheres, para justificar as assimetrias nas relações de gênero.

É necessário desmontar que não são propriamente as características sexuais, mas é a forma como essas características são representadas ou valorizadas, aquilo que se diz ou pensa sobre elas que vai construir, efetivamente, o que é feminino ou masculino em uma dada sociedade e em um dado momento histórico. (LOURO, 2017, p. 25)

Com um leque de segmentos internos, o feminismo vai se apresentar em diferentes correntes: liberal, socialista, radical. Na década de 1970 há uma aproximação do feminismo com o marxismo. Os estudos relativos à mulher estavam atrelados à desigualdade entre as classes. As ideias feministas marxistas fizeram uma análise mais histórica e materialista da opressão feminina, buscando as raízes da dominação masculina comparando ao mundo do trabalho, dentro da lógica capitalista. Assim como o trabalhador era oprimido pelo capitalismo, as relações entre homens e mulheres na família, no trabalho, na sociedade em geral, eram originadas de um sistema desigual de produção de capital. Nessa perspectiva teórica salienta-se que o patriarcado interagiu com o capitalismo gerando estruturas socioeconômicas e estruturas de dominação masculina. Heilborn e Sorj (1999) destacam que a grande ajuda do marxismo para o estudo das relações de gênero foi descentralizar essas análises do ambiente familiar e expandi-lo para o interior de outras relações sociais.

Paralelamente à busca das explicações da assimetria entre os sexos, as teorias anglo-saxãs vão debater o conceito de gênero, que passa a ser diferenciado do sexo. Os estudos se voltam para o campo social. Louro (2017, p. 25), por sua vez, ressalta que “(...) a pretensão não é negar que o gênero não se constitui com ou sobre corpos sexuados, ou seja, não é

negada a biologia, mas enfatizada, deliberadamente, a construção social e histórica produzida sobre as características biológicas”.

Segundo as teorias de gênero com abordagem psicanalítica, a formação das identidades dos sujeitos deve ser analisada desde a primeira infância, reforçando a ideia dos binários e aplicações de ideias universais sobre os sexos. Contrária a essa abordagem, Scott (1989) faz parte do grupo de teóricos e teóricas pós-estruturalistas, que foge de generalizações e causas universais, para ela: “o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder” (SCOTT, 1989, p. 21).

A análise do significado do termo gênero e sua aplicação às Ciências Sociais e à História, se deu associada não mais ao estudo exclusivo da História das Mulheres. Para a autora, a partir da década de 70, o uso do termo gênero segue uma linha mais descritiva e generalista com duas abordagens:

A primeira é essencialmente descritiva, isto é, ela se refere à existência de fenômenos ou realidades sem interpretar, explicar ou atribuir uma causalidade. O segundo uso é de ordem causal, ele elabora teorias sobre a natureza dos fenômenos e das realidades, buscando entender como e porque aqueles tomam a forma que eles têm (SCOTT, 1989, p.06).

Conforme a visão descrita acima, Costa (1998) destaca que as feministas se distanciam do binário sexo/gênero e do determinismo biológico que reinava nas teorias anteriores e começam a sinalizar uma mudança no enfoque de suas pesquisas, o objeto de estudo agora iria focar nas relações entre homens e mulheres, entre mulheres, entre homens, e nos poderes que cada um possui dentro das relações sociais, distanciando-se de essencialismo e binários sexo/gênero, mulher/homem.

No Brasil, na década de 1980, como meio de dar mais cientificidade aos estudos, o termo gênero começa a ser utilizado pelas feministas que substituem os “estudos da mulher” pelos “estudos dos gêneros” na academia.

Como podemos observar os debates a respeito do gênero não são novos. As discussões sobre as relações de gênero dão uma amplitude ao movimento feminista e instauram uma nova perspectiva focada não na busca de causalidades. Agora os esforços de teóricos (as) visavam entender como se davam as construções em torno do gênero e suas implicações na linguagem, nas instituições sociais, na sexualidade. Fugindo das dicotomias e desconstruindo a visão binária entre homens/mulheres, a perspectiva pós-estruturalista vai problematizar a questão de gênero.

A esse respeito Louro (2017, p.35) afirma que: “desconstruir a polaridade rígida dos gêneros, então, significaria problematizar tanto a oposição entre eles quanto a unidade interna de cada um”. As categorias de gênero e as suas representações sobre o corpo e a identidade são entendidas por Héritier (1996) não como fenômenos universais e biológicos, mas como construções sociais. Ela classifica a valência diferencial dos sexos como resultado de uma hierarquia entre o masculino e o feminino com caráter dicotômico sob a dominação do masculino, esta, assegurada por uma relação ideológica, em que os dados biológicos são manipulados de forma simbólica traduzindo-se em práticas sociais.

A partir do pós-estruturalismo, o “corpo” também seria uma construção, pois só teria significado a partir das marcas do gênero, sendo passivo e apropriado para significados culturais, arquitetados por meio de discursos regulados por uma cultura hegemônica “[...] baseado em estruturas binárias que se apresentam como linguagem da racionalidade universal. Assim, a coerção é introduzida naquilo que a linguagem constitui como domínio inimaginável

do gênero ” (BUTLER, 2017, p.30). Do ponto de vista de Louro (2017), as identidades de gênero não devem se limitar a papéis socialmente impostos. Para a autora, essas identidades são complexas, pois “não são fixas e permanentes”, estão em constante transformação de acordo com a história e as diferentes sociedades.

Isso supõe que as identidades de gênero estão continuamente se transformando. Sendo assim, é indispensável admitir que até mesmo as teorias e as práticas feministas – com suas críticas aos discursos sobre gênero e suas propostas de desconstrução – estão construindo o gênero. (LOURO, 2017, p. 39).

Muitos (as) estudiosos (as) apontam para o “falecimento da categoria de análise mulher”, no interior do movimento feminista, diante do conceito do gênero. Não há a necessidade de um radicalismo que apague dos estudos o termo mulher, entretanto, é primordial a desconstrução da categoria de um conceito universal de mulher, de um essencialismo masculino e feminino, o que deve haver é um entendimento quanto à análise dos estudos de gênero, considerando a mulher como sujeito histórico, portanto passivo de transformações, de discursos e práticas diversas (BUTLER, 2017).

2.2 Questões de Gênero no Meio Rural

2.2.1 Feminino e natureza: o ecofeminismo

Considerada a “segunda onda” do feminismo, a década de 1960 foi marcada pelas lutas sociais e políticas nos Estados Unidos e países europeus. Os movimentos foram de cunho pacifista, antimilitarista e antinuclear, nesse ambiente contestatório e fértil, no qual a defesa do meio ambiente se alia a essas bandeiras. A intersecção do feminismo às causas ambientais dá origem ao ecofeminismo.

Assim, relacionando o feminino com a natureza, as ecofeministas vão defender a importância da conservação da biodiversidade pelas mãos das mulheres. O termo ecofeminismo foi usado pela primeira vez por Françoise d’Eaubonne para mostrar o potencial que as mulheres tinham para realizar uma revolução ecológica, mudando as relações de gênero e as relações entre as pessoas e a natureza. Conforme Puelo (2004), d’Eaubonne mostra que a destruição da natureza não está associada só ao aumento populacional.

Nessa perspectiva, as raízes desse “novo feminismo” vão estar permeadas de dualismos (cultural/natural, cidade/campo, mulher/homem), baseados na teoria das diferenças, em que mulheres e homens tem condições biológicas que refletem suas relações sociais, conforme Siliprandi (2000). Esse “princípio feminino”, defendido pelo ecofeminismo, justificaria a aproximação entre mulher-natureza. Essa corrente, dentro do feminismo, é interpretada por diferentes ângulos e alvo de diversas críticas.

Bina Agarwal é uma economista indiana que critica o ecofeminismo em geral, e propõe em seu lugar o que chama de “ambientalismo feminista”. Ela considera que a maioria das representantes do ecofeminismo – especialmente o anglo-saxão – estabelece o vínculo entre gênero e meio ambiente somente em termos ideológicos, sem analisar, por exemplo, as fontes materiais da dominação das mulheres (inter-relacionadas com as ideológicas), que determinariam vantagens econômicas e poder político aos homens (SILIPRANDI, 2015, p. 75).

Essa aproximação entre o feminino e a natureza ganhou muitos adeptos após a difusão das ideias da indiana Vandana Shiva. Física, feminista e ganhadora do Prêmio Nobel Alternativo (1993), Shiva defende a ideia de que a mulher necessita do engajamento ecológico para sua subsistência, com alimentos seguros e livres de agrotóxicos, assim como para a liberdade econômica, social e sua valorização enquanto protagonista de sua vida. A autora chama a atenção para as mulheres do ‘Terceiro Mundo’ que obtêm da natureza de 60% a 80% dos alimentos que precisam para viver e sustentar suas famílias. A partir do estudo do movimento Chipko, na Índia, Shiva defende que as mulheres do ‘Terceiro Mundo’ teriam uma relação especial junto à natureza.

A crítica que se faz à teoria de Shiva é a aplicação da generalidade à todas as mulheres dos países pobres, como se todas tivessem passado pelas mesmas experiências e conhecimento sobre os recursos naturais. Como críticas a essa teoria, muitas autoras e autores contestam essa generalidade e a ausência de análise das diferentes categorias que essas mulheres podem ser analisadas, como: classes sociais, castas, raças, etc. Outro ponto de seus escritos que é alvo de debates é o fato dela apontar que só a partir do colonialismo, da imposição da ciência e do desenvolvimento ambiental iniciou-se a opressão feminina e destruição da natureza, como se nesses países, em épocas pré-coloniais, ainda não houvesse desigualdades, opressão e degradação ambiental (SILIPRANDI, 2015).

Entre as feministas, os debates continuam em torno das ideias ecofeministas. Sorj (1992) descreve que essa corrente feminista defende que a mulher teria um privilégio sobre a natureza, daí sua responsabilidade na defesa do ambiente, se daria por sua vivência estar atrelada apenas ao espaço doméstico, portanto, “protegida da lógica produtivista e da cultura industrialista”. Porém a autora, defende que:

O envolvimento das mulheres e das feministas na luta ecológica se deve muito menos à vivência feminina no lar e da família – mesmo que o ‘ecofeminismo’ encontre aí afinidades – e muito mais ao acesso ao mundo público, onde ganharam experiências política, uma visão mais ampla e diversificada dos problemas humanos, confiança para criticar a cultura e propor mudanças (SORJ, 1992, p. 149).

Nesse contexto, o ecofeminismo, assim como tantos movimentos reivindicatórios, é permeado por diferentes correntes internas. Em suma, essas correntes se alinham dentro do movimento na luta contra essa lógica capitalista de produção, em detrimento da degradação dos ecossistemas, trazendo ao debate meios sustentáveis de desenvolvimento econômico, mais éticos e menos desiguais, promovendo uma nova percepção entre os seres humanos e a natureza.

2.2.2 Trajetória dos Movimentos das Trabalhadoras Rurais no Brasil

O Brasil ainda lidera rankings quanto à desigualdade entre homens e mulheres referentes às questões econômicas, políticas e sociais. A discussão sobre gênero aos poucos é incorporada às políticas públicas no país, porém, ainda são insuficientes. É urgente a necessidade da equidade social, política e econômica, entretanto, há um longo percurso a ser percorrido para a efetivação desses direitos.

No entanto, alguns esforços estão convergindo para superar essa situação. No âmbito internacional acordos entre os países buscam dar visibilidade e garantir políticas mais eficientes, voltadas para equidade de gênero e direitos da mulher. No ano de 1975, no México,

foi realizada a I Conferência Mundial do Ano Internacional da Mulher, a partir da ONU instituiu a “Década da Mulher” (1975-1985). Já em 1979, foi criado o primeiro acordo internacional sobre os direitos humanos e das mulheres, a “Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher” (CEDAW), o Brasil aderiu a esse tratado em 1984, reconhecendo os direitos civis, educacionais, políticos e econômicos das mulheres.

Posteriormente, em 1995, aconteceu em Pequim – China, a IV Conferência Mundial sobre a Mulher com o tema central “Ação para Igualdade, o Desenvolvimento e a Paz”. Tal evento foi muito importante para os movimentos feministas e de mulheres, pois foi abordada a inclusão da questão do gênero nas políticas públicas internacionais.

A adesão do Brasil a esses acordos internacionais sinalizava um ganho para as mulheres. Dentro desse contexto, estas se organizaram em diversos movimentos com demandas específicas, como: meio ambiente, política, reforma agrária, direitos trabalhistas, entre outros.

O elo entre os problemas de gênero e ecológicos leva as mulheres a se articularem em movimentos de caráter mundial pela defesa da natureza e dos seus direitos, através de diversas organizações governamentais, associações populares e ONGs. A Conferência Mundial do Meio Ambiente e Desenvolvimento, que ocorreu no Rio de Janeiro, em 1992 (conhecida como Eco-92), e posteriormente, a IV Conferência Mundial da Mulher (Pequim, 1995) foram eventos que contaram com uma significativa representação feminina. (SILIPRANDI, 2015).

Paralelamente, é importante salientar que a união e organização pelos direitos da mulher e defesa da natureza devem estar articuladas com vários atores sociais e instituições, que sejam pautas de debate entre governos e população, assim como as entidades que as mulheres.

A organização feminina em torno das causas ambientais mobilizou milhares de mulheres em várias partes do mundo, principalmente em países pobres ou em desenvolvimento, da África e da América Latina, onde elas organizaram marchas, protestos, conferências, associações e sindicatos. A defesa da natureza e a luta por direitos se uniram a questões sociais, principalmente nas áreas rurais. A instituição do Ano Internacional da Mulher pela ONU, em 1975, impulsionou o movimento de mulheres e o engajamento na busca pelos seus direitos e participação política.

Na realidade brasileira, a luta das mulheres em movimentos sociais foi pulverizada em várias ações, como a luta das mulheres urbanas de classe média, inspiradas nos movimentos europeus e com caráter mais feminista e também no interior dos sindicatos, em que a demanda vinha das trabalhadoras rurais e urbanas e, em paralelo, aconteciam os movimentos populares autônomos.

Analogamente, resgatando historicamente o movimento de mulheres rurais no Brasil, Siliprandi (2015) afirma que, a princípio, a participação das mulheres rurais em movimentos sociais era mais voltada ao apoio ao marido, do que por demandas próprias. No caso do falecimento do companheiro, a mulher teria que assumir o seu lugar junto às organizações de mobilização.

Assim sendo, somente em 1980, que a participação das mulheres em movimentos sociais do campo voltou-se para os problemas femininos, como caracteriza Carneiro (1994). Anteriormente, as reivindicações eram comuns a homens e mulheres do campo. As mulheres, agora, mudam sua postura diante das mobilizações, buscam por um reconhecimento de sua identidade, do seu papel como trabalhadoras e produtoras, e conseqüentemente dos direitos que lhe devem ser garantidos. Contudo, a autora, chama a atenção o seguinte:

A ênfase em diferentes reivindicações e a diversidade de formas de luta e de organização estão relacionadas a situações específicas vividas por diferentes categorias de trabalhadoras rurais no processo de integração e exclusão a que foram submetidas (CARNEIRO, 1994, p. 14).

Em 1986, a criação do Movimento da Mulher Trabalhadora Rural do Nordeste (MMTR – NE), no sertão do Pernambuco, reivindicou junto à Confederação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (CONTAG), a sindicalização das trabalhadoras. Nada impedia a sindicalização delas, entretanto, para evitar mais uma despesa para a família, somente o homem era sindicalizado. Assim, a mulher não estava oficialmente protegida pelo sindicato.

Apesar das especificidades de cada região, há algumas demandas comuns nos “movimentos autônomos” das trabalhadoras rurais, como aquelas ressaltadas por Siliprandi (2015, p. 117):

[...] o acesso das mulheres à terra (mediante a titulação conjunta com os companheiros e a adjudicação de lotes a mulheres chefes de família nos assentamentos de reforma agrária); o reconhecimento da profissão de trabalhadora rural (em vez da identificação como “domésticas”); a garantia dos direitos sociais e previdenciários das trabalhadoras rurais; os direitos sindicais; e questões relacionadas ao atendimento de saúde às mulheres.

Em vista disso, com o processo de redemocratização do Brasil e a elaboração da nova Constituição em 1988, as trabalhadoras rurais se organizaram por meio de sindicatos, coletivos e movimentos autônomos, mobilizações para garantir que suas demandas fossem garantidas. Para isso, elaboraram abaixo-assinados, marchas em Brasília, campanhas, entre outras ações. A partir dessas reivindicações o movimento feminino rural obteve algumas vitórias e conquistou a ampliação de seus direitos expressas na nova Carta Magna.

Art. 189. Os beneficiários da distribuição de imóveis rurais pela reforma agrária receberão títulos de domínio ou de concessão de uso, inegociáveis pelo prazo de dez anos. Parágrafo único. O título de domínio e a concessão de uso serão conferidos ao homem ou à mulher, ou a ambos, independentemente do estado civil, nos termos e condições previstos em lei.

E também:

Art. 201. A previdência social será organizada sob a forma de regime geral, de caráter contributivo e de filiação obrigatória, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial, e atenderá, nos termos da lei, a:

Consoante com o § 7º, verificamos:

§ 7º É assegurada aposentadoria no regime geral de previdência social, nos termos da lei, obedecidas as seguintes condições: II—sessenta e cinco anos de idade, se homem, e sessenta anos de idade, se mulher, reduzido em cinco anos o limite para os trabalhadores rurais de ambos os sexos e para os que exerçam suas atividades em regime de economia familiar, nestes incluídos o produtor rural, o garimpeiro e o pescador artesanal. (BRASIL, 1988).

Apesar das conquistas consagradas na Constituição de 1988, ainda havia muito que lutar pela efetivação dessas leis. Em 1990, a Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais (ANMTR) lança a campanha, em nível nacional, “Nenhuma Trabalhadora Rural sem Documentos”. Essa busca pela documentação das trabalhadoras rurais demonstra o quanto essas mulheres estavam à margem do sistema e das garantias sociais, pois grande parte delas não tinha documentos de identificação, visto que a documentação é um passo importante para

o empoderamento dessas mulheres e seu acesso a direitos como previdência social, crédito, registro da propriedade (SILIPRANDI, 2015).

Por conseguinte, em 2000, aconteceu a primeira Marcha das Margaridas, organizada por mulheres do CONTAG e MMTR- NE em parceria com outras organizações, milhares de mulheres marcharam em Brasília reivindicando o título da terra para o casal, além de outras pautas ligadas a reforma agrária. Para Deere (2002), a Marcha das Margaridas representa a maior ação promovida pelos movimentos de mulheres da América Latina. Aconteceram outras marchas nos anos de 2003, 2007 e 2011. Nelas, as mulheres denunciavam questões relativas à reforma agrária, à violência contra a mulher, à pobreza e às desigualdades sociais.

Sem dúvida, a ampliação dos movimentos das mulheres rurais se deu devido à maior conscientização das mesmas, quanto à desigualdade de poder que permeia as relações de gênero no meio rural, pela falta de representatividade nas instituições, pela dificuldade de acesso à terra, à formação técnica, ao crédito, ao não reconhecimento de seu trabalho.

Atualmente, existem projetos governamentais que almejam o fim da invisibilidade do trabalho feminino rural, buscam o empoderamento dessas trabalhadoras e, nessa direção, alguns passos já foram dados, como é o caso do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), que tem uma linha de crédito destinado a mulheres. O PRONAF Mulher financia projetos individuais ou coletivos em áreas rurais, o público-alvo são mulheres pertencentes à unidade familiar de produção.

As mulheres que vivem no meio rural e têm essa forte ligação com a natureza, não por uma “essência”, mas por fazer parte de sua história de vida e, onde se constitui sua identidade, se organizaram em diversos grupos: mulheres indígenas, quebradeiras de coco, mulheres quilombolas. Na atualidade, ações como a Marcha das Margaridas e de grupos de trabalho dentro da Articulação Nacional de Agroecologia - ANA, por exemplo, mostram o protagonismo feminino diante das demandas contemporâneas, seja no âmbito social, político e/ou ambiental.

2.2.3 As Mulheres e o trabalho rural

Considerando essa onda feminista, mais plural e democrática quanto às suas demandas, vamos nos debruçar sobre a relação entre a preservação da natureza, o mundo do trabalho e o gênero. De acordo com Sorj (1992), algumas correntes dentro do ecofeminismo, defendiam que a aproximação feminina das questões ecológicas acontecia por considerarem que as mulheres estavam distantes do mundo público, ou seja, da lógica produtivista capitalista, resguardada no ambiente doméstico.

Essas teorias se resumiam a um discurso essencialista, enfatizando uma dimensão natural do feminino. Contudo, ficou evidenciado que a mulher não detém um “princípio natural” que a aproxima das causas ambientais, pois, pelo contrário, suas conquistas e a ocupação em lugares de poder, antes excluídos de sua vivência, fizeram com que se aproximassem das causas políticas, sociais e ambientais. Mas como podemos analisar a posição das mulheres dentro do mundo do trabalho? Como se constituem as relações sociais no âmbito do mundo do trabalho urbano e rural?

Uma vez que a divisão do trabalho era baseada no sistema patriarcal, do qual o sistema produtivo fazia parte e levava em consideração as diferenças entre os sexos, haviam tarefas exclusivas para mulheres desempenharem devido à sua natureza biológica e atividades ditas como masculinas, caracterizadas pelo uso da força ou cargos de poder.

Segundo a Organização das Nações Unidas – ONU Mulheres no Brasil divulgou em 2016, as mulheres ganham cerca de 24% a menos do que os homens, desempenhando a mesma função. A desigualdade salarial, assim como a falta de mulheres em cargos de chefia

ou em partidos políticos, são alguns itens que demonstram como nosso país tem que avançar na equidade de gênero.

Conforme Costa (2005), essas desigualdades entre homens e mulheres implicam na invisibilidade feminina, tanto no ambiente rural como urbano. Consequentemente, quando analisado no mundo do trabalho esse não reconhecimento quanto às mulheres é reproduzido nesse sistema patriarcal arcaico que supervaloriza o papel do gênero masculino.

Uma síntese a respeito dos estudos relacionados à questão de gênero e ao mundo do trabalho realizada por Heilborn e Sorj (1999) apresenta algumas perspectivas teóricas da sociologia e do feminismo. De acordo com as autoras, por volta dos anos 1960 e 1970, a análise feita da exclusão ou inclusão da mulher no sistema produtivo, principalmente industrial, se deu pelas bases do marxismo, que justificavam o uso da mão-de-obra feminina em detrimento do sistema econômico. Não havia um aprofundamento das questões de gênero e suas implicações no trabalho feminino, restringindo-se apenas ao capital como meio opressor da mão-de-obra feminina.

No contexto dos anos 1980, as transformações sociais e econômicas são produtos de uma maior industrialização e avanços tecnológicos. Nesse período, mais mulheres são inseridas no mercado de trabalho. As teóricas feministas, agora, ampliavam seus estudos sobre gênero e buscavam fazer uma análise do trabalho exercido não só por mulheres, mas nas diferenças entre as tarefas executadas por homens e mulheres; articulavam a análise sobre as relações sociais com o trabalho, investigando as intersecções entre gênero, classe e renda.

Sob essa ótica, as relações trabalhistas e a divisão do trabalho fizeram parte de uma identidade de gênero. Essa teoria defende que a divisão do trabalho é mais um reflexo da identidade de gênero e que não está limitada só ao âmbito privado da família, mas que se expande em outros segmentos externos, inclusive no sistema produtivo. Na fala das autoras é preciso “pensar o gênero como um sistema simbólico que organiza relações de poder, igualdades e desigualdades no mundo do trabalho e fora dele” (HEILBORN e SORJ, 1999, p. 20).

Histórica e socialmente, há uma supervalorização do trabalho produtivo, exercido pelo homem, pois, na lógica capitalista, gera lucro. Se analisarmos o trabalho doméstico, que é reprodutivo no interior das famílias, vimos como já apresentado anteriormente, que é exercido quase exclusivamente pela mulher, invisibilizado e desvalorizado, pois não há oriunda dessa atividade laboral, uma lucratividade econômica para o capitalismo.

No século XX, houve um aumento da taxa de mulheres no mercado de trabalho, como afirma Bruschini (2007), tendo ocorrido isso por diversos fatores: mudanças nos padrões culturais; diminuição da taxa de natalidade; crítica ao papel social da mulher; além do acesso que elas tiveram à escolaridade e às universidades, o que possibilitou uma maior atuação em campos profissionais mais diversificados. Apesar dos avanços indiscutíveis, isso não significou haver equidade entre homens e mulheres no trabalho, seja reprodutivo ou produtivo.

Ainda, o quantitativo crescente de mulheres empregadas não trouxe melhorias nas condições de trabalho feminino, pelo contrário, tais avanços vêm “acompanhados de sua precarização e vulnerabilidade crescentes, sendo um dos paradoxos centrais da globalização do ponto de vista do gênero” (HIRATA, 2003, p. 19)

Consequentemente, a aceitação por parte dos homens, da mulher trabalhar fora do espaço familiar, se deu por negociações. Em alguns casos a mulher teria que conciliar o cuidado doméstico com o trabalho externo; poderia também haver uma distribuição de tarefas entre os membros da família, no entanto, nem sempre era igual e justo; e, por fim, havia as mulheres que terceirizavam o cuidado com os filhos e a casa nas mãos de outras trabalhadoras. Essas eram, e ainda são, as barreiras que muitas mulheres enfrentam para exercer alguma profissão no espaço produtivo, além das tarefas do lar.

Utilizamos na pesquisa, o conceito de trabalho dado por Hirata (2010), referindo-se a atividades desenvolvidas por homens e mulheres nos espaços públicos e privados, trabalhos formais e informais, remunerados ou não, classificados como produtivos (mercado de trabalho) e reprodutivos no interior da família. A divisão sexual do trabalho é entendida, aqui, como “a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais entre os sexos; mais do que isso, é um fator prioritário para a sobrevivência da relação social” (HIRATA, 2007, p. 05).

Por ser produto das relações entre homens e mulheres, a divisão sexual do trabalho é alvo de estudos das teorias feministas, pois não podemos estudar separadamente as relações desiguais entre os gêneros sem focarmos também em questões sociais e econômicas, visto que muito da situação a que as mulheres são submetidas está em constante imbricação com esses segmentos.

Além das diferenciações de trabalhos entre os sexos, há uma polarização do trabalho entre as próprias mulheres:

Um polo é formado por mulheres executivas, profissionais intelectuais de nível superior (médicas, advogadas, juízas, arquitetas, engenheiras, jornalistas, professoras universitárias, pesquisadoras, publicitárias, etc.). Outro polo é constituído por mulheres em setores tradicionalmente femininos: empregadas domésticas e diaristas (categoria profissional a mais numerosa no Brasil); setor público de saúde (auxiliares de enfermagem); educação (professoras de maternal e ensino fundamental, sobretudo); prestação de serviços; profissionais do trabalho de cuidado (HIRATA, 2010, p. 3).

E no espaço rural, como se dão as relações de gênero e como estas refletem no trabalho? É importante refletir sobre a agricultura familiar e como as relações de gênero se estabelecem nessa esfera. Considerando o gênero como categoria de análise, Pacheco (2004) defende que não podemos desassociar o gênero das suas representações na família, no trabalho, na economia. Sendo a família um espaço de relações poder, a desigualdade nas relações de gêneros desconstrói essa ideia de família equilibrada, em que todos estão felizes, desempenhando seus papéis sociais.

Ato contínuo, partindo para uma análise mais focada nas relações de trabalho e gênero no espaço rural, a agricultura familiar se mostra como o principal meio físico e simbólico em que essas relações se dão, uma vez que há uma divisão entre trabalhos produtivos, realizados por homens, e trabalhos reprodutivos, designados às mulheres. Nessa última classificação há pouco reconhecimento pelas tarefas executadas pela mulher, sendo nomeadas apenas como “ajuda” ao marido, tendo caráter de complemento. Mesmo quando a mão-de-obra feminina vai além dos serviços domésticos, por exemplo, quando a mulher vende os produtos produzidos pela família nas feiras, essa atividade ainda é considerada inferior ao trabalho masculino (PACHECO, 2004).

Como já apontado anteriormente, a defesa da natureza também foi motivo de luta das mulheres. Nos últimos anos, a temática das relações sociais de gênero vem sendo incorporadas ao debate agroecológico. A sustentabilidade, assim como o feminismo, são movimentos que apresentam uma alternativa ao sistema dominante, tem suas raízes fincadas nas lutas sociais, criticando “a exploração de classe, a injustiça social e ambiental” (PACHECO, 2004, s.p.).

Para construir esse elo entre as relações de gênero e a agroecologia, Pacheco, alerta que:

Incorporar a perspectiva de gênero, articulada com uma concepção agroecológica apoiada na agricultura e no agroextrativismo familiares, requer um triplo desafio: revisão de nossas categorias de análise, revisão de nossas práticas político-educativas e aprofundamento das críticas às propostas de políticas públicas para a proposição de alternativas (PACHECO, 2004, p. 02).

A agricultura familiar se constituiu como um modelo alternativo de lidar com a natureza, contrapondo-se ao modelo do agronegócio.

Na contracorrente desse modelo, defendendo uma agricultura sustentável, inspirada nos princípios da agroecologia, há um campo de forças políticas que inclui movimentos sociais, entidades socioambientais, núcleos de pesquisadores e extensionistas, etc., para os quais ter a agricultura familiar e agroextrativista como centro das políticas orientadas para o agro é reconhecer, para além dos determinismos econômicos, a importância da diversidade e dos serviços que ela presta ao conjunto da sociedade do ponto de vista ambiental e sociocultural (PACHECO, 2004, p. 02).

Portanto, a agricultura familiar é uma alternativa para superar a degradação ambiental. O agricultor e a agricultora que usam práticas agroecológicas estão mais próximos de uma visão diferenciada do resultado do seu produto, pois eles visam a harmonia entre produção e conservação, o uso mínimo de insumos exteriores, valorização da cultura local, preservação e recuperação do espaço onde trabalham e vivem. A sustentabilidade de suas atividades e de seu ganho vem do uso consciente da natureza. Para isso é fundamental o empoderamento desses atores sociais (PACHECO, 2004).

Para alcançar um desenvolvimento rural sustentável, os governantes devem reestruturar seus projetos e rever o conceito de desenvolvimento, pois sabemos a importância da agricultura familiar no fornecimento de alimentos para grande parte da população e, ao mesmo tempo, como esse grupo é excluído de incentivos financeiros, técnicos e de serviços públicos.

Nessa perspectiva, enquanto a mulher rural estiver à margem das políticas públicas, com dificuldade de acesso às linhas de crédito, à assistência técnica e à terra, dificilmente alcançará seu empoderamento. Segundo Pacheco (2009), apenas quando superarmos essas barreiras e reconhecermos o trabalho feminino na agricultura, na pecuária, no agroextrativismo, é que iremos superar essa dicotomia entre trabalho produtivo e reprodutivo, só assim alcançaremos uma equidade de gênero.

Logo, deve haver uma reflexão e desconstrução acerca da imagem estereotipada da mulher que habita e trabalha no meio rural. Para isso muitos movimentos organizados pelas mesmas, avança na denúncia dessas desigualdades e lutam pela equidade de gênero.

A partir dos anos 2000, houve um interesse acadêmico sobre a relação da mulher com a agroecologia, constatando que as trabalhadoras rurais que seguiam o viés agroecológico estavam ampliando seus espaços de socialização. Siliprandi (2015) aponta alguns motivos indicadores dessa transformação: a valorização de seu trabalho, os cultivos de hortas, a criação de animais, o beneficiamento de frutas; a comercialização em feiras, produção de artesanatos. Além de gerar uma renda própria, possibilitavam sua socialização em espaços públicos, reconhecimento social e autonomia.

A agroecologia possibilita o empoderamento de seus praticantes, além de reconhecer a importância dos saberes tradicionais. Dessa forma:

(...) é uma abordagem agrícola que incorpora cuidados especiais relativos ao ambiente, assim como aos problemas sociais, enfocando não somente a

produção, mas também a sustentabilidade ecológica do sistema de produção. (HECHT citado por SILIPRANDI, 2015, p. 83).

Percebemos desse modo, que as ações agroecológicas, e toda sua base ideológica, podem gerar o empoderamento às mulheres. Pacheco (2004) e Siliprandi (2015) definem que a partir das práticas agroecológicas a mulher pode conquistar o reconhecimento como produtora de bens e gestoras do meio ambiente.

Como sistema alternativo de produção e sustentabilidade, a agroecologia, não se limita somente à questão econômica, mas extrapola as barreiras, ao envolver e valorizar todo o processo de produção e seus atores. Para se praticar princípios ecológicos há de se levar em consideração a sustentabilidade dessas ações para que possam ser viáveis e rentáveis. A sustentabilidade aponta como meio de conservar o ambiente de forma harmoniosa com a economia. A partir de uma visão integradora: natureza, economia e empoderamento feminino, é instigante para alguns grupos de mulheres que moram no meio rural, seguirem modelos sustentáveis e agroecológicos, com saberes tradicionais associados aos saberes científicos.

As participantes da referida pesquisa integram um exemplo dessa relação entre gênero e agroecologia, pois são mulheres que habitam a Chapada do Araripe, organizadas na produção agroecológica e na preservação do ambiente que vivem.

2.3 Agroecologia: Caminhos para Preservação, Equidade Social e Empoderamento

Os significativos avanços na aplicação do cientificismo na produção agrícola, conquistados no século XIX, se intensificaram e promoveram a Revolução Verde, em meados da década de 1970, inicialmente nos Estados Unidos e Europa e, posteriormente, espalhando-se por países subdesenvolvidos. O termo, que foi corretamente empregado, *Revolução*, traduz as transformações nas bases de produção agrícola e nas relações entre o homem e a natureza.

Buscando a maior produtividade e excelência nos produtos, o pacote tecnológico que a Revolução Verde trouxe prometia não só a modernização do campo, mas solucionar um problema mais profundo, a fome. De acordo com Ehlers (2017, p.17) “Seu objetivo era promover a melhoria dos índices de produtividade agrícola, por meio da substituição dos moldes de produção locais, ou tradicionais, por um conjunto bem mais homogêneo de práticas tecnológicas”.

Em vista disso, propagando-se pelo mundo, as ideias trazidas com a Revolução Verde encontraram apoiadores no Brasil, desde políticos até os proprietários rurais e cientistas, o que gerou um plano de governo no sentido de promover pesquisas ligadas ao melhoramento de técnicas agrícolas, mudanças genéticas em sementes, além da liberação de linhas de crédito aos proprietários rurais. A Revolução Verde trazia o desenvolvimento aos diversos setores da sociedade, “Afinal, a adoção desse padrão tecnológico significava, além do aumento da produção, a abertura de um extenso mercado de máquinas, implementos, sementes e insumos agroquímicos” (EHLERS, 2017, p. 18).

Não obstante, até hoje, a Revolução Verde é alvo de várias críticas por parte de ambientalistas, agricultores (as) e pesquisadores (as). No caso do Brasil, a mecanização da agricultura trouxe um desequilíbrio maior entre os pequenos agricultores e os latifundiários; as linhas de crédito não eram acessíveis, forçando vários (as) trabalhadores (as) rurais migrarem compulsoriamente para a cidade. Além de aspectos sociais, outro fator de descrédito dessas transformações no campo foi o impacto ambiental.

A contaminação da água, dos alimentos e de muitos trabalhadores rurais, a destruição das florestas, a erosão dos solos ou mesmo desertificação de

algumas áreas, tornaram-se problemas quase que inerentes à produção agrícola (EHLERS, 2017, p. 19).

A Revolução Verde trouxe os moldes da indústria para o campo. A Agricultura Industrial (AI), argumenta Altieri (2004), teve como pilares: a agroquímica, a motomecanização e a manipulação genética. Através do uso de insumos e pesticidas variados e com efeitos danosos ao ambiente, garantiam uma segurança para a prática da monocultura e de colheitas com o mínimo de perdas. A motomecanização agrícola através do uso de máquinas mais rápidas e mais produtivas causou a diminuição da mão-de-obra e o aumento da produção. E por fim, mas não menos importante, o pilar da AI que mais recebeu investimento e atenção de cientistas, a manipulação genética. Estudos avançam cada vez mais para a modificação genética de plantas, para que ficassem mais resistentes aos diversos insumos e ambientes, gerando uma produção agrícola em larga escala, menos dependente de ações naturais e mais rentável economicamente, na contramão da segurança alimentar e da sustentabilidade.

Como consequência, esse modelo de AI degradou o ambiente e excluiu o (a) pequeno (a) agricultor (a) do acesso aos avanços tecnológicos, levando a escassez dos recursos naturais, como por exemplo, a água, pois, de acordo com as Organização das Nações Unidas (ONU), 70% da água consumida no mundo é utilizada na irrigação, ou seja, tanto no mundo como no Brasil, a agricultura é o setor que mais consome água, superando a indústria e os domicílios. O desaparecimento de florestas no Brasil, assim como a degradação dos solos férteis chama a atenção para revermos esses paradigmas da agricultura moderna e repensarmos uma agricultura alternativa.

A década de 1980 significou um momento de reflexão e pesquisa sobre alternativas à agricultura convencional. Diante da crise ambiental produzida pelo modelo agrícola vigente na época, era urgente uma mudança de postura diante do uso dos recursos naturais, da qualidade dos alimentos e a conservação da biodiversidade. A resposta à essas inquietações da opinião pública e de ambientalistas foi a agricultura sustentável.

A agroecologia fornece os meios científicos para a prática de uma agricultura alternativa, segundo Altieri (2004). Logo, a Agroecologia ganhou espaço entre as pesquisas nos países ricos, como os Estados Unidos, tornando-se um contraponto à agronomia convencional e alternativa ao modelo agrário imposto desde a Revolução Verde, vindo, assim, a ser disseminada em várias partes do mundo, principalmente nos países da América Latina.

Nessa conjuntura, de disciplina acadêmica para uma prática alternativa de relação da natureza e do ser humano, a Agroecologia é praticada com diversas experiências exitosas. Como uma ciência de princípios ecológicos é uma alternativa ao modelo agroexportador predominante, fornecendo subsídios para uma nova forma de cultivo no âmbito ambiental, social e economicamente sustentável (ALTIERE,2004). Assim, o pesquisador une o conhecimento empírico dos (as) agricultores (as) à ciência, almejando uma produção com o mínimo de insumos químicos e dependência de fontes energéticas externas, gerando um equilíbrio ecológico dentro do próprio agrossistema. “A produção sustentável em um agroecossistema deriva do equilíbrio entre plantas, solos, nutrientes, luz solar, umidade e outros organismos coexistentes” (ALTIERE, 2004, p. 23).

O objetivo da agroecologia é fornecer os recursos metodológicos para se realizar uma agricultura sustentável, respeitando e preservando conhecimentos tradicionais das comunidades que aderem a esse modelo, produzindo de forma consciente e ecologicamente sustentável, sem excluir os atores desse processo: o (a) agricultor (a), como sujeito ativo e que detém conhecimentos e história. A sustentabilidade tem os meios utilizados nessa transição de sistemas produtivos agrícolas que permitirá a durabilidade dessas atividades (SILIPRANDI, 2015).

Nesse contexto, a produção agroecológica envolve aspectos econômicos rentáveis, emancipadores para os envolvidos e uma sociedade menos desigual, pois possibilita aos que dependem do cultivo da terra para viver permanecer nos seus espaços com dignidade.

Segundo as bases agroecológicas, a produção agrícola deve ser entendida dentro de um contexto complexo e com uma rede de segmentos. A dimensão técnica deve se unir às questões sociais, econômicas e culturais. Temas historicamente excluídos devem ser levados em consideração, como a questão de gênero, a posse da terra e a formação técnica do pequeno produtor e produtora rural. “Há um interesse geral em reintegrar uma racionalidade ecológica à produção agrícola, e em fazer ajustes mais abrangentes na agricultura convencional, para torná-la ambiental, social e economicamente viável e compatível” (ALTIERE, 2004, p. 20).

A Agroecologia sozinha não dá conta de soluções generalistas para a agronomia capitalista, sua atuação é pontual, não se constitui como paradigma para soluções globais. Entretanto é uma alternativa ao “modelo depredador agroindustrial hegemônico”.

A Agroecologia, como reação aos modelos agrícolas depredadores, se configura através de um novo campo de saberes práticos para uma agricultura mais sustentável, orientada ao bem comum e ao equilíbrio ecológico do planeta, e como uma ferramenta para a autossustentância e a segurança alimentar das comunidades rurais. (LEFF, 2002, p. 37).

Desde meados dos anos 1970, 1980 e fortemente nos anos 1990 o movimento ambiental é incorporado pelas comunidades rurais. Esse movimento ideológico humanístico considera todos os envolvidos no processo, todos são seres históricos e ativos. Valoriza as particularidades de cada região, suas potencialidades econômicas, sem desvirtuar suas tradições e sua identidade. Almejando reverter o quadro degradador do ambiente e das populações que se relacionam diretamente com o meio rural, fortalece a importância da diversidade, promove a igualdade e justiça social, mostrando formas de convívio entre a sociedade e a natureza, baseadas na democracia e sustentabilidade.

Os benefícios ambientais de uma agricultura ecologicamente mais “limpa” e sustentável são listados por Altieri (2004): Efeitos no solo; Efeitos sobre pragas, doenças e ervas adventícias; Efeitos sobre a produção; Efeitos sobre os aspectos econômicos, ou seja, esses fatores têm efeitos desde questões mais técnicas sobre a natureza como questões sociais e econômicas, como a preservação de costumes, geração de renda, autonomia dos (as) agricultores (as). Esse autor chama a atenção para se levar em consideração outros fatores, além da rentabilidade econômica, destacando que são de igual importância questões relativas à capacidade produtiva, integridade ecológica, saúde social e identidade cultural.

É importante buscar uma análise de quanto a propriedade rural pode manter o equilíbrio e a permanência de sua produção, aliadas ao crescimento econômico, social e cultura dos sujeitos envolvidos nesse processo. Por isso, o esforço de governos e das ONGs para diminuição da desigualdade social na área rural deve ser pensado de forma holística, permeando não apenas o fazer técnico, compreendendo que deve haver uma contextualização com a história da população que ocupa essas áreas.

O Brasil é um país singular, quando se trata de recursos naturais, com água e terras férteis em abundância. Apesar de ter esses fatores favoráveis à produção agrícola, as áreas rurais brasileiras são permeadas de pobreza, degradação e desigualdade ao acesso desses recursos. Para os (as) pequenos (as) agricultores (as) é difícil a permanência no campo, sem formação técnica e posse da terra, e na maioria das vezes, tornam-se dependentes dos insumos externos, que nem sempre são acessíveis, tornando a produção instável.

As ONGs têm papel muito importante como difusoras de princípios agroecológicos junto a comunidades rurais, como ressalta Altieri (2004, p. 41):

Algumas ONGs envolvidas em Programas de Desenvolvimento Rural (PDR) demonstraram uma capacidade única de compreender a natureza específica e diferenciada da pequena produção, promovendo experiências bem-sucedidas na geração e transferência de tecnologias camponesas.

A agroecologia tem um grande potencial como alternativa para a reestruturação do (a) pequeno (a) agricultor (a). Ehlers (2017) aponta a importância da relação entre a agroecologia e a agricultura familiar. Segundo o autor, as políticas públicas voltadas para o campo devem agir eficazmente junto à agricultura familiar, que foi excluída do processo de modernização da agricultura brasileira e que é de fundamental importância para a implementação de sistemas sustentáveis. A agricultura familiar tem uma produção em menor escala, é mais flexível e seus membros têm conhecimento sobre a diversidade de culturas. Por essas características ela se torna viável para as práticas agroecológicas, além de valorizar o conhecimento local, a permanência no campo e a conservação de suas tradições.

O Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) aponta que no Brasil, 70% dos alimentos que chegam à mesa da população são produzidos pela agricultura familiar. Os projetos voltados para agricultura familiar devem levar em consideração o contexto em que as pessoas estão inseridas, suas vivências e demandas. É essencial facilitar o acesso dos (as) agricultores (as) aos meios que possibilitem a prática da agricultura com bases agroecológicas e sustentáveis, é primordial o acesso a recursos financeiros; linhas de crédito mais democráticas; terras cultiváveis; água; mercado; orientações técnicas. Devemos pensar na produção não apenas como mercadoria/lucro/mercado, mas como meio de segurança alimentar de quem vende e de quem compra, preservação do ambiente e das relações sociais que permeiam essa comercialização, transcendendo as questões econômicas e técnicas. (ALTIERE, 2004)

Historicamente, observamos que com a Revolução Verde, a racionalidade econômica prevaleceu sobre os princípios ambientais e sociais. Nesse contexto de mudanças, Leff (2002, p. 46) chama a atenção para uma “racionalidade produtiva capaz de gerar um desenvolvimento equitativo, sustentável e duradouro”. Na visão do autor, para que essa nova lógica produtiva seja duradoura e rentável, mas, acima de tudo, que preserve os ecossistemas e a autonomia das comunidades rurais é necessária a participação coletiva e direta nas decisões, o que torna os seus participantes mais democráticos e ativos no processo. Daí a importância de políticas públicas voltadas para a educação dessa população, que, assim, poderão se autogerir e, através da coletividade, traçar estratégias para manejo das culturas, mercado consumidor, produção sustentável.

Desta maneira, um movimento social, cada vez mais amplo, avança na construção de uma nova racionalidade produtiva, fundada em bases agroecológicas para uma produção sustentável, assim como em critérios de equidade social e diversidade cultural, capazes de reverter os processos de degradação ambiental e gerar benefícios diretos para as comunidades responsáveis pela autogestão de seus recursos ambientais (LEFF, 2002, p.50).

Já é comprovado que para nossa sobrevivência no planeta devemos transformar nossa relação com a natureza. A degradação ambiental resultante de um sistema de desenvolvimento capitalista que não leva em consideração a finitude dos recursos naturais, portanto, devemos rever as formas de produção, de consumo e buscar alternativas. A agroecologia, como um novo paradigma na produção agrícola e na relação entre as pessoas e os ecossistemas, revela que ela só é possível com uma nova racionalidade produtiva, em que as relações humanas, a preservação ambiental e a equidade social sejam anteriores ao lucro e ao progresso. A

sustentabilidade é o desafio para as próximas gerações, que, certamente, irão indagar-se, como produzir e se alimentar de forma segura sem degradar o ambiente. Diante dessa crise ambiental que assola o planeta, as pessoas se organizam em diversos movimentos, a fim de alertar e repensar as maneiras que estamos usando nossos recursos naturais, refletindo sobre produção, práticas, consumo, o que torna urgente uma nova relação entre a humanidade e a natureza.

A trajetória da Agroecologia é construída pela união de diversos movimentos sociais. Um deles é o movimento de mulheres rurais que foram fundamentais para a consolidação das práticas agroecológicas no Brasil. Em várias regiões do país, as primeiras experiências agroecológicas vão ser praticadas por agricultoras, com o incentivo e formação vinda da articulação entre ONGs, movimentos sociais das mulheres rurais e por parcerias internacionais.

Dessa maneira, na década de 1980, os Encontros Brasileiros de Agricultura Alternativas (EBAAAs) reuniam estudantes, professores (as), profissionais e agricultores (as) em torno de temas sobre o desenvolvimento agrário, os quais, além de contestatórios do modelo de desenvolvimento predominante, também difundiam novas tecnologias, sendo as primeiras iniciativas organizadas sobre o debate da Agroecologia no Brasil. De acordo com Siliprandi (2015), há poucas informações sobre a participação feminina nesses eventos, as mulheres estavam em número bem inferior, tanto na atuação como palestrantes como de ouvintes. Conforme a autora, a década de 1980 e 1990 vai haver uma aproximação entre os movimentos agroecológicos e as questões relativas à luta das mulheres, momento em que os debates nessa área estavam aderindo às questões de gênero no campo.

Dentro do ideário agroecológico atual a luta não se limita somente pela transformação da relação entre o homem e a natureza, mas propõe o debate sobre as relações humanas, questiona as relações de poder entre homens e mulheres no meio rural, jovens, idosos, diferentes grupos étnicos e raciais. No final da década de 1990, há um esforço de várias instituições e redes para divulgar experiências ligadas a esses temas e fomentar políticas públicas para o setor (SILIPRANDI, 2015, p. 145).

Através da promoção de eventos, seminários e criação de grupos que trabalhavam e divulgavam a Agroecologia, as práticas agroecológicas foram sendo aderidas por mais pessoas. A criação da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), em 2002, foi um marco na fusão de temas sociais, políticos e ambientais. A ANA busca articular diversos movimentos, redes e associações no sentido da promoção da agroecologia, apoio à agricultura familiar e construção de alternativas ao desenvolvimento rural. Dentre suas vertentes de trabalho, as questões de gênero estão presentes em suas discussões, em que é trabalhado o protagonismo das mulheres no espaço rural aliado às práticas agroecológicas. (ANA, 2008)

Nessa perspectiva, durante o I Encontro Nacional de Agroecologia (ENA), em 2002, no Rio de Janeiro, a participação feminina era minoria, cerca de 30%. No ENA, as mulheres aproveitaram para declarar a falta de representatividade feminina, o que levou as participantes do evento a publicar uma carta reivindicatória sobre como são tratadas as questões de gênero nesses encontros. Como resultado da insurreição feminina foi criado dentro da rede ANA, um Grupo de Trabalho sobre Gênero. De caráter permanente, esse GT propõe a discussão dessas questões dentro da instituição. Atualmente, esse GT chama-se “Mulheres da ANA” (ANA, 2008).

Incorporar a questão de gênero ao debate da Agroecologia é viável e foge de teorias essencialista sobre a aproximação natural da mulher à natureza. A mulher, assim como o homem, constrói as relações entre si e com a natureza a partir de relações sociais alicerçadas no sistema capitalista e patriarcal. Assim, a Agroecologia deve incorporar categorias que são

primordiais dentro das relações sociais, como: classe, gênero, raça, sexualidade, dentre outras. “Portanto, é importante para o desenvolvimento da Agroecologia perceber quais são as questões que se colocam, por exemplo, para mulheres, homens, jovens” (ANA, 2008, p.69).

Há muitas experiências exitosas de práticas agroecológicas realizadas por mulheres, como projetos e ações que encabeçam mudanças de hábitos de produção e consumo, buscam a valorização do trabalho feminino e seu empoderamento. A produção de alimentos saudáveis, a guarda de sementes crioulas, as relações de solidariedade e práticas econômicas justas são algumas ações desenvolvidas por mulheres de várias regiões do Brasil, influenciadas pelas ideias agroecológicas. “O saber popular das mulheres tem contribuído muito para a ampliação das experiências agroecológicas no Brasil e por isso tem que ser valorizado tanto quanto o saber dos homens” (ENA, 2014).

Eventos como III ENA, em 2014, ajudam a divulgar as experiências agroecológicas e a incentivar mais pessoas a adotarem essa alternativa sustentável de produção e consumo. Como proposta para possibilitar a participação de mais mulheres para o encontro, o III ENA propôs que 50% dos seus participantes deveriam ser mulheres, contando com o apoio do GT Mulheres da ANA, associações e sindicatos. Iniciativas como essa estimulam as trabalhadoras rurais a participarem dos eventos, troquem experiências e serem protagonistas de suas lutas, vencendo muitas vezes o preconceito, o machismo e as dificuldades em se ausentar de casa para participar de momentos como esse.

Desta forma, comparando a décadas anteriores, a participação das mulheres no movimento agroecológico teve um aumento considerável, porém, há algumas barreiras a serem transpostas. Uma delas reivindicada pelo movimento feminista e de mulheres rurais, é a assistência técnica e extensão rural voltadas para as trabalhadoras que praticam a Agroecologia, pois, muitas mulheres relatam que por sua produção ser na maioria das vezes nos quintais de suas casas e voltadas para o autoconsumo da família, não lhes é dada a devida importância. Quaresma (2015) explica que isso é um erro, pois ao passo que a mulher produz para a subsistência, ela evita que se gaste dinheiro comprando gêneros alimentícios, outro fator que deve ser levado em consideração é que o excedente de sua produção pode gerar renda. Nas pesquisas voltadas ao campo da Agroecologia, poucas consideram a importância feminina na prática agroecológica.

Por isso, é emergente a criação de projetos voltados para a formação política dessas mulheres, assistência técnica, linhas de crédito e avanço nas discussões sobre a divisão sexual do trabalho no campo.

2.4 Educação Ambiental Popular e o Empoderamento Feminino: Uma Perspectiva Feminista

Já foram citados vários problemas referentes à degradação do ambiente e a ameaça à vida no planeta sendo necessário, assim, repensar a relação entre sociedade e natureza e as formas de consumo e produção, incluindo novas práticas no cotidiano para a preservação do ambiente em que vivemos. Para isso, é fundamental a adesão de ideias de preservação aliadas ao desenvolvimento. Observamos isso no meio rural, que frente às mudanças naturais e humanas, é crescente o interesse pela produção agroecológica, estabelecendo novas formas de preservação e valorização do ambiente, ações que estão valorizando a paisagem socioambiental no campo, a partir de conhecimentos difundidos por meio da Educação Ambiental (EA) (CARVALHO, 2001).

A EA é resultado do contexto histórico na qual está inserida, das demandas do seu tempo, dos sujeitos que mantém relação entre si e com o ambiente. Carvalho (2001, p.45) afirma que ambiente é qualificado como sendo um “... espaço de relações socioambientais historicamente configurado e dinamicamente movido pelas tensões e conflitos sociais”. Então,

pensar na Educação Ambiental (EA) requer um esforço para compreendê-la dentro de uma complexidade de disputas conceituais, metodológicas, práticas pedagógicas e ambientais.

A educação com ênfase no ambiente surge como alternativa para a conservação e valorização da natureza. Linhas de estudo como a Ecoeducação, Pedagogia da Terra, Educação Sustentável são alguns exemplos dessa interdisciplinaridade. Segundo Gadotti (2001, p. 99):

A Educação Ambiental, também chamada de ecoeducação, vai muito além do conservacionismo. Trata-se de uma mudança radical de mentalidade em relação à qualidade de vida, que está diretamente ligada ao tipo de convivência que mantemos com a natureza e que implica atitudes, valores, ações. Trata-se de uma opção de vida por uma relação saudável e equilibrada, com o contexto, com os outros, com o ambiente mais próximo, a começar pelo ambiente de trabalho e pelo ambiente doméstico.

Dinâmica, a EA busca novas metodologias pedagógicas, em que o ambiente é pensado de forma mais complexa e integrando as relações sociais e naturais, ela se organiza em grupos com diferentes interesses, sejam políticos, econômicos e/ou culturais. Essa ideia é compartilhada por Carvalho (2001, p. 45), para quem o “foco de uma Educação Ambiental, portanto, tenderia a compreender, para além de um ecossistema natural, um espaço de relações socioambientais historicamente configurado e dinamicamente movido pelas tensões e conflitos sociais”.

Conforme o exposto, dentre as várias tendências pedagógicas, a EA popular se evidencia como uma vertente mais politicamente engajada com os movimentos sociais. Concebida como um ato político, legado das teorias freirianas, a EA popular vai além da mudança de hábitos e comportamentos da população em relação à natureza, buscando uma transformação social, a educação teria, assim, um papel politizador e emancipatório do sujeito.

Para o Brasil, assim como para a América Latina, as contribuições valiosas e precursoras nesse movimento educacional, vindas de Paulo Freire, deram embasamento teórico e prático à educação popular. Nas teorias freirianas, as pessoas são consideradas sujeitos políticos e dotados de direitos inalienáveis, onde deve-se levar em consideração o peso do meio social no qual estão inseridos, que é fundamental na sua formação humana, buscando a conscientização das classes oprimidas como meio para a libertação. Nas palavras de Freire “ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo” (FREIRE, 1987, p. 68).

Essa metodologia defende que as pessoas por meio da interação com o outro e com o meio que o cerca, aprende e ensina, nesse processo dialético, dinâmico e transformador se constitui a educação. Fica nítida a ideia de empoderamento que permeia os objetivos da educação popular, em que o próprio povo toma consciência de sua opressão e busca mecanismos para a mudança de posição diante do sistema que lhe oprime. Gadotti (2009) e Torres (2011) conceituam a educação popular com um movimento com atores, práticas e discursos pautados na libertação, no engajamento político, com diálogo permanente com os movimentos sociais e métodos participativos, dialógicos e críticos.

Carvalho (2001 p. 47) considera o quanto a educação tem papel politizador e emancipatório do sujeito “ao enfatizar a dimensão ambiental das relações sociais, a EA popular propõe a transformação das relações com o meio ambiente dentro de um projeto de construção de um novo *ethos* social, baseado em valores libertários, democráticos e solidários (CARVALHO, 2001, p. 47).

Corroborando as ideias de Carvalho, Brandão (2006) argumenta que a educação popular no Brasil se constituiu a partir dos movimentos sociais. Diferente de outras correntes pedagógicas vindas de burocratas, educadores e pedagogos, ela surge de uma cultura popular,

indo além dos limites da escola, baseia-se na superação do oprimido e na valorização do saber popular na pretensão de uma transformação social, em que o povo seja protagonista desse processo.

Desde seu nascimento, a educação popular se desenvolve no seio dos movimentos sociais, políticos, sindicais e ONGs que lutam na reivindicação por diversas demandas, no campo da ecologia, gênero, moradia, racial, etc., como revela Gadotti. Para esse autor “trata-se de um paradigma teórico nascido no calor das lutas populares que passou por vários momentos epistemológicos e organizativos, visando não só à construção de saberes, mas também ao fortalecimento das organizações populares (GADOTTI, 2012, p. 20).

Portanto, restringir o público alvo da EA popular é negar seu potencial e sua diversidade metodológica, uma vez que nessa abordagem educacional, o trabalho é realizado com diversos atores sociais de diferentes grupos etários, classes, espaços (rural/urbano), pertencentes ou não, a organizações e grupos populares.

Historicamente, no Brasil, o ambiente rural foi espaço fértil para as práticas da EA popular, onde a luta por melhores condições de vida e conquista de direitos dos (as) trabalhadores (as) rurais foi impulsionada pelas ideias desse paradigma educacional. A EA popular é uma das formas de mediação bastante eficaz para as práticas agroecológicas, e seu ponto de intersecção está na promoção da emancipação do sujeito, ampliando a participação pública por meio do acesso às decisões sobre os recursos ambientais, como aponta Carvalho (2001).

Como podemos ver, a Educação Ambiental Popular levanta diversas bandeiras e contextualiza sua luta a várias demandas. Como parte das bandeiras defendidas pela EAPEducação Ambiental Popular, Gadotti (2009) enfatiza a relação entre educação popular/meio ambiente/gênero. Essa perspectiva vai ao encontro da luta feminista que ao longo de sua história teve uma das suas faces voltadas para questões ambientais e educacionais, por entenderem a intersecção entre o sistema de dominação que engloba a degradação ambiental e a subordinação da mulher. Nesse sentido, a educação seria o fio condutor de libertação das mulheres do modelo opressor e dominador que impedem seu empoderamento.

Em sua reflexão sobre a educação popular, Sardenberg (2006) resgata Batliwala (1997) para ressaltar o seu caráter libertário e que leva as pessoas ao empoderamento. As autoras apontam que o conceito de empoderamento nos países da América Latina vem de uma ideologia baseada nos princípios da educação libertadora, inspirada em Paulo Freire. Essa noção de empoderamento dentro desse modelo educacional seria um caminho para chegar à libertação e autonomia das classes oprimidas, de um empoderamento individual e coletivo.

Para ela, as origens estão numa articulação das propostas feministas com os princípios da educação popular, mais precisamente, das reflexões de Paulo Freire sobre a “pedagogia do oprimido”, e das pedagogias libertadoras em geral. Batliwala também reconhece uma linha de pensamento que se inspira em Gramsci, especificamente, no que se refere à importância de criar mecanismos participativos para se construir democracias mais equitativas (SARDENBERG, 2006, p. 4).

Ao longo de sua história, a luta feminista aderiu a movimentos sociais compatíveis com suas aspirações, como é o caso da Educação Ambiental Popular, que por sua ideologia pelo fim da opressão e valorização do saber popular leva seus atores ao empoderamento e à transformação social. Vale ressaltar que quando falamos sobre a degradação ambiental, a dominação masculina sobre a mulher e a opressão dos pobres, essas discussões também são debates sobre as relações de poder.

Assim sendo, ao falar sobre empoderamento, é imprescindível questionar o poder nas relações sociais. Para Batliwala (1997), o poder é o controle sobre os bens materiais, recursos intelectuais e a ideologia, que no interior de uma sociedade patriarcalista é exercido majoritariamente pelos homens. De modo semelhante, para Bourdieu (2002), esse poder da dominação masculina é baseado em uma divisão sexual do trabalho de produção e reprodução biológica e social e em esquemas imanentes a todos os *habitus* - de onde advém as ideias e ações da sociedade. A força simbólica é uma forma de poder que de maneira “invisível e insidiosa” exerce a dominação sobre as mulheres com efeitos duradouros e impositivos.

As concepções de gênero de cunho pós-estruturalista vão trazer as discussões também para o campo das relações sociais de poder. Desconstruindo a polarização e dicotomia, homem *versus* mulher, as teóricas pertencentes a essa perspectiva apontam a dinamização do poder. Para Louro (2017), o poder é distribuído desigualmente entre os sujeitos e tem efeitos sobre suas ações. Seguindo a percepção foucaultiana, essa autora lembra que o poder está presente nas relações de gênero e pode ser exercido como estratégia e resistência, desde que haja liberdade, caso contrário perderia seu caráter contestatório:

Homens e mulheres certamente não são construídos apenas através de mecanismos de repressão ou censura, eles e elas se fazem, também, através de práticas e relações que **instituem** gestos, modos de agir e posturas **apropriadas** (e, usualmente, diversas). Os gêneros se produzem, portanto, nas e pelas relações de poder (LOURO, 2017, p. 45, grifos nossos).

Nesse sentido, o exercício do poder está presente em todos os segmentos da vida e age como meio norteador de ações e escolhas. Assim, ele age sobre as relações de gênero, quando tenta controlar a sexualidade, os corpos, as formas de relacionamento, os direitos reprodutivos e regulam condutas para meninos e meninas.

O poder é considerado como alvo de observações e mudanças para o alcance do empoderamento por Costa (2005) e Leon (2013). Essas autoras defendem que o poder pode ser fonte de abuso como forma de conquista e transgressor, sendo difundido de formas distintas: **poder sobre** (dominação); **poder de dentro**, construído pelo seu íntimo; **poder para**, expresso pela solidariedade, apoio mútuo, compartilhamento de poder sem opressão das partes envolvidas e libertador. Considerando que as mulheres estão em situação de subordinação ao poder dominador, Leon define que o feminismo quando trata de luta por poder, não almeja o **poder sobre**, ao contrário, defende o poder **para**:

queremos falar de poderes solidários, de poderes transformadores, de poderes genéricos e não de poderes de dominação, de poderes excludentes, de poderes que levaram a guerra, a soluções bélicas de conflitos. (LEON, 2013, p. 6).

A subalternidade feminina ainda é condicionada pelo seu papel de gênero, que mesmo com tantos avanços no campo dos direitos, a aceitação dessa situação feminina é justificada por um discurso ideológico sexista, dado pelas religiões, pela política, pela família e por outras instituições sociais. Essas relações de gênero, como já apontado, são relações de poder, que são alicerçadas no patriarcalismo, lideradas pela supremacia dos homens, que concentram o poder nas mãos para exercê-lo no âmbito privado e público. Desse modo, as mulheres são oprimidas por um sistema masculino de poder, que independente de classe social, raça ou cultura, são comuns em suas representatividades e ações, tais como:

o acesso restrito das mulheres aos recursos econômicos e sociais e ao poder político, cujo resultado é uma distribuição muito desigual dos recursos entre

os sexos. A violência masculina e o controle da sexualidade (COSTA, 2005, p. 4).

Bourdieu (2002) analisa as relações desiguais de poder que são alicerçadas em estruturas históricas, reforçadas pelas instituições sociais. Em relação à dominação masculina sobre a mulher, o autor afirma que o poder androcêntrico só é possível devido a estruturas sociais e atividades produtivas e reprodutivas que condicionam os pensamentos e ações de todos os indivíduos da sociedade. Aceitas pelo senso comum, essa visão é reconhecida pela mulher como uma relação de poder, que apesar da submissão, é incorporada graças à ordem simbólica que a faz ver isso como algo natural.

O efeito da dominação simbólica (seja ela de etnia, de gênero, de cultural, de língua etc.) se exerce não na lógica pura da consciência cognoscentes, mas através dos esquemas de percepção, de avaliação e de ação que são constitutivos dos *habitus* e que fundamentam, aquém das decisões e dos controles da vontade, uma relação de conhecimento profundamente obscura a ela mesma (BOURDIEU, 2002, p. 58).

Para o empoderamento ser alcançado, é preciso questionar a ideologia predominante e isso passar por uma mudança de paradigmas. As estruturas que perpetuam essas relações desiguais de poder e as justificam como naturais, como o sistema educacional, a religião, os sistemas e práticas de saúde, entre outras instituições sociais, são desafiadas a repensarem suas ideias e ações (BATLIWALA, 1997).

Para atingirmos a equidade de gênero há de se repensar os mecanismos até aqui usados, os conceitos e metodologias devem ser revistos, pois podem ser reprodutores de pensamentos patriarcais, se considerarmos, como Bourdieu (2002), que a dominação masculina se reflete nos discursos e ações sociais de forma consciente ou inconsciente, sendo o princípio masculino tomado como medida de todas as coisas. Nessa perspectiva, Costa (2005) ressalta que os projetos que almejam o desenvolvimento das mulheres não podem se restringir à promoção da autonomia econômica como a geração de renda e diminuição da pobreza feminina. Estes não seriam suficientes, caso não sejam trabalhadas a amplitude das questões de gênero e suas desigualdades. A autora define que muitas dessas ações, governamentais ou não, não transformam as bases sociais, não promovem mudança na posição social que a mulher ocupa, podendo até melhorar sua condição, entretanto, permanecendo ainda submissa ao poder patriarcal.

Corroborando Costa, Leon (2013) relata que o processo de empoderamento, no caso das mulheres, deve partir de uma conscientização de sua posição junto à sociedade e do fato que seu gênero é decisivo. Porém, essa subordinação é naturalizada levando muitas mulheres a não questionarem e nem tomarem postura diferente. Daí a importância de agentes externos para propiciar essa reflexão e dar embasamento e apoio para a conquista do empoderamento. Este não sendo dado, e sim, conquistado, pode gerar conflitos dentro das famílias, da comunidade em geral, nas relações entre homens e mulheres.

O empoderamento envolve mudança de mentalidade e ações. Consequentemente, podemos perceber como os ideais da educação popular libertadora são congruentes com o ideal feminista, dando autonomia aos sujeitos e responsabilidade pela sua transformação. Para Bourdieu (2002), essa transformação não se dará apenas pela “conversão da consciência e vontade”. Deve haver uma transformação radical das estruturas que, de tão duradouras e aceitas socialmente, são assimiladas pelo dominado.

O poder deve ser visto de maneira micro e macro, pois está presente em todas as relações, e não seria diferente entre os gêneros. É importante destacar como esse poder é

desigual socialmente, economicamente e politicamente e como as mulheres não estão totalmente desprovidas do poder, mas o exercem de forma restrita, sendo as maiores vítimas de imposição do poder superior, imposto socialmente pelos homens.

O empoderamento é um processo que se dá de formas diferentes, de acordo com a realidade em que aquela pessoa ou grupo estão inseridos, sendo diferentes em valores e níveis, como afirma Leon (2013, p. 7): “processo dinâmico do qual o próprio povo é protagonista mediante seus esforços individuais e coletivos [...] segundo seu contexto e história, e segundo sua localização de subordinação pessoal, familiar, comunitária, nacional, regional e global”. A análise sobre o empoderamento realizada por Costa (2005, p.7) alinha-se com a mudança das bases sociais e de ideário popular: “Para as feministas o empoderamento compreende a alteração radical dos processos e estruturas que reduzem a posição de subordinada das mulheres como gênero. As mulheres tornam-se empoderadas através da tomada de decisões coletivas e de mudanças individuais”.

Como seria possível uma divisão mais justa e igualitária do poder? Como a mulher realmente teria o poder sobre sua vida, suas relações, sobre seu corpo? Costa (2005) apresenta alguns sinais, resgatando a história do feminismo e suas demandas. O movimento feminista dos anos 1980 passou a usar o conceito de empoderamento como meio e fim da nova luta. Com origem nos movimentos sociais pelo poder negro nos Estados Unidos, o termo empoderamento é aderido à luta das mulheres.

Partindo da reflexão da falta de autonomia das mulheres sobre seu corpo, suas escolhas, suas ações, envolvendo as dimensões sociais, econômicas e políticas. Assim, para Costa (2005, p. 7), o “empoderamento é o mecanismo pelo qual as pessoas, as organizações, as comunidades tomam controle de seus próprios assuntos, de sua própria vida, de seu destino, tomam consciência da sua habilidade e competência para produzir e criar e gerir.

O termo empoderamento pode causar certas ambiguidades, uma vez que o conceito foi ampliado e aplicado não só à luta pelo desenvolvimento das mulheres, mas por agências internacionais como o Banco Mundial e a ONU, que vão aplicá-lo a vários contextos. Porém, diante do uso crescente desse conceito, deve haver um cuidado quanto a seu objetivo, pois o mesmo pode se esfacelar diante de tantos discursos e perder seu caráter político e emancipador. Leon (2013) adverte uma certa contradição no uso do termo empoderamento quanto a sua dimensão individual e coletiva. Tal termo apenas na dimensão individual perde sua característica solidária, pois não se conecta às lutas sociais e ao espaço coletivo. Para a autora, o empoderamento individual deve estar vinculado a ações coletivas.

Portanto, o empoderamento é um processo pessoal e político, cujas arestas pessoais, íntimas, corporais, não podem se desvincular-se de sua conotação política, da negação das relações de poder vividas no seio das relações familiares, onde os sujeitos vivem cotidianamente e são parte da ordem social (LEON, 2013, p. 2).

O debate sobre o empoderamento feminino também se direcionou para as mudanças que esse conceito implica, e, nesse contexto, os interesses e necessidades das mulheres se dão tanto em questões práticas quanto estratégicas. Os interesses práticos, bastante difundidos nos projetos para o desenvolvimento das mulheres são aqueles ligados às necessidades materiais para sua sobrevivência (creche, emprego, acesso à tratamento de saúde, formação educacional, etc.). Porém, seria necessário se pensar em um plano de estratégias que elevasse seu empoderamento a patamares maiores do que o das demandas básicas, com questões mais profundas, como as relações de poder desigual entre os gêneros.

Tanto Costa (2005) como Leon (2013) declaram que, inicialmente, as feministas restringiam o empoderamento, visando à conquista de bens materiais, inserção no mercado de trabalho, linhas de crédito, superação da pobreza feminina, enfim, autonomia econômica, que,

segundo as autoras, eram fatores importantíssimos para a libertação das mulheres, mas ainda insuficientes.

Na mesma linha de pensamento, Batliwala (1997) descreve que muitas pesquisas que estudavam a posição e condição de mulheres de classe média com certa autonomia econômica, demonstravam que, necessariamente, elas não eram tratadas igualmente e não tinham os mesmos direitos nas relações de gênero. Isso indica que a autonomia econômica não implica que a mulher está empoderada completamente. Se a entrada da mulher no mercado de trabalho é cada vez mais expressiva, isso não significa sua autonomia e garantia de direitos, pois, dependendo da função que desempenhe, de sua idade, escolaridade, salário, etnia/raça, ela tem uma jornada de trabalho exaustiva e desigual, por acumular o trabalho produtivo e reprodutivo considerando os cuidados que desempenha em casa.

Para Leon (2013), os projetos para ingresso e permanência das mulheres trabalhadoras no mercado de trabalho, possibilitariam uma independência financeira. Como no caso das mulheres rurais, o direito à posse da terra, linhas de crédito e reconhecimento para negociação dos seus produtos seria um “elemento fundamental” para a mudança na sua posição social.

Nos anos 1990, as reivindicações foram ampliadas, as mulheres lutavam pelo seu reconhecimento de seus direitos, não era mais só uma questão de melhoria de condição, a demanda era por elementos que possibilitassem a busca da emancipação feminina pela “transformação das estruturas de subordinação” (LEON, 2013).

Para justificar tais afirmações, Leon (2013) apresenta algumas etapas necessárias para o alcance da igualdade de gênero: “Bem-estar; Acesso aos Recursos; Conscientização; Participação; Controle”. Em sua visão esses níveis devem ser expandidos para além do espaço familiar, estendendo-se à comunidade, ao trabalho, à justiça, a dimensões mais amplas e globais. O empoderamento passa por um processo individual e coletivo, pois deve ser movido por ações engajadas dentro de grupos organizados.

É oportuno destacar os componentes que Stromquist¹ julga necessários para o empoderamento feminino, aqui resgatados por Costa (2005, s.p.):

- O componente cognitivo está ligado ao reconhecimento da mulher de sua subordinação, que incluem a tomada de decisão pela mudança;
- O componente psicológico envolve a autoestima e autoconfiança que são fundamentais para as mudanças na vida da mulher e sua ação junto a sociedade;
- O componente econômico parte da independência financeira, em muitos casos, é o primeiro componente ou o mais importante para o processo do empoderamento feminino.
-

Diante do exposto, podemos perceber que o caminho para o empoderamento não deve ser solitário e abrange diversas dimensões da vida das mulheres. As conquistas individuais são importantes e devem servir de base para ações coletivas, para que possam ser compartilhadas por muitas outras mulheres e para que realmente haja uma mudança social.

E como seria a posição do homem diante do empoderamento feminino? Leon (2013) e Batliwala (1997) trazem a discussão sobre o posicionamento do homem diante dessa transformação, sendo que, por estarem numa posição superior imposta por uma sociedade patriarcal, cabe a eles o poder sobre a família. Para as autoras, esse processo de emancipação feminina gera uma desconstrução dos estereótipos de gênero, que também recai sobre o

¹ Stromquist, Nelly. La busque da delemperamento: enquéuede contribuir el campo de la educación. In. Leon, Magdalena. Op. cit. 105.

masculino, liberando os homens de papéis de opressores e exploradores. Conforme elucida Batliwala (1997): “o empoderamento das mulheres também libera e empodera os homens”.

Analogamente, segundo Leon (2013), o empoderamento feminino significa o “desempoderamento dos homens”, visto que eles têm nas mãos o poder de dominar. Porém, também gera autonomia ao homem para que ele possa se livrar de estereótipos de gênero, vindo a modificar as relações. A autora alerta, ainda, que os homens devem se juntar à luta das mulheres por seu empoderamento, que as próprias mulheres unifiquem o movimento de luta, que mesmo advindas de diversas classes sociais promovam ações democráticas, justas e igualitárias, sem que o gênero seja critério para o merecimento de direitos. Esse processo deve primeiro levar as mulheres a reconhecer a ideologia que legitima a dominação masculina; em segundo lugar, elas devem entender como essa opressão se perpetua, pois, só assim elas poderão rever atitudes e valores interiorizados desde sua infância, como poderes naturais e legítimos; e por fim, diante dessa tomada de consciência sobre o sistema que as domina, as mulheres devem levar em conta seus direitos, suas capacidades e sua dignidade, construir uma autoimagem livre dos preconceitos e imposições que lhe foram impostas. (BATLIWALA, 1997).

O empoderamento não é um bem, que possa ser dado, é um processo dinâmico protagonizado pelas próprias mulheres, mediante esforços individuais e coletivos, variando conforme o contexto histórico e social das envolvidas, além do nível de subordinação a que são expostas.

Logo, é comum a maioria das autoras que pesquisam sobre o empoderamento feminino apontarem o papel fundamental da educação nesse processo, pois, o mesmo não pode ser conquistado pelo outro e nem “dado”, ele parte de uma reflexão, tomada de consciência, transformação, ação, que por meio da educação (formal ou não), as mulheres podem ter acesso à informação, a novas ideias e estímulo para a ação. Daí a necessidade de projetos governamentais, extensão rural, ONGs e outras organizações que trabalhem junto a mulheres. Os projetos voltados para as mulheres devem sempre discutir e revisar suas metodologias, conceitos e práticas, para que não sejam meros reprodutores de uma ideologia dominante e patriarcal.

As mulheres pobres, que nem sempre têm acesso à educação formal, baseando-se em um sistema de aprendizado tradicional, passado de geração em geração, perpetuam sua posição oprimida na sociedade, dificultando sua tomada de consciência. Para Batliwala (1997, p. 198). “O conhecimento foi se desenvolvendo no interior de uma ideologia e estrutura social específica, de tal forma que se viu influenciado, por tabus, superstições e preconceitos contra a mulher.”.

Diante dessas relações desiguais de gênero e assimetria entre os poderes nas relações sociais percebemos que essa situação permeia os espaços (público/privado; rural/urbano; etc.), as classes e as raças. Nesse sentido, daremos destaque à questão das relações de gênero na área rural.

Nesse caminho para o empoderamento, as mulheres devem se unir independentemente das classes sociais, idades, raças. O empoderamento das mulheres deve levar a uma nova concepção de poder, deve abordar interesses e preocupações mundiais que incluem o meio ambiente, a guerra, a religião, a política, o desenvolvimento econômico, a linguagem e a demografia. Portanto, uma transformação de sua posição e situação, à medida que aborda suas necessidades práticas e suas estratégias.

3 MATERIAL E MÉTODOS

Como a pesquisa é voltada para temas subjetivos relacionados a gênero, práticas agroecológicas e empoderamento feminino, a abordagem metodológica escolhida foi a da pesquisa participante, por possibilitar que os (as) envolvidos (as) no estudo pudessem ter sua representatividade respeitada. Esse tipo de pesquisa sugere uma relação mais democrática entre pesquisador (a) e pesquisados (as), facilitando o trabalho em campo e a observação do ambiente em estudo. Através de uma abordagem qualitativa, buscamos responder à problemática desse estudo. Desse modo, a pesquisa de campo nos proporcionou a obtenção dos dados por meio da observação *in loco*, aplicação de questionários e a realização de entrevistas semiestruturadas e estruturadas.

Inicialmente, o projeto de pesquisa estava voltado para um grupo de mulheres organizadas na Associação das Trabalhadoras Rurais da Agricultura Familiar localizada no Sítio Baixa do Maracujá, município do Crato – Ceará. A Associação nos chamou a atenção por ser formada somente por mulheres e pelo desenvolvimento de projetos agroecológicos, visando à conservação das espécies nativas e conseqüentemente suas histórias.

Realizamos o primeiro contato com a associação por meio de sua presidente, momento esses em que foram recolhidas algumas informações sobre o grupo foi realizado o agendamento do primeiro encontro com as trabalhadoras rurais no sítio Baixa do Maracujá. Compareceram à reunião apenas a presidente e uma secretária revelando que as mulheres estavam desmotivadas a participar das reuniões da associação devido a diversos fatores, como a falta de tempo, problemas familiares e a própria situação da associação, que, pelo que foi relatado, pouco havia atuado nos últimos anos junto às trabalhadoras rurais. Diante dessa situação, percebemos a dificuldade de dar continuidade à pesquisa com aquele grupo e decidimos por alterar o projeto e prosseguir com a pesquisa com outro grupo formado por mulheres agricultoras da Associação Cristã de Base (ACB).

A pesquisa em campo nos mostrou os percalços que podem aparecer ao longo do seu desenvolvimento, além da sensibilidade e flexibilidade necessárias ao (a) pesquisador (a) para a realização de seu estudo.

O projeto foi revisto e as alterações realizadas. O grupo pesquisado foi composto por dez mulheres agricultoras que moram e produzem em comunidades rurais da Chapada do Araripe, pertencentes aos municípios de Crato, Nova Olinda e Santana do Cariri. A delimitação do espaço se deu por serem áreas de atuação da Associação Cristã de Base (ACB) dentro da Chapada do Araripe.

Ao estudarmos os princípios da Agroecologia e sua disseminação no Brasil, podemos ver a importância das ONGs nesse processo, daí a pesquisa se voltar para os projetos realizados com as mulheres pela ACB. Essa ONG tem mais de 36 anos de atuação na Região do Cariri, o que fez com que sua história esteja ligada à conscientização ambiental, à educação popular e ao empoderamento de trabalhadores e trabalhadoras rurais. Nesse estudo foi investigada a perspectiva de empoderamento feminino e seus reflexos na vida das participantes do Projeto Mulheres da Chapada do Araripe Integradas na Produção.

A pesquisa foi norteada pela perspectiva feminista para análise do empoderamento e sua relação com as atividades agroecológicas desempenhadas pelas agricultoras.

O período de observação foi essencial para o contato inicial com as mulheres pesquisadas e a coleta de dados primários. Acompanhamos um técnico da ACB em suas visitas às propriedades rurais dos municípios de Crato, Santana do Cariri e Nova Olinda, todos esses situados dentro do território da Chapada do Araripe, no período de junho a agosto de 2018. As famílias visitadas tinham em comum a participação em projetos já desenvolvidos pela ACB ou que estavam em desenvolvimento.

Outro espaço que nos serviu para observação foi a Feira de Produtos Agroecológicos do Crato, conhecida como “Feirinha da ACB”, localizada nas mediações da ONG, que foi sua idealizadora, e que a mantém desde 2003. Semanalmente muitos feirantes comercializam frutas, verduras, artesanatos, entre outros produtos. Dessa maneira, a feira se mostrou um espaço para investigação, visto que a maioria dos feirantes era composta por mulheres que já passaram por alguma formação ou projeto da ACB.

A fase seguinte se constituiu da realização das entrevistas. Lüdke (2008) e Richardson (2011) relatam que as entrevistas semiestruturadas permitem que o pesquisador capte a informação imediata e desejada do entrevistado, além de possibilitar que o mesmo discorra sobre o tema pesquisado de forma mais direta. Nessa etapa foram realizadas as entrevistas semiestruturadas com as dez agricultoras selecionadas, além da presidente e um técnico da ACB; uma técnica da Secretaria de Desenvolvimento Rural do Estado do Ceará; um agrônomo e uma extensionista da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Ceará – EMATERCE; e com o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Crato.

Com a observação realizada e as entrevistas finalizadas, partimos para análise e tratamento dos dados. Primeiramente, realizamos uma organização do material coletado, transcrições das entrevistas, relatórios das observações, análise de documentos e consulta às demais fontes apresentadas nos resultados e discussões. A base teórica construída ao longo da pesquisa nos serviu para dialogarmos com as informações obtidas em campo e nas entrevistas. Em seguida, pudemos traçar o perfil das agricultoras, caracterizar o *lócus* da pesquisa e responder à problemática norteadora do estudo.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 O *Lócus* da Pesquisa e a Caracterização dos seus Participantes

4.1.1 A Chapada do Araripe

O Cariri cearense localiza-se na sub-bacia sedimentar da Chapada do Araripe, com uma formação geológica de planície alta, encostas e um planalto; é um verdadeiro oásis no semiárido cearense. Faz limite com os estados do Piauí, Paraíba e Pernambuco e possui a Floresta Nacional do Araripe – FLONA, criada em 2 de maio de 1946 pelo Decreto 9.226, sendo a primeira Área de Proteção Ambiental (APA) do país. Daí um olhar cuidadoso para esse território que constitui uma APA com um rico patrimônio histórico (fósseis e pinturas rupestres) e social. A área ainda conta com o Geopark Araripe que reúne nove geossítios: Geossítio Batateiras; Geossítio Cachoeira de Missão Velha; Geossítio Colina do Horto; Geossítio Floresta Petrificada; Geossítio Parque dos Pterossauros; Geossítio Pedra Cariri; Geossítio Pontal da Santa Cruz; Geossítio Ponte de Pedra; Geossítio Riacho do Meio.

A APA da Chapada do Araripe além de fornecer alimentos, energia, remédios é fonte de pesquisas científicas e do turismo ecológico.

A APA possui quatro grandes marcos que concorrem, em escala mundial, em termos de vantagem competitiva: a situação geográfica privilegiada: um grande oásis, no polígono das secas, as jazidas fossilíferas do cretáceo, a Floresta Nacional do Araripe (Barbalha, Crato, Jardim, Santana do Cariri); e o museu de paleontologia (Santana do Cariri) (BRASIL, 2010, p. 138).

Apesar de ser classificada como APA, o território da Chapada do Araripe sofre graves problemas ambientais. O desmatamento ainda é fato recorrente na FLONA, causando a eliminação da mata ciliar e assoreamento dos rios. As unidades carvoeiras também contribuem para a degradação ambiental da FLONA, assim como a exploração de cal, e a existência de olarias e cerâmicas em grande escala na região. A falta de projetos de educação ambiental e de agentes governamentais suficientes para a proteção da Chapada agravam ainda mais o cenário. As queimadas ainda são recorrentes entre os (as) agricultores (as). Diante dessa situação, as iniciativas, principalmente de ONGs, são essenciais para a preservação da biodiversidade da APA.

A região do Cariri, localizada no sul do Ceará, fica a 500km da capital, Fortaleza, e é composta por 28 municípios: Abaiara, Barbalha, Cariri, Crato, Farias Brito, Grangeiro, Jardim, Juazeiro do Norte, Missão Velha, Várzea Alegre, Aurora, Barro, Brejo Santo, Jati, Mauriti, Milagres, Penaforte, Porteiras, Altaneira, Antonina do Norte, Araripe, Assaré, Campos Sales, Nova Olinda, Potengi, Salitre, Santana do Cariri e Tarrafas. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2007), a população urbana desses municípios soma 607.375 habitantes e a população rural conta com 284.203 habitantes. Conforme os dados do Ministério do Desenvolvimento Agrário (2010), a Região do Cariri tem uma taxa de ruralidade de 89,28%, ou seja, 89,28% dos municípios têm população inferior a 50 mil habitantes.

A Chapada do Araripe tem um significado singular para seus habitantes, pois além de fonte de sua sobrevivência, guarda a memória de seus ancestrais com lendas, trilhas e histórias. O território teria sido habitado por diversas tribos indígenas, denominadas “Povo Kariri”. Os traços indígenas ainda permanecem na cultura local, através de hábitos alimentares, como o uso do pequi e urucum, artigos artesanais de cerâmica e fibras naturais,

entre outros elementos que remetem à ancestralidade indígena. Há uma comunidade remanescente do Povo Kariri localizada na cidade do Crato, o Sítio Poço Danta.

Além da presença indígena, é reconhecida a presença de negros vindos com os colonos que habitaram a região. Atualmente há três comunidades quilombolas reconhecidas oficialmente: Serra dos Chagas, localizada no município de Salitre; Sítio Arruda, localizado no município de Araripe e a Comunidade Sousa, localizada no município de Porteiras. Entretanto, outras comunidades espalhadas pelo território caririense estão em processo de reconhecimento (BRASIL, 2010).

O povoamento do Cariri se deu por volta do século XVII com a chegada de colonos e missões religiosas. Os primeiros conglomerados urbanos se constituíram na cidade do Crato. Devido à fertilidade do solo e abundância de água no Vale do Cariri, lá foram cultivados vários gêneros alimentícios, destacando-se o cultivo da cana-de-açúcar, que predominou na região no século XIX e permanece até hoje.

A história do Cariri é marcada pela forte presença religiosa, sendo cenário de fatos históricos como “O Milagre de Juazeiro”, envolvendo um padre cratense, Padre Cícero Romão Batista, e a beata Maria de Araújo. Esse fato levou milhares de romeiros a migrarem para o Cariri, considerada por eles como Terra Santa. Apesar do não reconhecimento da igreja católica, o Padre Cícero é considerado como santo do povo, sua história leva milhares de romeiros todos os anos à cidade de Juazeiro do Norte, “os afilhados e afilhadas de Padim Ciço”, que vem em busca de “pagar” suas promessas e agradecer ao santo popular os milagres alcançados. Essas romarias fizeram a cidade crescer economicamente e populacionalmente, tornando-se umas das maiores do interior do estado do Ceará.

Com uma variedade de flora e fauna admirável, a Região do Cariri tem um seleiro cultural muito rico. Grupos e manifestações culturais com caráter popular, ainda são conservadas, como: os Reisados; as Lapinhas; o Maneiro Pau; as Quadrilhas Juninas; as Bandas Cabaçais. As lendas permeiam o universo místico e religioso da região.

Considerado um oásis, o Cariri tem como uma das principais bases econômicas a atividade rural. Podemos observar a grande população rural que habita a Chapada do Araripe e que tem como base a agricultura familiar, a produção de artesanatos e beneficiamento de frutas, ceras e palhas. Essa população segue em resistência e busca alternativas para a produção sustentável, na contramão dos modelos de agricultura tradicional adotados em regiões do semiárido.

No entanto, muitos agricultores e agricultoras deixam seu saber tradicional e cada vez mais fazem o uso de insumos químicos prejudiciais aos humanos e animais, além da degradação do solo e poluição dos recursos hídricos, por falta de conhecimento ou consciência ecológica. Como ressalta Shiva, “a ciência que não respeita as necessidades da natureza e o modelo de desenvolvimento que não respeita as necessidades das pessoas ameaça a sobrevivência” (SHIVA, 1991).

O perigo da desertificação, erosão, contaminação de fontes aquíferas, entre outros problemas ambientais, preocupa autoridades e moradores da região. Por isso começou-se a pensar no desenvolvimento do semiárido de forma sustentável. Em 1999, foi criado o Fórum Araripense de Prevenção e Combate à Desertificação, o qual busca alternativas de convivência com o semiárido e o desenvolvimento rural sustentável. Para isso foram criados programas de investimento de crédito e formação voltados para a agricultura familiar, implantação de sistemas agroflorestais, feiras agroecológicas, casas de sementes. Essas experiências foram protagonizadas pela sociedade civil organizada, por meio de ONGs, sindicatos, associações, cooperativas e órgãos governamentais.

A implantação de agroflorestas e produção agroecológica na agricultura familiar foram alternativas encontradas para conscientização da população quanto à importância da

preservação do ambiente, iniciativa pioneira trazida pela Associação Cristã de Base (ACB) para a Região do Cariri.

4.1.2 Associação Cristã de Base – ACB

A ACB foi criada em meio ao contexto de transição da Ditadura Militar e a redemocratização do Brasil, fundada em 1982. Seus membros advinham da Escola de Líderes Rurais, da Fundação Padre Ibiapina (FIP) sob a tutela da Diocese do Crato. A escola de Líderes era formada por cerca de vinte jovens, filhos e filhas de agricultores (as) que moravam na cidade do Crato e em municípios circunvizinhos. Eles e elas atuavam junto às comunidades rurais da Região do Cariri prestando serviços assistenciais, como distribuição de remédios, comida e roupas.

Nesse contexto, desde seu nascimento, a ACB teve forte influência da Teologia da Libertação, que foi criada no seio da Igreja Católica durante a realização do Concílio Vaticano II (1962-1965), se firmando após a Conferência Geral do Episcopado Latino Americano (1968), realizado na Colômbia. No contexto da Ditadura Militar (1964-1985), o Frei Leonardo Boff trouxe as ideias da Teologia da Libertação para o Brasil através da publicação de seu livro *Jesus Cristo Libertador* (1971). As desigualdades sociais, a falta de liberdade e a extrema violência faziam parte da vida dos brasileiros. Mesmo dentro da própria Igreja, houve uma ruptura entre os apoiadores da ditadura Militar e os aqueles contrários a ela.

A Teologia da Libertação vai contar com o apoio de alguns bispos, pastorais e leigos militantes de vários movimentos populares. Baseados nas ideias marxistas, seus seguidores cada vez mais questionavam os motivos da pobreza no Brasil e na América Latina e do próprio papel da Igreja Católica diante de tantas desigualdades e opressão. Por meio das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), esse segmento ideológico chegou às comunidades, que através de associações, cooperativas, sindicatos e ONGs se organizaram em movimentos, mobilizações e projetos para a conquista de suas demandas. Dentro do espaço rural, as CEBs foram bem representativas na luta pela reforma agrária, pela conquista dos direitos de trabalhadores e trabalhadoras e pela resistência ao sistema político ditatorial imposto à população brasileira.

Assim, inspirados por essa teologia e diante de um quadro degradante de opressão, fome e injustiças, os fundadores da ACB começaram a questionar seus papéis enquanto lideranças e a atuação da igreja católica naquele contexto. Segundo relata Alda Ferreira, 63 anos, membro da associação, citada por Lucena (2016, p.25):

Na fundação (Padre Ibiapina), avaliamos que havia mais caráter de caridade. Quando despertamos e passamos a ver a questão dos direitos, houve o rompimento, quando veio a luta pela terra. Chegamos a fazer movimentos, apoiar lutas que o bispo não queria, a gente se contrapunha lá dentro.

Diante de embates ideológicos entre os jovens e a Diocese do Crato, o grupo de lideranças rurais se dividiu. Uma parte dos componentes permaneceu trabalhando junto à igreja, outros jovens descontentes com aquela organização, resolveram criar uma ONG, a ACB. Em meio a tanta pobreza, seca e descaso das autoridades em relação à população rural, a organização foi criada em 1982, na cidade do Crato-Ceará, com a perspectiva de possibilitar os meios para a permanência e qualidade de vida dos moradores do campo, como relata D. Assunção, ex-coordenadora da Escola de Líderes, citada por Lucena (2016, p. 27):

A ACB foi uma forma de dar continuidade àquilo que a gente pretendia enquanto equipe. O que fez a gente criar a ACB foi a vontade de continuar

com a organização de comunidades, o contato com as lideranças e os comunitários, porque não nos interessava só os líderes, mas a gente estar perto do povo mesmo.

Com fortes raízes de base, a bandeira inicial da ACB foi a reforma agrária. A associação apoiou várias manifestações e ocupações em assentamentos e tinha um caráter de movimento popular rural.

Nas comunidades em que atuavam as demandas eram diversas, eles auxiliavam os agricultores e agricultoras na criação de associações, sindicatos e cooperativas, assim como na elaboração de projetos para a conquista de seus direitos e melhorias para suas propriedades. De acordo com os relatos de seus fundadores, discutia-se de tudo nas comunidades, luta pela terra, acesso a água, à energia elétrica, educação, etc. Seus membros sempre enfatizaram a importância de estar perto do povo e escutá-los.

Ao longo de sua história, a ACB tem deixado sua marca na Região do Cariri, tornando-se uma instituição respeitada e com reconhecimento nacional. Em 2013, recebeu o prêmio de Certificação de Tecnologia Social pela criação da Cisterna Chapéu de Padre Cícero, concedido pela fundação Banco do Brasil.

Prezando pela autonomia das comunidades rurais e preservação ambiental, a ONG sempre buscou realizar seu trabalho junto a outros movimentos sociais, como discorre D. Alda Ferreira, uma das fundadoras da associação citada por Lucena (2016, p. 161):

A ACB priorizou sempre muito as parcerias. Uma coisa importante é a gente nunca achar que os parceiros fazem menos do que nós. Eu acho que é uma soma do saber dos parceiros com os nossos. Juntando esses saberes, nós crescemos muito. Eu fico triste quando escuto alguém dizer na entidade que nós fazemos melhor que os outros. Não, acho que nós fazemos o que é obrigação nossa fazer bem.

Desde os anos iniciais, a ONG buscou parcerias com instituições que comungassem com seus objetivos, como: Centro dos Direitos Humanos Antônio Conselheiro (CDDH-AC); as associações locais de agricultoras; o Movimento dos (as) Trabalhadores(as) Rurais Sem Terra (MST); Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de cada região; Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais agricultores e Agricultoras do Estado do Ceará (FRETAECE); Articulação do Semiárido Brasileiro (ASA); Comissão Pastoral da Terra, Cáritas Diocesana do Crato; Conselho da Mulher do Crato; Levante Popular da Juventude.

Além das parcerias regionais e nacionais, o apoio internacional foi primordial para a execução das ações da ACB, que contaram com instituições como: BroederlijkDelen (Alemanha); Ação Agrária Alemã; Oxfam (Inglaterra); Fundação Interamericana (Estados Unidos).

No setor público, as parcerias foram concretizadas com as Secretarias de Agricultura e de Meio ambiente do Crato; Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA); Instituto Chico Mendes; FLONA; APA Araripe; Banco do Nordeste Brasileiro; Geopark Araripe; Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA).

No âmbito educacional, as instituições parceiras atuam junto com a ONG no desenvolvimento de pesquisas, implantação de projetos e estágios, são elas: Universidade Federal do Cariri (UFCA), Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE), Universidade Regional do Cariri (URCA), Instituto Centro de Ensino Tecnológico (CENTEC) e Centro Vocacional Técnico de Barbalha (CVTEC).

Sem esquecer que a principal e mais atuante de todas parcerias, são os agricultores e agricultoras que, desde o início, agregaram-se aos projetos da ACB e sempre apoiaram, recepcionaram e aderiram às suas ações.

Os primeiros financiamentos para seus projetos vieram de instituições internacionais. A ACB conseguiu financiamento de projetos com um fundo rotativo, particionado por entidades belgas, esse projeto durou de 1986 a 1995. Os recursos eram empregados no desenvolvimento de projetos de apicultura, caprinocultura e sistemas agroflorestais em pequenas propriedades da agricultura familiar.

Buscando soluções e meios de convivência no semiárido, a associação participa ativamente de vários fóruns e conselhos ambientais e sociais, como o Fórum Araripense de Prevenção e Combate à Desertificação e o Fórum Cearense Pela Vida no Semiárido, todos ligados à Articulação no Semiárido Brasileiro (ASA).

Atualmente, a ACB conta com uma equipe de 16 pessoas, divididas entre diretoria, colegiado e equipe técnica. Profissionais com diferentes formações compõem a instituição: agrônomos, pedagogos (as), administradores, professores (as), técnicos (as) agropecuários, entre outros. Sua atuação se estende por 16 municípios, com a missão de “contribuir com as comunidades no exercício da cidadania para a convivência com o semiárido” (ACB, 2018).

Nesse caminho de mais de 30 anos de atuação na Região do Cariri, a ONG desenvolve projetos com cunho ambiental, desenvolvimento sustentável, economia solidária, gênero, juventude, convivência com o semiárido, formação de lideranças e educação popular.

As questões ambientais e a falta de investimentos públicos para a população rural nordestina tornam esse povo marginalizado dos avanços e do desenvolvimento. Lutando pela permanência e a qualidade de vida dos sertanejos e sertanejas, a ACB procurou trabalhar junto com as comunidades rurais carentes de serviços públicos, de assistência técnica e do financiamento do governo. Os pacotes tecnológicos, resultantes da chamada Revolução Verde, não contemplavam o (a) pequeno (a) produtor (a), uma vez que a sua base era a monocultura, o uso indiscriminado de insumos, a mecanização agrícola visando à produção em massa e a lucratividade. Nesse contexto, os técnicos da ACB viram que muitos agricultores e agricultoras se recusavam a transformar suas propriedades em monoculturas com o uso de agrotóxicos. Segundo Socorro Silva, fundadora da ACB, integrantes da associação foram buscar formação fora da Região do Cariri, aprendendo com outras ONGs as técnicas e projetos para a recuperação do solo e o desenvolvimento sustentável. Assim, trouxeram para a Região do Cariri as primeiras ações agroecológicas.

Segundo Lucena (2016), as metodologias utilizadas pela ACB na elaboração e implantação de seus projetos nas comunidades rurais são baseadas nas ideias do educador e teórico Paulo Freire, com o enfoque na Educação Popular. Tais ideias priorizam o diálogo, estimulando a participação, a crítica e a autonomia dos trabalhadores e trabalhadoras rurais e suas famílias, para que possam chegar à tomada de consciência de sua realidade e transformá-la.

Imbuídos pela Teologia da Libertação os fundadores da ACB, advindos de pastorais da Igreja Católica, pautaram seu trabalho junto à população rural através da educação informal e popular, rodas de conversas, oficinas, palestras, prezando, assim, os pelos saberes que os agricultores e agricultoras traziam, realizando troca de conhecimentos e em conjunto, debatiam as demandas da comunidade e as ações que ali seriam desenvolvidas. Esse trabalho requer em um desafio tanto para as famílias atendidas como para os técnicos da ONG, como relata Ery Cláudio², técnico há 8 anos na instituição:

A ACB pra mim é uma base por conta das atividades que ela realiza. Do contato com os agricultores que é direto, fala a língua do agricultor, diferente de outros trabalhos que eu já passei, porque você chega lá e

² O nome citado foi usado com a permissão do entrevistado.

coloca o que o agricultor vai fazer e aqui a gente trabalha em parceria, trabalha com ele, aprende e ensina.

Pioneira na implantação de sistemas agroflorestais na Região no Cariri, a ACB trabalha juntos aos agricultores e agricultoras, apresentando técnicas e criando tecnologias para o combate à desertificação do solo e a convivência dessas famílias com o semiárido. Nesse sentido, a instituição em parceria com órgãos governamentais e de iniciativa popular, realizam projetos nas áreas rurais da Chapada do Araripe. Os fundadores da ACB lembram a implantação dos primeiros Sistemas Agroflorestais (SAFs) e seus impactos sociais e ambientais. Segundo Lucena (2016), em 1996, foram implantados os primeiros SAFs, com o apoio técnico e financeiro do Serviço Alemão de Cooperação Técnica e Social. Apesar das dificuldades encontradas, os resultados foram exitosos

[...] tendo sido possível melhorar as condições socioambientais das comunidades antes vulneráveis, fazer a gradativa recuperação dos solos degradados, de riachos e matas ciliares, viabilizar o aumento da produção diversificada e saudável, garantir segurança alimentar para as famílias, rompendo com o ciclo da pobreza que as ameaçava, através da implementação de alternativas contra-hegemônicas ao modelo de desenvolvimento praticado no estado, que vem desfavorecendo as famílias camponesas (LUCENA, 2016, p. 99).

A implantação dos SAFs foi o início de vários projetos que visavam o desenvolvimento sustentável e a qualidade de vida para os moradores da zona rural. Por meio dos princípios agroecológicos e da Economia Solidária, a ACB vem realizando seu trabalho pautados na qualidade social, ambiental e cultural.

Nos últimos anos, a associação tem desenvolvido projetos voltados para a juventude e as mulheres da zona rural de diversos municípios da Região do Cariri, por exemplo, o Projeto Jovens Familiares Produzindo no Cariri, em parceria com as secretarias de agricultura e sindicatos dos municípios, o Governo do Estado do Ceará, Governo Federal e Petrobrás. As ações são voltadas para formação, geração de renda e trabalho para os jovens e suas famílias. Por meio de oficinas e cursos, foram abordadas questões como gênero, geração e etnia, empreendedorismo, além da construção de cisternas, cozinha artesanal, formação técnica de produção agropecuária e artesanal com princípios agroecológicos. A partir desse projeto foram implantadas três feiras agroecológicas, nas cidades de Nova Olinda, Milagres e Santana do Cariri. As feiras promovem a geração de renda para os jovens e seus familiares e ajudam na difusão, entre os consumidores, de alimentos mais seguros e saudáveis, além de promover ações artísticas para a preservação da cultura local.

Atenta às questões sociais e de gênero, a ACB promoveu ações voltadas para a integração das trabalhadoras rurais para a luta pelos seus direitos. Em 2016, foi executado um projeto intitulado “Mulheres da Chapada do Araripe Integradas na Produção”, que por meio da implantação do Sistema de Produção Agroecológica Integrada e Sustentável (PAIS) buscava garantir a sustentabilidade ambiental e geração de renda para as mulheres.

Diante do exposto, podemos afirmar que todos esses projetos têm como ponto comum trabalhar o empoderamento dessas comunidades, para que possam, de forma autônoma, gerir seus recursos e promover o desenvolvimento rural sustentável, além de estimular a produção agroecológica e a permanência dessas famílias no campo.

Segundo relatos dos integrantes da ONG, a partir das ações da associação, jovens e suas famílias se tornaram multiplicadores dos princípios agroecológicos para muitas famílias que não foram atendidas pelos projetos da instituição, mas estavam em contato com os participantes dos projetos de ONG, pois, tais famílias aderiram às técnicas ensinadas, além de

despertarem o interesse para os futuros projetos. Dentre o público atendido pela ACB destacamos as mulheres agricultoras, foco dessa pesquisa.

4.1.3 Caracterização das trabalhadoras rurais

Segundo o PNAD (2015), 15% dos brasileiros vivem no campo e, dessa porcentagem, metade são mulheres. Apesar de serem minoria diante da população urbana, as mulheres rurais representam 14,1 milhões de pessoas. Sabemos que historicamente no Brasil, a população rural foi discriminada e alienada de políticas públicas eficientes e duradouras. Daí a necessidade de tirar essas mulheres da invisibilidade e garantir seu protagonismo.

Para esse estudo foi fundamental conhecer o perfil social e econômico das mulheres participantes da pesquisa, pois só assim conseguimos elucidar algumas questões e evidenciar as perspectivas das mesmas sobre as atividades agroecológicas, o empoderamento feminino, a relação entre as gerações, suas mudanças e continuidades.

Percebemos com esse estudo, o quanto as mulheres querem falar e ser ouvidas, não sendo difícil encontrar trabalhadoras para compartilhar sua visão de mundo e dividir suas experiências através das entrevistas concedidas. As mulheres entrevistadas são moradoras das comunidades rurais: Sítio Lírio e Boqueirão, município de Santana do Cariri; Sítio Zabelê e Catolé, município de Nova Olinda; Assentamento 10 de Abril, município do Crato. Todas essas cidades são vizinhas e estão situadas dentro da Chapada do Araripe.

As trabalhadoras rurais entrevistadas estão na faixa etária entre 30 e 65 anos; são casadas, apenas uma divorciada e outra viúva. As famílias são nucleares, variando de 1 a 7 filhos; todas moram em casa própria com uma média de 2 a 9 membros em cada família.

Quanto à escolaridade, as mulheres com faixa etária entre 30 e 42 anos, três delas possuem o ensino fundamental incompleto; duas, o ensino fundamental completo; uma, o ensino médio completo e uma com nível superior completo. Três mulheres com faixa etária entre 50 e 65 anos, nunca estudaram.

Analisando tais informações, podemos perceber que de uma geração para outra houve um avanço no acesso à escolarização das mulheres do campo, fato resultante tanto da luta feminina pela garantia do seu acesso à educação como da promoção de políticas públicas para essa população.

Todas as trabalhadoras rurais declararam praticar a agricultura familiar e, nas suas propriedades, desenvolverem diversas atividades produtivas: a agricultura, a criação de animais e comercialização da produção dos seus quintais produtivos; e reprodutivas: tarefas domésticas; cuidados com os filhos, maridos e netos. Elas ainda relataram orgulhosas que a produção é baseada nos princípios agroecológicos e prioritariamente, destinado para sua subsistência, visto que as terras onde moram são pequenas e não comportam grandes plantações ou criações de animais de grande porte. Além de fornecerem alimentos para própria família, vendem o excedente nas próprias comunidades e nas feiras agroecológicas da região. As feiras citadas acontecem semanalmente nas cidades de Crato, Nova Olinda e Santana do Cariri, todas implantadas a partir de projetos realizados pela ACB.

Quanto à renda individual e da família, cinco entrevistadas relataram que a principal renda da família vinha das vendas na feira; três declararam que a renda era composta da comercialização dos produtos na própria comunidade, do trabalho informal do marido em outras propriedades, “diárias da roça”, e do bolsa família. Duas das entrevistadas destacaram que complementavam sua renda com as feiras, mas a principal fonte financeira era um comércio na própria comunidade e o salário que recebia por serem concursadas na prefeitura do município que residiam. Quanto à renda dos outros membros da família, todas as mulheres casadas, afirmaram que seus maridos trabalham na agricultura e criação de animais.

Historicamente, sabemos que o acesso à terra e o reconhecimento como produtora rural é uma luta das mulheres do campo e que apesar da legislação prever esse direito, na prática, há pouca efetivação do mesmo. Apenas três mulheres das dez entrevistadas relataram que possuíam seu nome na escritura da propriedade em que moravam e trabalhavam. Em relação ao acesso à crédito, uma das entrevistadas já havia recebido financiamento por meio do PRONAF e outra participante da pesquisa relatou que já foi beneficiada com o Projeto Paulo Freire³ do Governo Estado do Ceará, o que demonstra a fragilidade, ainda, do acesso feminino a esses benefícios.

Indagadas sobre a participação em associações, sindicatos, ONGs, entre outros grupos, todas responderam estarem engajadas nas associações de suas comunidades, na ACB e no sindicato dos trabalhadores e trabalhadoras rurais de seus municípios.

Um fator limitante para uma maior participação feminina nessas organizações coletivas e seus projetos seria o problema do machismo, uma vez que muitos maridos impedem a participação de suas esposas ou se negam a cuidar dos filhos para que elas possam frequentar reuniões, formações ou eventos. No caso das mulheres entrevistadas, apenas três comentaram sobre as dificuldades relacionadas aos maridos. As respostas foram mais voltadas para a crítica aos órgãos governamentais que pouco prestavam esses serviços às comunidades.

Apenas três entrevistadas afirmaram ter participado de formações e projetos governamentais e indicaram a Empresa de Assistência Técnica de Extensão Rural do Ceará (EMATERCE) e a Secretaria de Desenvolvimento Agrário do Estado do Ceará (SAD) como atuantes na região. Todas as participantes destacaram o trabalho das ONGs e associações e a participação em projetos, oficinas e formações ofertados por essas instituições como importantes e essenciais para o desenvolvimento pessoal e coletivo. Vale ressaltar que todas as pesquisadas já participaram ou participam de projetos da ACB.

“Já participei dos projetos Horta viva, Agroflorestação, SENAR e da ACB” (D. Joana, 45 anos)⁴;

“Participei de cursos sobre meio ambiente, criação de galinha, plantio de horta e farmácia viva” (D. Rosa, 53 anos);

“Grupo de Mulheres da Chapada” (D. Maria, 30 anos);

“Projeto Jovens familiares e Grupo de mulheres da Chapada (ACB)” (D. Luíza, 42 anos);

“Inseminação artificial, beneficiamento da mandioca e intercâmbios” (D. Fabiana, 42 anos);

“Cursos sobre a agricultura (EMATERCE)” (D. Rafaela, 38 anos).

³ Esse Projeto é realizado pelo Governo do Estado do Ceará por meio da Secretaria de Desenvolvimento Agrário e objetiva “reduzir a pobreza e elevar o padrão de vida de agricultores familiares de 31 municípios cearenses, através do desenvolvimento do capital social e humano e da produção sustentável para aumento da renda a partir de fontes agrícolas e não agrícolas com foco prioritário nos jovens e mulheres”. Fonte: <http://www.sda.ce.gov.br/index.php/projeto-paulo-freire-fida>

⁴ Todos os nomes das mulheres entrevistadas são fictícios.

4.2 Atividades Agroecológicas como Caminho para o Processo de Empoderamento das Trabalhadoras Rurais

A luta feminina pela efetivação de seus direitos e por uma distribuição de poder mais igualitária e menos discriminatório quanto ao gênero é histórica. Muitos avanços foram conquistados, mas ainda imperam traços culturais fortemente arraigados que impedem o empoderamento feminino e o fim da discriminação contra as mulheres, seja no mundo do trabalho, na política, na religião, nos espaços que a mulher ocupa.

O Brasil vem adotando ao longo de sua história diversos tratados internacionais a fim de superar a discriminação e a violência contra a mulher, além de implantar políticas públicas que promovam a equidade de gênero. Em 1984, o país ratificou a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW) promovida pela ONU em 1979. Em 1994, assinou junto com a Organização dos Estados Americanos (OEA) a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher (Convenção Belém do Pará).

Ao assumir essas convenções o Brasil reconhece a necessidade de tratar das questões de gênero e implementar políticas públicas para a superação da desigualdade de gênero e violência contra as mulheres. Apesar das conquistas na estância governamental, com a criação de legislação voltadas para o direito e proteção da mulher, como a Lei 11340/06 - Lei Maria da Penha e a Lei 13.104/15 – Lei do Feminicídio, assim como programas e órgãos governamentais para a geração de renda e empoderamento feminino, como o PRONAF MULHER⁵ e o Selo Pró-equidade⁶, esses ainda são insuficientes, visto que o Brasil é o 5º país que mais mata mulheres no mundo, como apontam os dados do Mapa da violência de 2015⁷.

Diante dessa realidade, a sociedade civil se manifesta e busca ações afirmativas para as questões de gênero no país, por meio das ONGs, que possibilitam a equidade de gênero e empoderamento feminino.

Na Região do Cariri cearense, a ACB tem sua atuação no âmbito da preservação ambiental e garantia dos direitos dos homens e mulheres do campo e adere a uma perspectiva de gênero em seus projetos. Lucena (2016), uma das fundadoras da ACB, afirmou que essa ONG iniciou o seu trabalho em relação às mulheres por perceber a pressão que suas integrantes casadas sofriam por parte de seus companheiros por se dedicarem às atividades da associação. Outro motivo observado foi a participação feminina nas reuniões nas comunidades, nas quais as mulheres sempre estavam presentes, porém quando os encontros aconteciam em outras localidades, grande parte das agricultoras se viam impedidas pelos maridos de participar das referidas reuniões. A partir dessa situação, a ACB buscou trabalhar a perspectiva de gênero nas suas ações junto às comunidades rurais.

Ainda de acordo com a autora, os primeiros projetos eram voltados para a geração de renda das mulheres, pois, na perspectiva da associação, as trabalhadoras poderiam ter mais autonomia com a independência financeira. Com o passar dos anos, os projetos foram ampliados e o trabalho passou a englobar várias demandas, passando pela formação técnica, acesso a financiamentos, sindicalização, propriedade da terra, empoderamento, reconhecimento dos seus direitos e inserção das trabalhadoras em cargos de liderança.

⁵ Financiamento do Governo Federal a mulheres agricultoras.

⁶ O Selo Pró-Equidade de Raça Gênero do governo federal visa estimular a igualdade entre homens e mulheres no mundo do trabalho, eliminando discriminação de acesso, remuneração, ascensão e permanência no emprego. (<http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2016/03/programas-sociais-fortalecem-o-empoderamento-das-mulheres>)

⁷ Mapa da Violência de 2015, organizado pela Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (FLACSO).

Quando iniciamos, as mulheres eram inibidas e demonstravam uma falta de conhecimento e de coragem quanto a sua situação de exploração e submissão. Por isso não tinham coragem de se rebelarem e até achavam que era Deus que queria, porque depois seriam recompensadas na vida eterna. Pacientemente, elas foram motivadas a buscarem novas informações, socializarem suas vivências, não dar ouvidos nem aceitar provocações, mas serem pessoas que acreditavam nas suas potencialidades, que eram capazes de iniciarem uma nova forma de se relacionarem com sua família e suas comunidades (SOCORRO SILVA, Fundadora da ACB citada por LUCENA, 2016, p. 216).

Os projetos desenvolvidos pela associação buscam o reconhecimento do trabalho das produtoras rurais, por meio de ações agroecológicas almejam o empoderamento das mesmas oferecendo formação educacional, assessoria técnica, jurídica, projetos para geração de renda, participação em movimentos regionais e nacionais relativos a suas demandas, enfim, possibilitam que elas protagonizem sua luta pela efetivação de seus direitos e preservação do ambiente em que moram e produzem.

Nesse sentido, através de metodologia participativa e dialógica, a ONG alia a agroecologia ao empoderamento das mulheres da zona rural da Chapada do Araripe. Destacamos duas ações resultantes dos Projetos da ACB junto às mulheres: a implantação das Feiras Agroecológicas no Cariri e dos Sistemas de Produção Agroecológica Integrada e Sustentável (PAIS) na Chapada do Araripe a partir da perspectiva das mulheres abordadas nesse estudo.

4.2.1 Formas de organização das mulheres agricultoras em sindicatos e associações

Os sindicatos e as associações de mulheres são formas de representatividade feminina de maneira comunitária para a promoção de geração de renda, garantia de seus direitos e formação educacional. Na entrevista com o vice-presidente do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do Crato, Sr. Diocleciano⁸, 66 anos, foi revelado que o sindicato foi criado há 66 anos e conta atualmente com 13 mil associados, dentre os quais 60% são mulheres. A diretoria da instituição conta com 30% de mulheres.

Quanto aos projetos voltados apenas para trabalhadoras rurais, ele afirma que não há um direcionamento só para mulheres, pois elas participam junto com a família: “*Não temos projetos só para as trabalhadoras, nossos projetos são mistos, destinados às famílias*”. O sindicato trabalha em parceria com associações, ONGs e instituições governamentais da Região do Cariri apoiando a busca de colaboradores, fornecimento de materiais, espaço para encontros, transporte. “*Qualquer comunidade que realizar um projeto...recebe o apoio do sindicato na questão da formação e financeira, a gente sempre contribui com todas comunidades que realizam atividades para o meio ambiente*”(Sr. Diocleciano, vice-presidente do sindicato, 66 anos).

Quanto à promoção de cursos e formações sobre a questão agroecológica junto aos trabalhadores e trabalhadoras rurais sindicalizados, o Sr. Diocleciano destaca: “*Assim... a gente não tem um curso específico, a gente sempre faz um trabalho de prevenção e*

⁸ Com a permissão do entrevistado usamos seu nome verdadeiro.

orientação, a gente sempre faz esse trabalho na questão da ecologia. O IBAMA quando faz reuniões, encontros, a gente é parceiro e também defende essa questão da ecologia”.

De acordo com as informações coletadas no Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do Crato não há projetos específicos voltados para o empoderamento dos seus filiados, as ações com essa temática vêm inseridas de forma indireta nas suas discussões, nos encontros com os agricultores e agricultoras e nas parcerias com outras instituições. Apesar das mulheres serem maioria entre os filiados, há pouca participação nos cargos de poder ocupando cargos secundários. Diante dos avanços da luta das mulheres sobre a efetivação dos seus direitos e o combate ao machismo, as trabalhadoras rurais ainda enfrentam muitas barreiras quanto à sua participação nas instituições que as representam, as relações de dominação presente no interior dos sindicatos ainda estão presas a um sistema patriarcal, onde os homens exercem a direção dessas instituições.

É visível o quanto as mulheres entrevistadas reconhecem a importância de se organizarem em associações e sindicatos, pois quando perguntadas por que participavam dessas instituições, contaram sobre as conquistas individuais e coletivas que alcançaram por meio dessas organizações. No que se refere ao espaço comunitário, relataram a construção de cisternas e a instalação da rede elétrica. Já no que diz respeito ao crescimento pessoal, falaram sobre as oportunidades do contato com outras mulheres, o acesso a formações técnicas e educacionais, a assistência técnica para a organização de sua produção e aumento da renda, entre outras conquistas, como revelam seus relatos emocionados:

“Me ajudou a ver como as outras mulheres também têm problemas como os meus e que é possível resolver”(D. Fátima, agricultora, 65 anos);

“Está integrada na comunidade, participar dos movimentos e eventos que acontecem na associação melhorou minha vida!” (D. Joana, agricultora, 45 anos);

“Conseguimos água e energia para comunidade” (D. Ana, 55anos);

“Esclarecimentos de muitas coisas. Mudança de pensamentos, atitudes, inclusive a consciência sobre a importância de viver em comunidade” (D. Luiza, 42 anos);

“Porque consegui uma cisterna” (D. Fabiana, 42 anos);

“Conseguir organizar meus documentos” (D. Rosa, 53 anos);

“Ter mais conhecimento dos meus direitos” (D. Rafaela, 38 anos);

“A gente se junta para trabalhar os melhores projetos para aumentar a renda” (D. Cícera, 50 anos).

4.2.2 Feiras Agroecológicas e a Participação das Mulheres

Historicamente as feiras livres vão além da comercialização dos mais diversos produtos, pois se constituem como espaços de lazer, socialização, manifestações culturais, com uma variedade de culinárias, artesanatos, gêneros alimentícios, pessoas, entre outros atrativos. Apesar do aumento do comércio varejistas, por meio das redes de supermercados, ainda hoje podemos encontrá-las nas cidades, cada uma com suas características regionais e históricas.

Frente às transformações na forma de produzir e consumir, as feiras livres que acontecem nos vilarejos e pequenos municípios ainda continuam como meio de geração de renda. Muitas cidades permanecem com suas feiras, montadas diariamente ou em dias específicos. Esses empreendimentos contam a história daquele local e de sua população, ou seja, as feiras são lugares de memória, pontos de intercâmbio de culturas e diversidade.

No Nordeste, as feiras ainda resistem. Conhecidas nacionalmente pela sua diversidade cultural, os consumidores não encontram só gêneros alimentícios, mas consomem cordéis, artesanatos, repentes, comidas tradicionais da região, conhecem figuras folclóricas de cada localidade, além de estabelecer uma relação muito próxima com os feirantes.

Na Região do Cariri cearense é muito forte o comércio nas feiras. Nelas há a circulação de mercadorias, a oferta de serviços que geram mão-de-obra e renda, agricultores e agricultoras familiares comercializando sua própria produção ou feirantes/comerciantes que obtêm seus produtos por meio de atravessadores.

Percebemos que há um crescente número de feiras agroecológicas, principalmente nos municípios de Crato, Juazeiro do Norte e Barbalha, e que as que acontecem na Região do Cariri, destacando-se as feiras das cidades de Crato, Nova Olinda e Santana do Cariri, além do caráter agroecológico, também agregam questões de sustentabilidade e princípios da Economia Solidária – ES, num esforço para buscar alternativas de como as pessoas devem estabelecer sua relação com a natureza, a produção e o consumo. Como destaca Sr. Jorge Pinheiro Lima⁹, engenheiro agrônomo, 59 anos: *“A EMATERCE vem apoiando a instalação das feiras, atualmente tem feiras em vários bairros da cidade do Crato quase todos os dias”*. Para Ery Cláudio, técnico da ACB, 33 anos: *“As feiras agroecológicas, além de gerar renda para as famílias promovem a conscientização para o consumo de produtos mais saudáveis. Estamos buscando a certificação das feiras agroecológicas...chegando aqui no Crato já fica fácil de expandir para as outras”*.

Como vimos, tais feiras se constituem como lugares de diversidade e difusoras dos preceitos da ES e da Agroecologia.

Diante da realidade da Região do Cariri quanto ao desenvolvimento dos empreendimentos baseados na ES, foi criado, a Rede de Feiras Agroecológicas do Cariri. A Universidade Federal do Cariri – UFCA, por meio da Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Econômicos e Solidários (ITEPS), criou o eixo de Fomento à Agricultura Familiar de Base Agroecológica com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Ao longo da pesquisa verificamos a importância das feiras agroecológicas para as mulheres rurais, pois das dez trabalhadoras entrevistadas, sete comercializavam seus produtos nas feiras dos seus municípios e de cidades vizinhas, sendo que três trabalhavam na “Feirinha da ACB” localizada no Crato e relataram que participavam da feira há mais de 10 anos; quatro agricultoras dos municípios de Nova Olinda e Santana do Cariri iniciaram o trabalho na feira a partir do Projeto Mulheres da Chapada do Araripe Integradas na Produção.

“Com o projeto e o cultivo no quintal estou plantando mais e podendo vender na feira, porque antes só vendia minhas hortaliças na própria comunidade” (D. Francisca, agricultora/feirante, 35 anos);

“Vendo meus produtos diariamente na comunidade e semanalmente na feira” (D. Luiza, 42 anos);

⁹ Com permissão do entrevistado foi usado seu nome verdadeiro.

“O Projeto Jovens Familiares da ACB foi bom porque comecei a vender na feira. Eles organizaram as barracas e como nós devemos vender a produção dos quintais” (D. Rafaela, agricultora/feirante, 38 anos);

“Estou trabalhando na feira desde 2016, só vim pra cá por causa do projeto Jovens Familiares da ACB. Estou gostando muito, a feira está crescendo” (D. Fabiana, agricultora/feirante, 42 anos).

Todas as mulheres entrevistadas afirmaram vender diariamente seus produtos na própria comunidade. Dentre elas, as sete que se declararam feirantes comercializavam sua produção semanalmente nas feiras agroecológicas e da agricultura familiar nas cidades do Crato, Nova Olinda e Santana do Cariri; a maioria das feirantes trabalhavam sozinhas nas barracas das feiras; apenas três delas recebiam ajuda do marido quando vendiam nas feiras.

Grande parte dessas feiras foi criada pela iniciativa de ONGs da região e órgãos governamentais como a EMATER. Na cidade do Crato, a ACB buscou articular os agricultores e agricultoras para a comercialização de seus produtos e oferecer à comunidade urbana alimentos de base agroecológica. Por meio de uma parceria com o Ministério de Cooperação Belga e o Serviço de Cooperação da Alemanha, as instituições realizaram pesquisas entre consumidores, produtores e proprietários sobre a comercialização e o consumo de frutas e verduras sem agrotóxicos. Essa pesquisa lançou as bases para a criação da primeira Feira de Produtos Agroecológicos do Cariri.

Criada em 2003, a “Feirinha da ACB”, como é conhecida, ainda acontece semanalmente na cidade do Crato e reúne agricultores e agricultoras familiares de várias cidades do Cariri. Segundo Ery, técnico agropecuário da ACB, as feiras sempre recebem novos participantes, desde que respeitem as regras quanto à produção agroecológica *“as famílias que pretendem participar da feira recebem visitas dos técnicos da ACB na sua propriedade, além do trabalho de conscientização para se adaptarem ao processo”*.

Os homens e mulheres que comercializam na “Feirinha da ACB” passaram por projetos da ACB e formação quanto à produção agroecológica e ES. A feira constitui-se como etapa no processo de empoderamento dessa população, consoante com os objetivos lançados pela ACB nos seus projetos.

Nas cidades de Nova Olinda, Santana do Cariri e Milagres (cidades da área de atuação da ACB) foram implantadas feiras agroecológicas como legado do Projeto Jovens Familiares Produzindo no Cariri e Mulheres da Chapada do Araripe Integradas na Produção. As feiras funcionam há dois anos nessas cidades e estão em processo de consolidação, mas já possuem público cativo e começam a despertar o interesse dos consumidores sobre os alimentos de base agroecológica. A produção é voltada para o cultivo de hortaliças, bananas, maracujás, feijão, fava, macaxeira; ovinocultura, caprinocultura; beneficiamento de frutos, como o pequi e a macaúba; artesanatos com palha de milho, barro, couro.

O Projeto Jovens Familiares Produzindo no Cariri reuniu jovens de 18 a 29 anos das zonas rurais desses municípios. A eles foram ofertadas capacitação técnica e oficinas para implantação das feiras, além de geração de renda, empreendimentos baseados na ES capazes de possibilitar uma conscientização das novas gerações quanto à produção e consumo de alimentos livres de agrotóxicos. A partir desse projeto muitas mulheres se encorajaram a vender seus produtos e participar das feiras. Assim, essa experiência com os filhos e filhas dos (as) agricultores (as) serviu como propulsor para a adesão de mulheres ao Projeto Mulheres da Chapada do Araripe Integradas na Produção, conforme relato do Técnico da ACB:

“Muitas mulheres que não participaram desse projeto, mas viram seus filhos e outros jovens da comunidade participando, ficaram interessadas em participar do Projeto das Mulheres da Chapada do Araripe Integradas na

Produção, cultivar os quintais e vender sua produção nas feiras agroecológicas” (ERY CLÁUDIO, TÉCNICO DA ACB, 33 ANOS).

Os órgãos governamentais também são essenciais para o fomento dessas feiras, pois, além do assessoramento, fornecem infraestrutura e divulgação junto à população. Seu Jorge, engenheiro agrônomo da EMATERCE relata: *“A EMATERCE ajudou na implantação de diversas feiras da agricultura familiar nas cidades do Cariri, todos os anos a EMATERCE premia os agricultores e agricultoras que produzem segundo os princípios agroecológicos”.*

Segundo relatos dos representantes da EMATERCE no Crato, o trabalho que eles realizam junto aos agricultores e agricultoras familiares na região está ligado à conscientização do desenvolvimento rural sustentável e promoção de geração de renda por meio das feiras, porém ainda enfrentam algumas dificuldades para a conscientização quanto às práticas agroecológicas: *“a gente enfrenta resistência de alguns agricultores que praticam a agricultura mais tradicional, mas à medida que vai passando, nós vamos mostrando na prática e eles se conscientizam” (SR. JORGE, ENGENHEIRO AGRÔNOMO, 59 ANOS).*

Contudo, a EMATERCE do Crato não definiu um projeto destinado para as mulheres rurais, relataram que costumam trabalhar as questões de gênero na extensão rural como tema transversal: *“todos os projetos que desenvolvemos temos trabalhado as questões de gênero, em algumas comunidades rurais acompanhamos o trabalho de inserção das mulheres em cargos de administração de associações e cooperativas” (SRA. ELCILEI¹⁰, EXTENSIONISTA DA EMATERCE, 56 ANOS).*

As feiras agroecológicas na Região do Cariri cearense são um exemplo de como esses empreendimentos promovem a autonomia do produtor e da produtora rural, pois possibilita a venda direta entre agricultores/as com a clientela, evitando atravessadores e estabelecendo segurança para aquele que compra seus produtos, uma vez que pode criar um vínculo, que vai além do econômico.

Ao longo dessa pesquisa, podemos observar a importância dessas feiras para a implantação e continuidade do trabalho agroecológico na Chapada do Araripe e da prática da Economia Solidária.

Observando essas feiras com viés agroecológico e da ES, percebemos a participação feminina muito ativa e com uma representatividade bem maior que a masculina, como nos confirma o técnico da ACB, Ery Cláudio. *“As mulheres são maioria nas feiras, elas são as primeiras a demonstrar interesse em participar, depois trazem seus filhos (as) e os maridos”.* Segundo as agricultoras/feirantes entrevistadas ao longo do estudo, a participação nas feiras, pela maioria das mulheres, se dá pelo fato de não precisarem sair de casa todos os dias para o trabalho, o que possibilita que tenham sua renda própria sem deixar de executar os trabalhos domésticos e cuidados com a família. Isso mostra o quanto a rotina de trabalho dessas mulheres é sobrecarregada e ainda considerada improdutiva por homens e mulheres. Apesar de conquistarem o direito de trabalhar fora do ambiente doméstico, as relações familiares ainda são frágeis quanto ao empoderamento das mesmas, pois muitas dessas trabalhadoras exercem múltiplas jornadas para exercer seus direitos, como o trabalho nas feiras, a participação em reuniões e outras atividades externas à casa, que são condicionadas ao cumprimento das tarefas domésticas. Observamos que a autonomia econômica nem sempre se estende a outros âmbitos da vida da mulher.

“Participo das feiras porque posso cuidar das minhas coisas em casa e trabalhar” (D. Fátima, agricultora/feirante, 65 anos);

¹⁰ Com a permissão da entrevistada foi usado seu nome verdadeiro.

“Na feira garanto o meu sustento” (D. Cícera, agricultora/feirante, 50 anos);

“Consigo fazer minhas tarefas em casa, cuidar do meu quintal e vender na feira, porque só vendo na sexta” (D. Luiza, agricultora/feirante, 42 anos);

“Se fosse para trabalhar em outro lugar seria difícil, porque como eu ia cuidar das minhas plantas, do meu quintal? Como só venho para feira uma vez por semana, dá para cuidar da casa, da roça” (D. Rafaela, agricultora/feirante, 38 anos).

Outro motivo apontado pelas feirantes é a segurança econômica que a feira proporciona, pois garantem a venda dos produtos e a certeza que sempre levarão algum dinheiro para casa. Muitas das feirantes declararam que na feira conseguem a principal renda da família, sendo que essas se mostraram mais conscientes da importância do seu trabalho como produtoras e feirantes.

“O trabalho na roça a gente não tem certeza se vai ganhar alguma coisa, trabalhar na roça dos outros é pior, querem pagar muito pouco pela diária, aqui na feira eu vendo meus produtos e ganho melhor” (D. Ana, agricultora/feirante, 55 anos);

“Com o dinheiro da feira tive como criar meus filhos e o trabalho não é tão sofrido como direto na roça” (D. Fátima, agricultora/feirante, 65 anos);

“Com o dinheiro da feira e a criação de abelhas, eu e meu marido garantimos nossa renda” (D. Luiza, agricultora/feirante, 42 anos);

“Meu marido ganha pouco trabalhando nas roças dos outros e na feira tenho certeza de sempre voltar com dinheiro” (D. Cícera, agricultora/feirante, 50 anos).

Durante a pesquisa notamos o quanto as feiras agroecológicas podem ajudar no processo de empoderamento das trabalhadoras rurais da região, enquanto espaço de socialização, autonomia econômica e promoção de protagonismo feminino no tangente à organização dos produtos e da feira, negociação dos preços e escolha do que vai produzir. Esses efeitos impactam no âmbito individual e comunitário.

Realizamos a observação na “Feirinha da ACB”, que foi escolhida por ser a mais tradicional e pioneira na venda de produtos agroecológicos. A feira acontece semanalmente, na cidade do Crato – CE, na mesma rua onde se localiza a sede da ACB. Com seus 15 anos de existência, ela permanece resistente as mudanças na cidade e nas formas de consumo. Planejada e implantada a partir de um projeto da ACB para geração de renda de agricultores e agricultoras familiares, a “Feirinha da ACB” aglutina trabalhadores (as) de outras cidades da Região do Cariri, por exemplo, Santana do Cariri e Nova Olinda.

A “Feirinha da ACB” é composta por 15 barracas, todas padronizadas, limpas e bem conservadas. Nelas são comercializados diversos produtos, como: hortaliças, tomate cereja, goma fresca, macaxeira, açafrão, mel, alho poró, pequi, fava, comidas típicas, farinha de mandioca, ovos, galinha caipira, dentre outros produtos. Os fregueses têm uma relação bem próxima com os (as) feirantes, sendo que muitos já se tratam pelo nome e tradicionalmente compram na mesma barraca há anos. Geralmente, além da compra imediata dos produtos,

costumam fazer encomendas de produtos específicos, como galinha caipira, uma raiz ou muda de planta.

Além da geração de renda e garantia de alimentos para sua subsistência, as feiras também proporcionam ao consumidor a segurança de consumir alimentos variados e livres de agrotóxicos.

Muitos dos projetos das ONGs, baseados em uma abordagem agroecológica, carecem de avaliações formais e detalhadas. Todavia, há fortes evidências de que muitas dessas organizações têm gerado e adaptado inovações tecnológicas capazes de contribuir, significativamente, na melhoria das condições de vida dos camponeses, aumentando sua segurança alimentar, fortalecendo a produção de subsistência, gerando fontes de renda e melhorando a base de recursos naturais (ALTIERI, 2004, p. 57).

Quanto ao gênero dos feirantes que comercializam na “Feirinha da ACB”, 90% são mulheres, entre 30 e 65 anos, casadas, produtoras rurais da agricultura familiar, que trabalham na feira sozinha sem a ajuda do marido ou outro membro da família. Nessa feira entrevistamos D. Fátima (65 anos), D. Luiza (42 anos) e D. Cícera (50 anos). Apenas D. Luiza compartilha o trabalho na banca da feira com seu esposo. Ambos trabalham na “Feirinha da ACB” há mais de 10 anos, sendo a partir de um projeto da instituição que foram inseridos no empreendimento, no qual são referência quanto à qualidade dos produtos que vendem e no engajamento junto à comunidade.

No período de observação e durante a entrevista, vimos que, entre todas as trabalhadoras pesquisadas, D. Luiza detinha o maior grau de empoderamento, visto que, na barraca demonstrava ser bastante comunicativa com os fregueses, possuía características de liderança entre as (os) feirantes e apresentou ideias para ampliar sua produção. D. Fátima e D. Cícera comercializavam sozinhas nas suas barracas, participavam da feira desde a sua implantação, eram bem conhecidas e apresentavam uma visão crítica da realidade das feiras agroecológicas, e, ainda, falavam com orgulho dos seus produtos e dos cuidados com a produção, como também, reconheciam a importância da ACB e de seus projetos para o assessoramento e implantação da feira.

“Apreendi com os projetos a cultivar sem veneno, sem queimar e como vender meus produtos” (D. Fátima, agricultora/feirante, 64 anos);

“A ACB foi importante para organizar a feira e ensinar a plantar sem veneno, organizar meu quintal e melhorar minha renda” (D. Luiza, agricultora/feirante, 42 anos);

“Foi a partir do Projeto da ACB, Jovens Familiares que me interessei para vender na feira” (D. Rafael, 38 anos).

Essas mulheres têm sua história de vida ligada à história da feira. Quando indagadas por quanto tempo trabalhavam na feira, nos responderam:

“Participo dessa feira já tem uns 15 anos. Iniciei nessa feira quando meus filhos eram crianças, trazia eles para feira e dormia embaixo da barraca, hoje eles já são homens e estão na faculdade (D. Fátima, agricultora e feirante, 65 anos)”.

“Comecei a vender na feirinha da ACB desde o início quando ela foi organizada pela ACB” (D. Cícera, agricultora/feirante, 50 anos);

“Acho que tem uns 11 a 12 anos que participo dessa feira e não pretendo sair daqui, consegui comprar minhas coisas trabalhando aqui” (D. Luíza, agricultora/feirante, 42 anos).

Segundo nossa observação e o relato das feirantes, a convivência entre elas era bem harmoniosa, tendo como costume fazer empréstimos de pequenas quantias reservadas para troca, compartilhar produtos com outras barracas, repartir o lanche.

“Aqui nós ajudamos todos, as vezes uma precisa de um troco e pega emprestado ou quando falta um produto na banca, a gente se ajuda, não fica competindo” (D. Cícera, agricultora/feirante, 50 anos);

“Aqui na feira compartilhamos os produtos, a comida, tudo, estamos aqui para ajudar todo mundo, não ficamos com brigas ou competição. Às vezes um cliente pede um produto que eu não trouxe e consigo com uma colega, só para não perder o cliente” (D. Fátima, agricultora/feirante, 65 anos);

“Na feira, todo mundo se ajuda como pode, com produto, dá uma carona, olha a barraca da outra” (D. Luísa, agricultora/feirante, 42 anos).

As entrevistadas apontaram ainda que apesar da qualidade dos produtos e da organização da feira, o número de consumidores vem diminuindo. D. Cícera, agricultora e feirante, 50 anos, comenta: *“Muitas mulheres chegam na barraca e acha que a couve está cara, conta até as folhas. Não entende o trabalho que é plantar”*. Além das queixas dos fregueses quanto ao preço dos produtos, as produtoras indicaram outro fator, a concorrência com outras feiras: *“A semana toda tem feira no Crato, estão espalhadas, não precisa mais sair do seu bairro, isso diminui a procura aqui” (D. Fátima, agricultora e feirante, 65 anos)*. Porém as feirantes reconhecerem que apesar do aumento de feiras livres na cidade, as trabalhadoras ofereciam produtos diferenciados, destinados à segurança alimentar de suas frutas e hortaliças, livres de agrotóxico.

Quando a “Feirinha da ACB” iniciou suas atividades, não haviam feiras agroecológicas na região. O exemplo desse empreendimento inspirou outras feiras, a maior produção agroecológica entre os agricultores e agricultoras familiares e mais projetos para a geração de renda, além de instigar o consumo de produtos agroecológicos, fatores que foram decisivos para criação de outras feiras na Região do Cariri¹¹.

A implantação das feiras agroecológicas na Região do Cariri também gerou a procura cada vez maior por produtos mais saudáveis e seguros. Como relata a agricultora:

Aqui não comercializava mel na feira, pois ninguém queria comprar um balde mel, como vendo para as empresas que fornece para exportação, resolvi vender mel em garrafa, o povo daqui não se interessava por mel, aos poucos as pessoas começaram a consumir e sempre procuram na minha barraca (D. Luíza, agricultora e feirante, 42 anos).

Podemos perceber que as feiras agroecológicas da Região do Cariri agregam muitos valores e várias questões estão envolvidas nesse espaço, como a segurança alimentar, a ES, difusão da produção agroecológica na região, a geração de renda para produtores e produtoras da agricultura familiar. Destacamos o significado das feiras para as trabalhadoras rurais que

¹¹ Atualmente, há feiras agroecológicas nas cidades de Nova Olinda, Santana do Cariri, Milagres e Juazeiro do Norte. No município do Crato funcionam cinco feiras agroecológicas. Todas têm uma significativa representatividade de mulheres, chegando a ser maioria entre os feirantes. (EMATERCE – CRATO, 2018)

vão além de questões econômicas, mas que envolvem aspectos educacionais, relações sociais e empoderamento.

Sob a perspectiva das mulheres entrevistadas que desempenhavam as atividades de donas de casa, agricultoras e feirantes, o empoderamento está mais ligado à sua autonomia econômica.

Ao longo das entrevistas, elas declararam que a principal renda da família vem da comercialização nas feiras. Muitas narraram que trabalhavam sozinhas e seus maridos complementavam a renda a partir das diárias recebidas pelo trabalho em roças de outras propriedades.

“Quando comecei a trabalhar na feira, não precisei mais pedir dinheiro ao marido, porque com o dinheiro que eu ganho lá, posso comprar minhas coisas e dos meus filhos” (D. Rosa, agricultora e feirante, 53 anos);

“O dinheiro que ganho na feira garante o sustento da minha família, o que não produzimos compro, posso comprar com esse dinheiro uma roupa, uma sandália, carne e outras coisas” (D. Rafaela, agricultora e feirante, 48 anos).

A feira trouxe não só uma independência financeira, mas um avanço na sua liberdade, pois, a partir do trabalho proporcionado por ela, as trabalhadoras narraram que conquistaram mais autonomia para conhecer pessoas, estabelecer parcerias, ou seja, a socialização fora do espaço privado da família. Ao contrário de outras realidades, as mulheres se identificaram como produtoras e reconheceram a importância de seu trabalho, não só para sua família, como para a sociedade, ao fornecerem alimento saudáveis a preço justo.

“Com o dinheiro da feira posso comprar as coisas que preciso sem pedir ou ficar esperando pelo dinheiro do meu marido” (Luiza, agricultora/feirante, 42 anos);

“Depois que comecei a participar das feiras conheci muitas pessoas e pude participar das reuniões e dos encontros da associação. A feira me ajudou a sair de casa e ganhar meu dinheiro” (D. Joana, agricultora/feirante, 45 anos);

“Tenho orgulho de vender na feira, ganho meu dinheiro, as frutas e verduras que vendo são boas e tenho muitos fregueses” (D. Fátima, 65 anos).

As entrevistadas que participaram do projeto reconheceram, inicialmente, o empoderamento junto à sua comunidade; em seguida, quando perguntadas sobre a importância de participarem de projetos, associações e/ou sindicatos, todas descreveram que por meio dessas organizações puderam conquistar melhorias para comunidade e para si mesmas.

“Porque é bom pra mim e pra comunidade, a maioria das coisas que vinham pra comunidade foi através da associação” (D. Joana, agricultora, 45 anos).

“Porque é uma forma de ajudar a comunidade e buscar benefícios para minha família” (D. Maria, agricultora, 30 anos);

“Maneira de me organizar e reivindicar direitos” (D. Luzia, agricultora, 42 anos).

A percepção das conquistas coletivas foi motivo para a permanência das trabalhadoras nas associações e no trabalho agroecológico, ao mesmo tempo que a participação nessas instituições e projetos mostra um avanço na busca pelo seu empoderamento individual. Portanto, o empoderamento é resultado de uma relação dialógica entre as mulheres, sua família e a comunidade, pois elas reconhecem o desenvolvimento individual e coletivo. Conforme Leon (1997, p. 02): “[...] é fundamental vincular estreitamente o nível individual com a ação coletiva, para alterar processos e estruturas que reproduzem a posição subordinada das mulheres como gênero.

Durante as entrevistas nos chamou a atenção a declaração das mulheres quanto a sua ocupação. Todas se declararam agricultoras, não se referiam a si mesmas como domésticas, e interpretamos essa resposta como sinal de avanço no processo de empoderamento, pois demonstra o seu próprio reconhecimento enquanto profissional, mesmo que não haja essa identificação por parte da sociedade. Isso demonstra que as mulheres têm uma autoimagem positiva e com o olhar crítico do contexto em que vivem. A participação nas associações, sindicatos e as conquistas a partir da organização desses grupos firma uma coesão de grupo e consequentemente, de poder de decisão e ação no meio comunitário. Esses elementos são analisados por Costa (2005) e associados aos graus de empoderamento.

Quando analisamos as falas dessas mulheres, vemos que isso demonstra um grau de empoderamento quanto aos componentes cognitivos e psicológicos, pois apontam para a construção de uma autoimagem de confiança.

Segundo a ACB, o Projeto Mulheres da Chapada do Araripe Integradas na Produção atendeu 36 mulheres nos anos de 2016/2107, foram divididas entre os municípios de Crato, Nova Olinda e Santana do Cariri, para as quais estima-se um aumento de 30% na renda familiar. Quanto aos impactos ambientais as cisternas têm capacidade para captar água da chuva de 936 m³/ano, evitar o uso de 375 kg de fertilizantes e reduzir de 122 toneladas de Dióxido de Carbono (CO₂) por ano.

É notável como o Projeto Mulheres da Chapada do Araripe Integradas na Produção trouxe melhorias sociais e ambientais. Foi importante para a formação das mulheres e para oportunizar a convivência com outras pessoas e contextos. As participantes reconheceram que aprenderam muito sobre a produção agroecológica, melhoraram e ampliaram sua produção, apontaram novas formas de cultivar e criar animais sem degradar o ambiente ou depender de insumos externos, aumento da renda, engajamento comunitário

Apesar do uso do termo empoderamento pelo movimento feminista desde os anos 80, o debate sobre seu conceito ainda apresenta contradições. Uma delas é quanto ao empoderamento individual e coletivo. Segundo Leon (1997), o empoderamento individual pode ser apenas uma ilusão quando não está articulado às lutas sociais. O empoderamento é um processo pessoal e político, que envolve mudanças na posição social das mulheres.

Solicitamos às trabalhadoras pesquisadas que fizessem uma análise quanto a sua vida e das mulheres da comunidade quanto aos direitos, a posição e a condição social fazendo um paralelo com gerações anteriores.

“Hoje as mulheres têm mais oportunidade de trabalho e vagas em qualquer espaço que elas queiram ocupar (D. Rafaela, 38 anos);

Podemos participar das reuniões, projetos para as mulheres, contribuir na renda e falar o que pensa (D. Fabiana, 42 anos);

Hoje as mulheres têm conhecimento da realidade, está em qualquer espaço e capaz de desenvolver qualquer atividade (D. Luiza, 42 anos);

Porque hoje as mulheres têm suas atividades e conseguem suas próprias rendas, com os projetos e cursos tivemos mais conhecimento e mudança de vidas (D. Rosa, 53 anos);

O que o homem faz a mulher também pode fazer, trabalha e traz renda para casa, além de ir para feira e reuniões (D. Maria, 30 anos)”.

Em entrevista com uma extensionista rural da EMATERCE, essa relata que apesar dos avanços quanto aos direitos das mulheres, principalmente no mundo do trabalho, “*ainda é pouco o reconhecimento do trabalho feminino, mesmo sabendo que as mulheres, às vezes, trabalham mais que os homens*” (ELCILEI, EXTENSIONISTA DA EMATERCE, 56 ANOS).

Quando tratamos das relações de gênero, devemos levar em consideração que essas relações permeiam todos os espaços e exercício de poder, tanto em aspectos políticos, econômicos e sociais. Na perspectiva de Costa (2005) e Batliwala (1997), o empoderamento feminino é um processo de mudança radical da posição sobre o exercício do poder sobre seus bens materiais, recursos intelectuais e a ideologia. Esse processo compreende aspectos psicológicos, tomada de consciência, poder de escolha, independência financeira, daí o empoderamento levar em consideração não apenas um componente, mas um conjunto de fatores que permeiam um nível individual e comunitário.

4.2.3 Os Quintais Produtivos como Prática Agroecológica e Espaços para o Empoderamento Feminino

Como já salientado, o século XX foi um período de transformações quanto à produção agrícola e ao consumo de alimentos. Com os avanços tecnológicos daquela época, empregados na produção agropecuária, o espaço rural também se transformou nos aspectos técnicos, econômicos, sociais e culturais. A mecanização do trabalho rural, a expansão da produção, as exportações em larga escala e as novas formas de relações trabalhistas advindas dessa Revolução Verde também trouxe impactos nocivos ao ecossistema, ameaçando a biodiversidade e a segurança alimentar.

Ao passo que esse modelo agropecuário era implantado nos países, os problemas ambientais também apresentavam seus sintomas, erosão do solo, desertificação, perda da biodiversidade. No tocante às consequências sociais, os pequenos produtores e produtoras rurais foram excluídos desse processo, pois não tinham investimentos para formação técnica, compra de máquinas e grandes porções de terra, o que desestabilizou várias comunidades rurais e levou ao êxodo rural de várias famílias. Nesse contexto, várias organizações estudantis, profissionais e populares se mobilizaram para criar uma alternativa a esse modelo depredatório, nesse campo fértil de mobilizações e reivindicações, o que proporcionou o surgimento da agroecologia.

As ONGs ainda desempenham um importante papel na difusão e implantação de projetos agroecológicos nas comunidades rurais. No ano de 1996, a ACB inicia os primeiros projetos para a implantação dos Sistemas Agroflorestais (SAFs) na Região do Cariri cearense, a partir da adoção desse modelo, Lucena (2016, p.9) percebe que há avanços:

nas condições socioambientais de comunidades antes vulneráveis, fazer a gradativa recuperação dos solos degradados, de riachos e matas ciliares, viabilizar o aumento da produção diversificada e saudável, garantir a segurança alimentar para as famílias, rompendo com o ciclo da pobreza que as ameaçava, através da implementação de alternativas contra hegemônicas ao modelo de desenvolvimento praticado pelo Estado, que vem desfavorecendo as famílias camponesas.

Os SAFs são espaços de terras que combinam o cultivo agrícola e a criação de animais para a produção mais diversificada, com o mínimo uso de insumos externos e menor impacto ambiental. Por meio dos SAFs é possível recuperar a fauna e flora nativa de uma região. Foi através desse sistema que as agloflorestas caririense, hoje, tem uma diversidade de “sabiás, mandacarus, laranjeiras, ipês, timbaúbas, faveiras, juremas, aroeiras, urucum, banana, saguis, camaleões, aves e abelhas. (LUCENA, 2016)

A Agroecologia como aglutinadora de ideais e técnicas alternativas também é aderida pelo movimento de mulheres rurais e feministas. As mulheres em várias regiões do mundo, foram as pioneiras na implantação de sistemas agroecológicos nas suas comunidades. Na Região do Cariri, percebemos que as produtoras rurais da Chapada do Araripe seguem esse padrão, assim como observamos um grupo de mulheres trabalhadoras rurais que produzem na sua propriedade segundo as práticas agroecológicas.

Na Chapada do Araripe, a implantação de SAFs por meio dos sistemas PAIS em algumas comunidades rurais está recuperando áreas degradadas, preservando o ambiente e gerando renda. A ACB, pioneira na implantação dos SAFs na Região do Cariri, em 2016 iniciou um projeto voltado apenas para mulheres rurais, agregando questões ambientais e de gênero. O Projeto Mulheres da Chapada do Araripe Integradas na Produção foi executado com o apoio do Programa Ecomudança – promovido pelo Itaú Unibanco.

Ao analisarmos o Projetos Mulheres da Chapada do Araripe Integradas na Produção percebemos sua importância para as participantes e seus efeitos nas comunidades, pois como é abordado através de uma metodologia participativa e comunitária, estimula a integração entre as trabalhadoras e a ideia do trabalho coletivo como propulsor de desenvolvimento individual.

Dentre as várias atividades desempenhadas por mulheres no espaço rural, no âmbito da agricultura familiar, percebemos o cultivo dos quintais florestais ou produtivos. O espaço do quintal que é utilizado para o lazer e a socialização pode ser usado para subsistência da família e geração de renda. Quaresma (2015, p.39) ressalta que:

Ele representa o espaço de transição e diálogo entre a casa e a roça, o privado e o público, o reprodutivo e o produtivo no meio rural, sendo a mulher o sujeito que está presente nesses dois mundos, que sofre como consequência da divisão sexual do trabalho a invisibilidade de seu trabalho produtivo e reprodutivo no mundo rural, tão invisível quanto à produção proveniente dos próprios quintais.

Em muitas regiões do Brasil e do mundo, são várias as experiências de implantação dos quintais produtivos organizados e cultivados principalmente por mulheres. Nesses espaços a produção é integrada, entre árvores, cultivos agrícolas e a criação de animais. Seguindo os princípios da Agroecologia, os quintais produtivos produzem uma diversidade de alimentos, sendo que a produção tem menos dependência de insumos externos e redução de impactos ambientais que a agricultura convencional pode acarretar.

A proposta do projeto Mulheres da Chapada do Araripe – Integradas na Produção foi trabalhar com seis grupos de agricultoras dos municípios de Crato, Nova Olinda e Santana do

Cariri, em que cada grupo recebeu um sistema PAIS e uma cisterna, caso não houvesse água para a produção.

O Sistema PAIS (Produção Agroecológica Integrada e Sustentável) é uma tecnologia de produção que alia a produção animal com a produção vegetal, utilizando insumos gerados na propriedade em um sistema agroecológico, que preserva o solo e as fontes de água. Um sistema PAIS possui formato de mandala, sendo um galinheiro no meio, cercado por canteiros para horticultura e cisternas para captação da água da chuva para irrigação dos canteiros e consumo residencial. (ACB, 2018)

Dessa forma, o trabalho foi direcionado apenas para as mulheres, conforme revelado por Ery Cláudio, técnico da ACB, responsável pela execução do projeto: *“Resolvemos trabalhar só com as mulheres, porque já havíamos trabalhado com os jovens e as famílias e como a ACB sempre aborda as questões de gênero faltava um trabalho voltado para as mulheres”*. Segundo a ACB, o objetivo do projeto foi: *“Implantar sistemas produtivos capazes de proporcionar sustentabilidade ambiental e geração de renda para as mulheres, garantindo para elas maior autonomia”*.

Inicialmente foi realizado um trabalho de sensibilização nas comunidades quanto ao projeto e sua importância, fase que, conforme seus executores, não constitui mais uma dificuldade junto à comunidade, assim também, como não são, realizar as reuniões e conquistar a confiança dos moradores, pois muitos já passaram por ações da ACB, facilitando o engajamento deles quando se propõem ações como essas.

Na etapa seguinte, foram realizadas as formações, que estavam relacionadas às questões técnicas, ambientais e sociais. Por meio de oficinas foram trabalhados os temas: a Agroecologia, Economia Solidária e Empoderamento Feminino. Após as bases teórica e prática estudadas, partiram para ações do projeto. O quintal utilizado para a implantação do sistema PAIS em cada grupo foi cedido por uma participante e as trabalhadoras eram as responsáveis pelo gerenciamento e manejo dos quintais com a assessoria da ACB. Nesse quintal era construída a cisterna (caso a propriedade não a possuísse), as plantações, organização das mandalas e dos criadouros dos animais. Coletivamente, era decidido quais seriam os cultivos e o cronograma de atividades e responsabilidades que caberiam a cada integrante do grupo. Nos chama a atenção que apesar de serem acompanhadas pelo assessoramento do técnico da ACB, cabia às mulheres as decisões. De acordo com a metodologia, o projeto visava, durante todo o processo, que o poder de decisão ficasse nas mãos das trabalhadoras. Com os quintais em produção, a responsabilidade para seu cultivo e comercialização de seus produtos era das mesmas. Nesse sentido, o quintal produtivo é um caminho para o empoderamento feminino, pois *“é fundamental vincular estreitamente o nível individual com a ação coletiva, para alterar processos e estruturas que reproduzem a posição subordinada das mulheres com o gênero”* (LEON, 1997, p.02).

Dentre as principais dificuldades de implementação e permanência do projeto, para os integrantes da ACB, estão a falta de água na região, devido ao longo período de seca e a convivência entre as integrantes dos grupos. Dentro dos grupos, havia muitas divergências e ritmos diferentes de trabalho, problemas comuns quando se trata de trabalho coletivo. Outro obstáculo encontrado foi o tempo e o machismo dos maridos sobre as esposas.

Muita gente diz assim: as mulheres, porque são mulheres tem tempo a vontade, mas a gente sabe que elas têm as ocupações delas, tirar elas do que elas fazem em casa...a gente trabalhava com hortas e galinhas, por mais que fosse perto das casas ficava difícil para muitas irem. Em alguns casos, os maridos. Não foi possível formar um grupo, porque a propriedade que ia instalar esse centro de trabalho delas, foi doada por uma beneficiária, na

hora da beneficiária comunicar ao esposo, ele disse que não permitia e não permitia o trabalho dela (ERY CLÁUDIO, 33 ANOS, TÉCNICO DA ACB).

Perante a perspectiva das participantes do projeto, a maior dificuldade foi a participação nas reuniões, pois tinham que organizar seu tempo entre os encontros e as tarefas de casa. Outro desafio era a dificuldade de participação das mães com filhos (os) pequenos (as). Muitas relatam que levavam seus filhos (as) para as formações, pois não tinha quem ficasse com as crianças e nem sempre os esposos aceitavam a participação delas no projeto, por estarem trabalhando e as trabalhadoras não contavam com ajuda de outro membro da família. *“Muitas vezes levo meu filho para as reuniões, porque quando ele não estava na escola, não tinha com quem deixar e queria muito ir para reuniões” (D. MARIA, 30 ANOS).* Outro obstáculo, para a execução e continuidade do projeto, de acordo com as participantes, era a falta de comprometimento de algumas mulheres ou a falta de entendimento entre o grupo.

Para as mulheres que participaram do projeto e ainda continuam com os quintais, a experiência foi satisfatória. Muitas já cultivavam hortas em casa e criavam pequenos animais, e, com o projeto, puderam ampliar sua produção, a ponto de comercializar seu excedente, gerando renda para a família. Dona Socorro, 55 anos, teve um sistema PAIS implantado no seu quintal. Segundo ela:

Não foi difícil ceder meu quintal. Foi algo bom para todas as envolvidas. Este projeto tem fortalecido nossas relações de amizade na comunidade, e o mais importante são as mulheres que estão trabalhando no seu próprio quintal. Tem dado certo e vai dar muito mais (D. ANA, AGRICULTORA, 55 ANOS).

Nas entrevistas, indagamos sobre o que as mulheres reconheciam de mudança nas suas vidas após a participação no projeto e o cultivo dos quintais produtivos. Na perspectiva delas, inicialmente, destacaram a questão do acesso a mais alimentos e o excedente para comercialização. *“Com o cultivo nos quintais pude aprender a plantar outras coisas e tratar as hortaliças.” (D. Fabiana, agricultora, 45 anos).*

Uma outra mudança também relatada foi o acesso à formação técnica e o cuidado com o meio ambiente.

“Aprendi a usar o adubo da própria natureza e não desmato.” (D. Fátima, agricultora, 65 anos).

“Conviver com o meio ambiente, tratos das hortaliças e criar animais.” (D. Maria, agricultora, 30 anos).

“Não uso agrotóxico, conservar o solo, economizar água, fazer rotação de culturas, não queimar.” (D. Luiza, 42 anos).

A falta de formação técnica e educação para os agricultores e agricultoras, no Brasil, é histórico e, apesar de algumas políticas públicas voltadas para essa população, a lógica do agronegócio ainda ocupa prioridade na pauta dos legisladores e agentes públicos. É perceptível a vontade que esses trabalhadores e trabalhadoras do campo têm de aprender, principalmente quando se refere ao cultivo, à produção e ao meio ambiente. Para as mulheres, no entanto, a situação é mais agravada quando não conta com o apoio da família e da comunidade para a participação em projetos, para dar continuidade a seus estudos ou até mesmo trabalhar fora do ambiente doméstico. Como problema adicional, observamos a falta

de percepção das próprias mulheres de sua condição e posição, muitas vezes sendo aceita como “natural”.

Ao refletirmos sobre os parâmetros do empoderamento, apresentados anteriormente, com as falas das mulheres, percebemos que as mesmas reconhecem sua independência econômica, sendo comum em todas as respostas a importância que elas dão a autonomia financeira ou a contribuição para o sustento da família. As falas também sinalizam que elas reconhecem os avanços de suas gerações, comparadas às anteriores quanto à participação política, pois identificam as mudanças nos cargos que podem ocupar, as atividades que podem realizar, a participação em projetos, cursos e formações, além do trabalho exterior a sua casa, como é o caso das feirantes.

5 CONCLUSÃO

Ao observarmos a luta das mulheres, feministas ou não, ao longo da história, nos deparamos com atitudes de coragem, de insatisfação e reivindicação, motivadas pelo desejo da mudança, da liberdade e do respeito. Elas têm se mobilizado, individual ou coletivamente, para conquistar e efetivar seus direitos, sejam eles: reprodutivos, trabalhistas, sociais ou políticos. Mulheres oriundas das zonas urbanas e rurais, apesar dos diferentes contextos quanto à raça, classe, sexualidade, entre outras categorias, tem em comum a posição da subordinação diante do sistema machista e patriarcalista, condicionado ao poder opressor, exercido pelo masculino. As relações de gênero, como estão baseadas também em relações de poder, são perpetuadas e justificadas por estruturas sociais, como o sistema educacional, a religião, a família, a política. No entanto, o desejo de mudança e a busca pela equidade de gênero instiga as mulheres a conquistar o empoderamento.

Ao investigarmos se as trabalhadoras rurais da Chapada do Araripe conseguem e reconhecem seu empoderamento a partir de práticas agroecológicas, percebemos, no grupo de mulheres agricultoras e moradoras da Chapada do Araripe – CE, características comuns que vão além das práticas econômicas ou do espaço geográfico. As participantes da pesquisa, possuíam perfis econômicos parecidos, nível de escolaridade variado, de analfabetas a graduadas; habitavam a região do Cariri cearense; todas eram ou foram casadas; exerciam as tarefas diárias cotidianas, dividindo seu tempo entre os cuidados com a casa, a família, suas plantações e seus animais.

O que mais nos chamou a atenção foi a coragem que todas possuem, dentro de suas realidades e experiências, pois desafiam sua realidade ao participarem de projetos na comunidade e fora dela, participam de reuniões, treinamentos e questionam a ordem vigente, ao trabalharem fora do espaço domiciliar, mesmo encontrando alguma resistência por parte de seus familiares. Essas mulheres exerciam certo grau de poder nas suas famílias e comunidade; eram ativas e receptivas a aprender, a buscar melhorias para suas famílias e para seus grupos. Não eram lideranças nos sindicatos ou associações, mas cada uma, com seu ritmo e consciência, diariamente, lutavam para conquistarem respeito, serem reconhecidas como trabalhadoras rurais ativas, e, por meio de suas atividades, preservavam o ambiente em que moravam e construíram suas famílias.

Nesse contexto, refletimos sobre o processo de empoderamento das trabalhadoras rurais que produzem segundo os princípios da agroecologia. Nesse percurso, entre observações, entrevistas e conversas, constatamos como as ONGs foram fundamentais no processo de disseminação das ideias agroecológicas por meio da implantação do Sistema PAIS, das vendas dos produtos nas feiras e das formações oferecidas às comunidades rurais observadas, vislumbrando essas trabalhadoras dentro de suas particularidades e respeitando os conhecimentos que estas já possuíam. Destacamos, ainda, a atuação da ACB no trabalho junto às comunidades rurais da Chapada do Araripe, cujos projetos se baseiam na agroecologia, economia solidária e empoderamento, tendo sua metodologia inspirada na teoria freiriana, enaltecendo o diálogo, a troca de conhecimentos e a autonomia dos sujeitos.

Entre tantos projetos realizados pela ACB, nos detivemos no “Mulheres da Chapada do Araripe Integradas na Produção”, que foi escolhido por ter como público alvo mulheres agricultoras. Apesar de não ser palavra-chave do projeto, o empoderamento feminino foi tratado pela ACB. Desse modo, percebemos que dentro dos projetos da ACB há um esforço para trabalhar as questões de gênero junto às comunidades atendidas, pois essa temática está presente desde sua fundação. Na percepção da ACB o empoderamento feminino se inicia pela autonomia econômica da mulher, daí se originando a direção dada ao projeto “Mulheres da Chapada do Araripe Integradas na Produção”, que seja, enfatizar a geração de renda.

Constatamos que, na Região do Cariri a atuação de órgãos governamentais voltados para a área rural é insatisfatória para seus moradores. As mulheres entrevistadas descreveram a atuação desses órgãos nas comunidades rurais, apenas para formalizar documentação e projetos aleatórios. Ao consultar a EMATERCE e a Secretaria de Desenvolvimento Agrário do Estado do Ceará, nas entrevistas com seus representantes, registramos que a EMATERCE promove algumas feiras da agricultura familiar e estimula as lideranças femininas em associações e cooperativas, porém, não especificaram nenhum projeto, assim como não explicitaram como esse acompanhamento às mulheres rurais é feito.

A presente pesquisa representou um desafio, ao associar o empoderamento feminino às atividades agroecológicas, visto que o tema do empoderamento é contemporâneo, contudo, abordado em diversas categorias de análise.

Consideramos o empoderamento como um processo, o qual as mulheres são as protagonistas e podem exercê-lo em âmbito coletivo ou individual, partindo do pressuposto que não há empoderamento sem mudanças sociais. Tanto na elaboração das entrevistas semiestruturadas como na análise das respostas, nos referíamos ao empoderamento a partir de uma visão de desenvolvimento econômico, social, psicológico e político, construído pelas próprias mulheres e não “dado” a elas. A formação educacional e os projetos de cunho agroecológico foram considerados veículos para alcançar determinados graus de empoderamento.

Através do período de observação nas propriedades rurais e nas feiras agroecológicas que as trabalhadoras rurais participavam, pudemos conhecer as atividades que as mesmas praticavam no seu cotidiano. Dentro de suas propriedades, dividiam seu tempo entre os afazeres domésticos e o cultivo das hortas no quintal e a criação de animais (porcos, galinhas caipiras, codornas, etc.), sendo que tal cultivo era voltado para hortaliças, frutas e raízes, usadas para consumo da família e para a comercialização.

Todas as participantes da pesquisa relataram que já realizavam alguma comercialização de hortaliças, animais e frutas na sua comunidade. Dentre as atividades realizadas pelas mulheres entrevistadas, voltamos nosso olhar para as agricultoras que trabalhavam nas feiras, pois, com a participação nos projetos da ACB, se sentiram estimuladas para trabalhar nas feiras agroecológicas dos seus municípios.

Compreendemos que a participação nas ações da ACB, destacando o Projeto Mulheres da Chapada do Araripe Integradas na Produção, possibilitou que as participantes pudessem aprender como diversificar sua produção de forma agroecológica e sem dependência de insumos externos, o que lhes deu mais autonomia nas escolhas do que cultivar, criar e como comercializar seus produtos, fomentando também, o fortalecimento entre as mulheres da comunidade. Pelo seu caráter coletivo, a implantação dos sistemas PAIS nos quintais das agricultoras instigou não só possibilidades de geração de renda, mas a consciência de preservação ambiental, como também o processo de empoderamento, pois neles, as trabalhadoras decidiam coletivamente o que cultivar, como comercializar, constroem as regras e organização das responsabilidades no quintal.

Observamos, portanto, que a comercialização nas feiras possibilitou a ampliação de atuação dessas agricultoras e que esses locais, se estabeleceram como um espaço de comercialização e socialização, fazendo com que as trabalhadoras associassem a feira a seu empoderamento econômico e social, principalmente, as mulheres que trabalhavam sozinhas nas bancas, as quais detinham poder de decisão quanto a produção, comercialização e destino do dinheiro ganho.

Trabalhar a economia solidária no Projeto Mulheres da Chapada do Araripe Integradas na Produção foi fundamental para que elas conquistassem autonomia para gerenciar os quintais e a comercialização dos produtos. Percebemos que os princípios da ES também estão presentes nas feiras agroecológicas observadas, pois seus produtos são diferenciados, uma vez

que a agricultora preza por alimentos de qualidade. Outro traço da ES é que a feira ultrapassa os limites da relação de compra e venda, lá elas estabelecem laços com seus fregueses e com os (as) outros (as) feirantes. Como exemplo do projeto citado, destacamos a “Feirinha da ACB” no Crato planejada a partir de um projeto da ACB com mais de 15 anos de funcionamento, e que, atualmente é gerida pelos próprios feirantes.

Concluimos, assim, que as agricultoras pesquisadas estão em processo de empoderamento e o reconhecem de forma distinta, predominando a perspectiva econômica. Apenas duas mulheres, das participantes da pesquisa, apresentaram grau avançado de empoderamento quanto a questões sociais, econômicas e psicológicas. Uma delas, agricultora/feirante/funcionária pública, fez-nos acreditar que pela sua formação educacional e seu protagonismo na comunidade, foi a que mais manifestou o reconhecimento de seu empoderamento. Outra mulher que se tornou referência na pesquisa foi uma agricultora/feirante, 65 anos, que apesar de ser analfabeta, possuía um discurso politizado, participava ativamente do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do Crato e foi pioneira na “Feirinha da ACB” e apresentando argumentos sobre a importância da produção agroecológica.

Identificamos, nesse contexto, que as atividades agroecológicas se constituíram como caminho para o empoderamento de algumas trabalhadoras rurais, objeto do presente estudo, ao passo que possibilitaram o trabalho coletivo, autonomia para gerenciar sua produção, participação nas formações, segurança alimentar para sua família e comunidade, ampliação de rede de contatos e socialização fora do espaço privado da família, além da perspectiva de uma alternativa “limpa” e mais sustentável para produzir.

Dentro de diversos contextos, as mulheres participantes da pesquisa mostraram uma percepção de empoderamento mais comunitário que individual, ao relatarem o trabalho coletivo, a participação nas associações e conseqüente a melhoria de infraestrutura nas suas comunidades. Quanto à questão individual, elas relacionaram o empoderamento a independência econômica em relação aos esposos, são conscientes que estão traçando caminhos diferentes das gerações anteriores, pois foi comum no discurso das mulheres mais jovens a referência a suas avós e mães ao compararem a dificuldade que tinham em estudar, o casamento precoce, o número de filhos, ao direito de se sindicalizar ou organizar associações, à autonomia econômica e a socialização.

Finalmente, entendemos que o empoderamento feminino é um processo que parte de questões individuais e coletivas, e que implica em transformações sociais relacionadas à condição e à posição feminina na sociedade, na equidade entre os gêneros. O reconhecimento da subordinação da mulher na sociedade é a primeira etapa para que elas possam desconstruir ideias impostas socialmente, mas que são perpetuadas como naturais no que diz respeito a papéis de gênero, características e deveres femininos. Para essa conscientização da mulher quanto a sua situação de opressão, são necessários vários agentes externos, veículos como a educação, o acesso a formações, a renda, apoio comunitário e políticas públicas mais eficientes. Porém, esses propulsores não concedem o empoderamento, visto que esse é uma conquista individual e parte do reconhecimento e identificação de cada mulher consigo mesma e com a comunidade na qual está inserida.

Esse estudo foi relevante por trazer uma discussão teórica a respeito das relações de gênero no campo, trabalho feminino rural, empoderamento e agroecologia. Trazendo visões diversas de teóricos e teóricas, afim de enriquecer e instigar mais pesquisas sobre o tema. Buscamos reforçar junto à sociedade o trabalho desempenhado por agricultoras e ONG’S, quanto à produção agroecológica na Chapada do Cariri. Salientamos como projetos desenvolvidos por entidades da Região do Cariri podem promover e fortalecer o empoderamento feminino das trabalhadoras rurais. Além da satisfação pessoal que o tema pesquisado nos trouxe, avaliamos que essa pesquisa pode vir a ser usada como fonte de estudo

para projetos de desenvolvimento rural na Chapada do Cariri e alertar quanto à situação das comunidades que lá habitam.

6 REFERÊNCIAS

ALTIERI, Miguel. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. 4.ed. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

Articulação Nacional de Agroecologia – ANA. **Mulheres construindo a agroecologia. Caderno do II Encontro Nacional de Agroecologia**. Rio de Janeiro, 2008.

BATLIWALA, Srilatha. El significado del empoderamiento de las mujeres: nuevos conceptos desde la acción. In: LEÓN, M. Poder y empoderamiento de las mujeres. Santa Fé de Bogotá/Colombia: TM, 1997.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação popular**. Disponível: <<http://ifibe.edu.br/arq/201509112220031556922168.pdf>>. Acesso em: 15 de jul.de 2017.

BRUSCHINI, Maria Cristina A. Trabalho e gênero no Brasil nos últimos dez anos. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 132, set./dez. 2007.

BUTLER, Judith P. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. 14ª ed. Tradução: Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

CARNEIRO, Maria José. Mulheres no campo: notas sobre sua participação política e a condição social do gênero. **Estudos Sociedade e Agricultura**, 2, junho 1994: 11-22.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. Qual educação ambiental? Elementos para um debate sobre educação ambiental e extensão rural. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**. Porto Alegre, v.2, n.2, abr./jun.2001.

COSTA, Ana Alice. A. **Gênero, poder e empoderamento das mulheres**. Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher. NEIM/UFBA, 2004.

EMPRABA. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. **Marco referencial em agroecologia**. Brasília - DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2006.

Fórum Brasileiro de Economia Solidária. **Carta de princípios do FBES**. III Plenária Nacional da Economia Solidária. 2003. Disponível em: http://base.socioeco.org/docs/carta_de_principios_do_fbess.pdf. Acesso em: 28 de jun. de 2018.

FRANCA, Manoel Jorge Pinto da. **Análise da sustentabilidade do sistema agroflorestal com agricultores familiares de Nova Olinda e Santana do Cariri – CE**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Programa Regional de Pós-graduação em Desenvolvimento e Meio ambiente da Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2004.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**, 17ª. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

GADOTTI, Moacir. **Educar para a sustentabilidade: uma contribuição à década da educação para o desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2008.

_____. **Economia solidária como práxis pedagógica.** São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2009.

HECHT, Susanna. **A evolução do pensamento agroecológico.** In: ALTIERI, Miguel. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável.** Guaíba: Agropecuária, 2002. pp. 21-52.

HEILBORN, Maria Luiza e SORJ, Bila. Estudos de gênero no Brasil, in: MICELI, Sérgio (org.) **O que ler na ciência social brasileira (1970 – 1995)**, ANPOCS/CAPES. São Paulo: Editora Sumaré, 1999, pp. 183-221.

HÉRITIER, Françoise. **Masculin/Féminin. La pensée de la différence.** Paris: Éditions Odile Jacob, 1996.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 132, set./dez. 2007.

HIRATA, Helena; ZARIFIA, PHILIPPE. O conceito de Trabalho. In: MARLI, Emílio; TEIXEIRA, Marilane; NOBRE, Miriam; GODINHO, Tatau (orgs.). **Trabalho e cidadania ativa para as mulheres: desafios para as Políticas Públicas.** São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2003.

LEFF, Enrique. **Ecologia, capital e cultura: racionalidade ambiental, democracia participativa e desenvolvimento sustentável.** Tradução de Jorge Esteves da Silva. Blumenau: Ed. da FURB, 2002. 373p.

_____. Agroecologia e saber ambiental. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre, v. 3, n. 1, p. 36-50, jan. /mar.2002.

LEÓN, Magdalena. **Poder y empoderamiento de las mujeres. Disponível em:** <https://mujeresforjadorasdedesarrollo.files.wordpress.com/201>. Acesso em: 25 de jul. de 2017.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: Uma perspectiva pós-estruturalista.** 16. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

_____. **O corpo educado: pedagogias da sexualidade.** Tradução dos artigos: Tomaz Tadeu da Silva. 3ª ed. 2. reimp. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.

LUCENA, Milene Medeiro de. **A gente faz assim.** Crato: Associação Cristã de Base, 2016.

LÜDKE, Menga. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas.** São Paulo: EPU, 1986.

ORTNER, Sherry. Está a mulher para o homem assim como a natureza para a cultura? In: ROSALDO, Michelle Zimbalist; LAMPHERE, Louise (coord.). **A mulher, a cultura e a sociedade.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. pp. 95-120.

PACHECO, Maria Emilia Lisboa. **A questão de gênero no desenvolvimento agroecológico.** Disponível em: http://igeologico.sp.gov.br/wp-content/uploads/cea/Texto_Pacheco.pdf. Acesso em: 22 de jun. de 2017.

PULEO, Alicia; SEGURA, Cristina (coords.). **Mujeres y ecología: historia, pensamiento, sociedad**. Madri: Al-Mudayna, 2003. pp. 107-118.

QUAREMA, Amanda Paiva. Mulheres e quintais florestais: a “ajuda invisível” aos olhos que garante a reprodução da agricultura familiar camponesa Amazônica, in: HORA, Karla; MACEDO, Gustavo; REZENDE, Marcela. (orgs.). **Coletâneas sobre Estudos Rurais e Gênero**. 4ª ed. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2015.

RICHARDSON, Roberto Jarry. Pesquisa social: métodos e técnicas. 3ª ed. – 13 reimpr. – São Paulo: Atlas, 2011.

SARDENBERG, Cecilia M. B. **Conceituando “empoderamento” na perspectiva feminista**. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/6848/1/Conceituando%20Empoderamento%20na%20Perspectiva%20Feminista.pdf>. Acesso em: 14 mai. 2014.

SAFFIOTI, Heleieth. Rearticulando gênero e classe social. In: COSTA, Albertina; BRUSCHINNI, Cristina (Org.). **Uma questão de gênero**. São Paulo: Rosa dos Tempos; Fundação Carlos Chagas, 1992. pp. 183-215.

SCOTT, Joan W. Preface a gender and politics of history. **Cadernos de Pagu**, nº.3, Campinas/SP, 1994.

SHIVA, Vandana. **Abraçar a vida: mujer, ecología y supervivencia**. Montevideú: Instituto del Tercer Mundo, 1991.

SILIPRANDI, Emma. **Mulheres e agroecologia: transformando o campo, as florestas e as pessoas**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2015.

_____. Ecofeminismo: contribuições e limites para a abordagem de políticas ambientais. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre, v. 1, n. 1, p. 61-71, jan./mar. 2000.

SINGER, Paul. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

TAVARES, Augusto de Oliveira et al. (org.). **Incubação em economia solidária: contextos, desafios e perspectivas**. Juazeiro do Norte: Universidade Regional do Cariri, 2016.

THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação**. São Paulo: Cortez, 2008.

7 APÊNDICES

Apêndice A - Questionário voltado para trabalhadoras rurais da Chapada do Araripe e roteiro de entrevista semiestruturada para as mulheres feirantes



Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Curso de Pós-graduação em Educação Agrícola

**MULHERES DA CHAPADA DO ARARIPE – AGROECOLOGIA E
EMPODERAMENTO**

Objetivo: Refletir sob a perspectiva das trabalhadoras rurais da Chapada do Araripe se essas conseguem e reconhecem seu empoderamento a partir da prática das atividades agroecológicas.

Orientadora: Profa. Dra. Mônica Aparecida Del Rio Benevenuto

Orientanda: Rosimeire Alves de Oliveira

- Questionário voltado para Trabalhadoras Rurais da Chapada do Araripe
- 1- IDADE: _____
- 2- LOCAL/CIDADE: _____
- 3- ESTADO CIVIL: () Solteira () Casada () Divorciada () União estável
() Viúva () Outro _____
- 4- TÊM FILHOS?
() sim () não Em caso afirmativo, quantos? _____
- 5- MORA EM CASA PRÓPRIA? () sim () não
- 6- QUANTAS PESSOAS MORAM COM VOCÊ? _____
- 7- QUAL A SUA ESCOLARIDADE?
() Nunca estudei () Ensino Fundamental Incompleto () Ensino Fundamental Completo
() Ensino Médio Incompleto () Ensino Médio Completo () Nível superior
- 8- VOCÊ PARTICIPA DE ALGUMA DESSAS INSTITUIÇÕES?

() Sindicato () Associação () Cooperativa () Conselho () Organização Não-governamental – ONG

Caso afirmativo, por quê?

9- QUAIS ATIVIDADES ECONÔMICAS QUE VOCÊ DESEMPENHA?

() agricultura () artesanato () criação de animais () beneficiamento de frutas
() outros _____

10- QUAIS AS ATIVIDADES QUE OS OUTROS MEMBROS DA FAMÍLIA TRABALHAM?

() agricultura () artesanato () criação de animais () beneficiamento de frutas
() outros _____

11- ONDE VOCÊ COMERCIALIZA SUA PRODUÇÃO?

() na própria comunidade () nas feiras () em mercantis e supermercados
() outros: _____

12- COM QUE FREQUÊNCIA VOCÊ VENDE SEUS PRODUTOS?

() diariamente () semanalmente () quinzenalmente
() mensalmente () raramente

13- ALGUÉM DE SUA FAMÍLIA LHE AJUDA NA COMERCIALIZAÇÃO?

() sim () não

• CASO AFIRMATIVO, QUEM?

14- ALÉM DA SUA RENDA, HÁ OUTRA FONTE DE RENDA NA SUA FAMÍLIA?

() sim () não

• CASO AFIRMATIVO, DE QUEM?

15- VOCÊ TEM ALGUMA PROPRIEDADE NO SEU NOME? () Sim () Não

16- VOCÊ É OU JÁ FOI BENEFICIADA EM ALGUM PROGRAMA DO GOVERNO?

() Sim () Não

• CASO AFIRMATIVO, QUAL PROGRAMA?

17- VOCÊ JÁ RECEBEU ALGUMA FORMAÇÃO TÉCNICA DE INSTITUIÇÕES GOVERNAMENTAIS? () sim () não

• CASO AFIRMATIVO, DE QUAL?

18- VOCE JÁ PARTICIPOU DE ALGUM PROJETO DA ACB? ()sim () não

19- CASO AFIRMATIVO, QUAL (IS)?

20- O QUE VOCÊ APRENDEU COM ESSE PROJETO (S)?

21- QUAIS AS MUDANÇAS QUE OCORRERAM NA SUA COMUNIDADE DEPOIS DA IMPLATAÇÃO DE PROJETOS DA ACB?

22- POR QUÊ É IMPORTANTE A PRODUÇÃO AGROECOLÓGICA?

23- COMPARANDO COM AS GERAÇÕES ANTERIORES COMO VOCÊ VÊ A VIDA DAS MULHERES RURAIS ATUALMENTE?

OBRIGADA!

ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA PARA AS MULHERES FEIRANTES

- 1- HÁ QUANTO TEMPO VOCÊ PARTICIPA DA FEIRA AGROECOLÓGICA?**
- 2- O QUE VOCÊ VENDE NA FEIRA?**
- 3- VOCÊ COMERCIALIZA SUA PRODUÇÃO EM OUTROS LOCAIS?**
() sim () não *CASO AFIRMATIVO, QUAL (IS)?
- 4- COMO VOCÊ COMEÇOU A PARTICIPAR DA FEIRA?**
- 5- A PARTICIPAÇÃO NA FEIRA TROUXE MUDANÇAS NA SUA VIDA?**
QUAL (IS)?
- 6- VOCÊ ENFRENTA ALGUMA DIFICULDADE PARA TRABALHAR NA FEIRINHA?**

OBRIGADA!

Apêndice B - Entrevista direcionada à Presidente da Associação Cristã de Base



Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Curso de Pós-graduação em Educação Agrícola

**MULHERES DA CHAPADA DO ARARIPE – AGROECOLOGIA E
EMPODERAMENTO**

Objetivo: Refletir sob a perspectiva das trabalhadoras rurais da Chapada do Araripe se essas conseguem e reconhecem seu empoderamento a partir da prática das atividades agroecológicas.

Orientadora: Profa. Dra. Mônica Aparecida Del Rio Benevenuto

Orientanda: Rosimeire Alves de Oliveira

Entrevista direcionada à Presidente da Associação Cristã de Base

- 1- NOME/IDADE/CARGO
- 2- Como a ACB iniciou seu trabalho com mulheres?
- 3- Vocês desenvolvem algum projeto voltado apenas para Mulheres rurais? Quais?
- 4- Nos projetos que vocês desenvolvem é trabalhada a questão do empoderamento feminino? Como?
- 5- O que a ACB entende por empoderamento feminino?
- 6- Quais são os principais desafios em trabalhar comas trabalhadoras rurais na Região do Cariri?
- 7- Como as atividades agroecológicas podem ajudar no empoderamento feminino?
- 8- Como você analisa a posição e condição das mulheres rurais hoje?
- 9- Como você avalia a participação governamental no apoio ao empoderamento feminino no campo?

Apêndice C - Entrevista direcionada ao Técnico da Associação Cristã de Base



Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Curso de Pós-graduação em Educação Agrícola

MULHERES DA CHAPADA DO ARARIPE – AGROECOLOGIA E EMPODERAMENTO

Objetivo: Refletir sob a perspectiva das trabalhadoras rurais da Chapada do Araripe se essas conseguem e reconhecem seu empoderamento a partir da prática das atividades agroecológicas.

Orientadora: Profa. Dra. Mônica Aparecida Del Rio Benevenuto

Orientanda: Rosimeire Alves de Oliveira

Entrevista direcionada ao Técnico da Associação Cristã de Base

- 1- NOME/IDADE/CARGO
- 2- Você já desenvolveu algum projeto de educação ambiental para trabalhadoras rurais?
Caso sim, qual foi? Quanto tempo durou? Qual o objetivo? Quais os resultados?
- 3- Como é trabalhada a Agroecologia nos projetos da ACB?
- 4- Há dificuldades em se trabalhar projetos voltados para as mulheres? Por quê?
- 5- Nos projetos da ACB é trabalhado o empoderamento da mulher? Como?
- 6- Quais as principais atividades/produtos que as trabalhadoras rurais produzem?
- 7- Qual a importância das feiras agroecológicas para o trabalho feminino rural?
- 8- Como funcionam as feiras agroecológicas implantadas pela ACB?

Apêndice D - Entrevista direcionada aos representantes de instituições governamentais (EMATERCE e Secretaria de Desenvolvimento Agrário do Crato)



Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Curso de Pós-graduação em Educação Agrícola

**MULHERES DA CHAPADA DO ARARIPE – AGROECOLOGIA E
EMPODERAMENTO**

Objetivo: Refletir sob a perspectiva das trabalhadoras rurais da Chapada do Araripe se essas conseguem e reconhecem seu empoderamento a partir da prática das atividades agroecológicas.

Orientadora: Profa. Dra. Mônica Aparecida Del Rio Benevenuto

Orientanda: Rosimeire Alves de Oliveira

**Entrevista direcionada aos representantes de instituições governamentais (EMATERCE
e Secretaria de Desenvolvimento Agrário do Crato)**

- 1- Nome/idade/cargo
- 2- Há projetos ou programas voltados para o empoderamento feminino das trabalhadoras rurais da Chapada do Araripe? Caso afirmativo, qual (is)? Como funcionam? Quais as comunidades atendidas?
- 3- Vocês trabalham produção agroecológica com as trabalhadoras rurais da Chapada do Araripe? Como?
- 4- Vocês oferecem algum incentivo (financeiro ou técnico) à produtores e produtoras rurais agroecológicos? Qual (is)?
- 5- Vocês têm dados (o que eles produzem, onde comercializam, quem comercializa, etc) quanto às propriedades rurais que produzem segundo os princípios da Agroecologia? Caso afirmativo, cite-os.
- 6- Há dificuldades para conscientização dos moradores quanto o desenvolvimento rural sustentável? Quais?